

REVISTA ESFERA ACADÊMICA HUMANAS, Vol 02, nº 02

REVISTA CIENTÍFICA



**ESFERA** ACADÊMICA  
**HUMANAS**

ISSN 2526-1339

**REVISTA ESFERA ACADÊMICA HUMANAS**

**Volume 2, número 2**

**Vitória  
2017**

## **EXPEDIENTE**

**Publicação Semestral**

**ISSN 2526-1339**

**Temática: Humanas**

**Revisão Português**

Alessandro Pinto Silva

**Capa**

*Marketing* Faculdade Brasileira Multivix- Vitória

Elaborada pela Bibliotecária Alexandra B. Oliveira CRB06/396

Revista Esfera Acadêmica Humanas/ Faculdade Brasileira. – Vitória,  
ES: Multivix, 2017.

Semestral  
ISSN **2526-1339**

1. Ciências Humanas- Produção científica I. Faculdade  
Brasileira/Multivix.

CDD.610

*Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente,  
os pensamentos dos editores.*

**Correspondências**

**Coordenação de Pesquisa e Extensão Faculdade Brasileira Multivix- Vitória**

Rua José Alves, 301, Goiabeiras, Vitória/ES | 29075-080

E-mail: [pesquisa.vitoria@multivix.edu.br](mailto:pesquisa.vitoria@multivix.edu.br)

## **FACULDADE BRASILEIRA MULTIVIX - VITÓRIA**

### **DIRETOR EXECUTIVO**

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

### **DIRETORA ACADÊMICA**

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

### **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

Fernando Bom Costalonga

### **CONSELHO EDITORIAL**

Alexandra Barbosa Oliveira  
Caroline de Queiroz Costa Vitorino  
Eliene Maria Gava Ferrão Penina

Karine Lourenzone de Araujo Dasilio  
Michelle Moreira  
Patricia de Oliveira Penina

### **COMITÊ CIENTÍFICO**

Karine Lourenzone de Araujo Dasilio  
Kirlla Cristine A. Dornelas

Patricia de Oliveira Penina  
Tatyana Lellis da Matta e Silva

### **ASSESSORIA CIENTÍFICA**

Aline Silva Sauer  
Andréa Curtiss Alvarenga  
Andrielly Moutinho Knupp  
Daniele Drumond Neves  
Gabriel Ferreira Sartório  
Júlia Miranda Falcão  
Lilian Pereira Menenguci  
Priscila Alves De Freitas  
Sandra L. Moscon Coutinho

## APRESENTAÇÃO

A Revista Esfera Acadêmica possui caráter interdisciplinar e congrega artigos que discutem das diversas áreas das Ciências Humanas, constituindo-se como veículo de disseminação dos conhecimentos produzidos por professores e alunos em suas práticas acadêmicas.

Numa sociedade globalizada caracterizada pelos novos formatos de acesso ao conhecimento, se faz importante a leitura e contextualização das discussões acadêmicas que aqui seguem.

A edição que ora vai a público apresenta em seu escopo metodológico a premissa de que o conhecimento produzido no espaço acadêmico é, acima de tudo, um bem público, e, como tal, deve ser compartilhado com toda a sociedade. Nessa perspectiva, a Revista Esfera Acadêmica é a ponte entre a “academia” e a comunidade em geral, revelando o compromisso ético de transformação da realidade e do aperfeiçoamento das relações sociais.

*Conselho Editorial*

## SUMÁRIO

<b>O REFLEXO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NAS ORGANIZAÇÕES.....</b>	<b>6</b>
Camila Rodrigues Correia; Laila Laenna Souza Santos; Selma Delia Rosa Ferreira; Warllan Renata de Sousa Lucas; Kirlla Cristhine Almeida Dornelas	
<b>INTERFACES ENTRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A PSICOLOGIA.....</b>	<b>24</b>
Priscila Silva de Oliveira; Bárbara Karoline Lima Machado	
<b>MUITAS MULHERES NUMA SÓ (?): AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS PAPÉIS SOCIAIS FEMININOS NA REVISTA CLAUDIA.....</b>	<b>38</b>
Bruno Ragassi; Silvia Borges; Kirlla Cristhine Almeida Dornelas	
<b>SER MÃE NO CONTEMPORÂNEO: REPRESENTAÇÃO SOCIAL E MELANCOLIA PÓS-PARTO.....</b>	<b>53</b>
Carina Da Rocha Rodrigues; Naiâne Pereira Volmoco; Valeria De Araújo Sampaio; Flávio Martins de Souza Mendes	
<b>A “POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER” COMO DISPOSITIVO DE EMPODERAMENTO FEMININO.....</b>	<b>70</b>
Caroline Ramalho e Silva; Luiza de Azevedo Garcia; Laura Paste de Almeida	
<b>HORIZONTES PSICOSSOCIAIS DE INTERVENÇÃO EM GRUPOS COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: ANÁLISE DE UMA PRÁTICA EM PSICOLOGIA SOCIAL.....</b>	<b>88</b>
Elaine Delboni de Freitas, Luederson Muniz Alvarenga, Ricardo Santos Rodrigues	

## O REFLEXO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NAS ORGANIZAÇÕES

Camila Rodrigues Correia<sup>1</sup>; Laila Laenna Souza Santos<sup>1</sup>; Selma Delia Rosa Ferreira<sup>1</sup>;  
Warllan Renata De Sousa Lucas<sup>1</sup> e Kirlla Cristhine Almeida Dornelas<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica de Psicologia na Faculdade Brasileira – Multivix – Vitória

<sup>2</sup> Docente do curso de Psicologia na Faculdade Brasileira – Multivix – Vitória

### RESUMO

As representações sociais que habitam o imaginário coletivo contribuíram para as ideologias de gênero, hierarquizando as relações entre masculino e feminino de modo assimétrico. A inserção da mulher no mercado de trabalho proporcionou não apenas a possibilidade de autonomia e liberdade feminina, mas provocou também a exposição desta às práxis sexistas nas organizações, por meio da divisão sexual do trabalho. Diante do exposto, este trabalho busca identificar as implicações das desigualdades de gênero dentro do contexto organizacional, situando a mulher como alvo da investigação. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos disponibilizados em revistas acadêmicas que versam acerca do assunto abordado. Estes artigos foram sistematizados de acordo com análise temática e também estabelecidas categorias para uma melhor compreensão. Os resultados apontam sobre a necessidade de estudos que atualizem as representações sociais sobre a inserção das mulheres nas organizações, visto a crescente quantidade de mulheres inseridas no mercado de trabalho, inclusive em cargos de gestão, porém com menor remuneração. Diante disto, observa-se que o poder entre homens e mulheres ainda é desigual e perpetua-se práticas machistas incorporadas nas expectativas sobre o que é designado a homens e mulheres, limitando-os a representações de gêneros heteronormativos.

**Palavras Chave:** mulher, trabalho feminino, gênero, desigualdade e mercado de trabalho.

### ABSTRACT

The social representations that inhabit the collective imaginary contributed to the ideologies of gender, hierarchizing the relations between masculine and feminine in an asymmetrical way. The insertion of women into the labor market provided not only the possibility of female autonomy and freedom, but also led to the latter's exposure to the sexist praxis in organizations through the sexual division of labor. In view of the above, this work seeks to identify the implications of gender inequalities within the organizational context, placing the woman as the target of the research. For that, a bibliographic review of articles made available in academic journals that deal with the subject matter had been carried out. These articles were systematized according to thematic analysis and also established categories for a better understanding. The results point to the need for studies that update the social representations about the insertion of women in the organizations, given the growing number of women in the labor market, including management positions, but with lower remuneration. Faced with this, it is observed that power between men and women is still unequal and perpetuates macho practices embodied in the expectations about what is assigned to men and women, limiting them to representations of heteronormative genders.

**Keywords:** woman, female labor, gender, inequality and the labor market.

### INTRODUÇÃO

No decorrer da história das civilizações que deram origem à sociedade contemporânea, homem e mulher desenvolvem papéis sociais distintos, sendo estes contrastes mais notáveis quando observamos as formas de interações existentes desde os primórdios. Algumas destas

características permanecem até os dias atuais em determinadas culturas, e fundamentam diversos estereótipos de subordinação acerca do papel da mulher, priorizando o trabalho doméstico (BRUSCHINI, 2007).

Por muito tempo, as mulheres foram afastadas do conhecimento letrado, dificultando a possibilidade de competir de igual modo no mercado de trabalho e fortalecendo a condição de submissão e as desigualdades que resultavam na inferioridade feminina. Viam-se abolidas dos processos políticos e econômicos por suas qualidades serem consideradas inadaptáveis para estes contextos. Por sua ligação com a família, eram vistas como fundamentais na estruturação do lar e na preparação dos filhos para a pátria e, por este motivo, deveriam ater-se exclusivamente ao ambiente doméstico, não se preocupando com as questões da vida pública ou mesmo o acesso ao mercado de trabalho (NADER, 2001).

Registros observados sobre a diferença entre os sexos e sobre as atribuições de inferioridade feminina nos âmbitos biológico, intelectual e social apontam para a antiguidade grega. Laqueur (2001, apud GALINKIN et al., 2010) menciona que Galeno (Século II D.C.) alegava existir um único sexo, o masculino. Para o autor, o feminino seria uma condição para o desenvolvimento do masculino, fornecendo-lhe o calor vital à sua sobrevivência. As mulheres seriam homens imperfeitos, sendo que sua genitália ficara retida internamente, e sua imperfeição manifestava-se na falta de controle de suas paixões, sob as quais é movida, diferentemente dos homens. Esta percepção de um monismo sexual prevalece até o século XVIII, quando se concebe a noção de dois sexos distintos.

O reducionismo biológico assegurou por muito tempo a supremacia masculina sobre a mulher e foi sustentado até mesmo por teorias psicológicas, como por exemplo a teoria freudiana, que atribuía à mulher uma condição de inferioridade em virtude de não possuir um pênis, o falo. Neste sentido, a psicologia inicia, então, seus estudos acerca do tema gênero a partir das diferenças entre homens e mulheres, utilizando construtos biológicos para compreender a motivação das distinções sociais e comportamentais entre ambos os sexos (GALINKIN et al., 2010).

Entretanto, entende-se que as relações de gênero não são resultantes de um destino biológico, mas antes de tudo, construções sociais que se materializam nas representações sociais que embasam nossos comportamentos (OLIVEIRA, 1999). Ou seja, o conceito de gênero trata-se de uma construção social e é fundamental na concepção daquilo que cabe a mulher ou ao homem, e portanto, não está ligado à biologia humana.

Ao tratarmos do conceito gênero é necessário pontuar alguns aspectos: em primeiro lugar, ele faz parte das relações sociais, assim como raça, classe, entre outras, constituindo-se um importante aspecto na configuração das relações sociais. Em segundo lugar, gênero é construção e, portanto, não é inato ao ser humano e, em terceiro lugar, ele está relacionado à cultura, à história e a forma social, e por este motivo estão sujeitos à modificações e transformações. Como dito anteriormente, o termo não deve ser utilizado como equivalente “aos sexos”, pois não há um gênero masculino ou feminino por si só, mas sim um conjunto de significantes nos quais certos comportamentos ou características, roupas, atividades, são consideradas femininas, masculinas ou neutras (BUENO et al., 2016).

Cabe salientar que as identidades de gênero estão em constante transformação, isto é, se o conceito de gênero está ligado às construções sociais que se modificam através das relações entre homens e mulheres, dos discursos e das representações destas relações, logo o conceito de gênero está também suscetível a estas transformações. Desta forma, a construção do gênero se faz, igualmente, mediante sua desconstrução (LOURO, 2014).

A definição de gênero diz de um elemento constitutivo de relações sociais firmadas sobre as diferenças observadas entre os sexos, sendo ele o primeiro modo de dar significado às relações de poder. Refere-se a um meio de compreender as relações complexas existentes nos modos de interação humana (SCOTT, 1989). Ele é relacional e político, ou seja, as identidades de gênero são construídas não somente nas relações entre homens e mulheres, como também intragênero e se articula nas diversas instâncias sociais e nas práticas cotidianas (GALINKIN et al., 2010).

O conceito de gênero viabilizou a compreensão de papéis e relações existentes entre homens e mulheres ao desnaturalizar o modelo androcêntrico – que tenta reduzir a raça humana ao termo “o homem” – sendo este conceito uma categoria analítica interdisciplinar que possibilita a percepção dos acontecimentos que enfatizam a dimensão cultural do tornar-se homem ou mulher (GALINKIN et al., 2010).

A partir do século XIX ocorreram mudanças em termos políticos, econômicos e ideológicos acerca do papel da mulher na sociedade ocidental, refletindo diretamente no processo social e histórico da humanidade. Por meio de uma mobilização feminina, houve um abalo do papel exercido por elas no contexto familiar e por, conseguinte, no modelo patriarcal de sociedade (NADER, 2001), que diz de uma organização sexual hierárquica sustentada pelo domínio do masculino (COSTA, 2008).

Com a ascensão do movimento feminista, nas décadas de 1960 e 1970, as discussões sobre gênero passaram a provocar questionamentos acerca das atribuições de homem e mulher, assim como daquilo que estava sendo produzido, por meio de pesquisas, e que contribuíam para o significado de gênero que permeia o imaginário social (GALINKIN et al., 2010).

O empoderamento feminino, conceito que designa a atribuição de poderes às mulheres, elevando sua autoestima (SAFFIOTI, 2004) e que desafia as relações patriarcais, a dominação do homem e a manutenção dos privilégios de gênero, gera um mal estar na sociedade patriarcal e vêm provocando modificações significativas em seu contexto. A sociedade por meio de mecanismos, como as instituições, a cultura, as leis civis, a relação social e sexual do trabalho, contribui para a idealização de masculino e feminino como opostos e desiguais, numa relação de soberania e subjugação, respectivamente (COSTA, 2008).

As mudanças nas relações entre homens e mulheres decorrentes das transformações sucedidas ao longo do tempo, principalmente nos centros urbanos, têm origem em aspectos como, por exemplo, o crescimento da escolarização feminina, a inserção da mulher em espaços profissionais tipicamente masculinos e o próprio movimento feminista, enquanto movimento social e político implicado com a transformação das relações hierárquicas de gênero (GALINKIN et al., 2010). Com isso, as mulheres vêm angariando espaço e direitos,

provocando alterações na estrutura social até mesmo na família, no trabalho, na política, na sexualidade, entre outras (BRUSCHINI, 2007).

Alguns dos fatores determinantes nas construções representativas são, entre outros, as redes de comunicação informal e a própria mídia que intervêm em sua produção, facilitando processos de influência e até mesmo manipulação social. Uma vez disseminadas essas construções formam um sistema e criam versões da realidade encarnado por imagens e intensificado por palavras carregadas de significações (JODELET, 2001) fazendo com que pensemos, em oposição, que homem é sinônimo de força e mulher como sinônimo de graça (ARRUDA, 2002).

Desta forma, as representações sociais entram em nosso cotidiano e são sustentadas pelas influências sociais da comunicação e se constituem como o principal meio para o estabelecimento das associações com as quais nos ligamos uns aos outros (MOSCOVICI, 1961). São estas mesmas representações que assumem as condições para a construção dos papéis de gênero, ou seja, o que cabe a cada um de acordo com a divisão sexual.

As representações sociais estão impregnadas na maioria das nossas relações, naquilo que produzimos ou consumimos e nas comunicações que firmamos, são também produto da interação e comunicação e determinam os papéis concernentes ao homem e à mulher, e a forma como são vistos na sociedade. São entidades quase tangíveis, que circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente (MOSCOVICI, 1961). Elas orientam as formas de nomeação e definição dos aspectos variados da realidade diária e na interpretação destes elementos. Além disso, permeiam os discursos, sendo veiculadas por palavras, imagens midiáticas e se solidificam nas condutas e nas organizações de modo geral (JODELET, 2001).

Estas representações versam como produto e processo de uma apropriação da realidade e se estabelecem por meio da elaboração psicológica e social. Assim, elas referem-se à uma forma de conhecimento produzida e partilhada coletivamente contribuindo para a construção de uma realidade comum à um grupo e regem nossa relação com os demais, por meio do qual orienta e organiza nosso comportamento e comunicação social. Portanto, as representações sociais permitem a difusão e assimilação dos saberes, o desenvolvimento pessoal e grupal, bem como a percepção das transformações sociais. Possuem como constituintes as informações, imagens, crenças, valores, opiniões, elementos culturais e ideológicos, entre outros (JODELET, 2001).

Neste sentido, as representações sociais, que circundam o imaginário social, corroboram para sustentação de disparidades entre homens e mulheres na medida em que a ideologia de inferioridade feminina permanece, mesmo que de forma mascarada, inserida e latente na sociedade. Desta maneira, a desigualdade de gênero se constitui na medida em que a sociedade determina quais os papéis pertencentes ao homem e à mulher, tornando-os desiguais, assimétricos, numa relação de poder e subordinação, respectivamente (COSTA, 2008). Este domínio está presente em todos os âmbitos inclusive dentro das organizações. Assim, a compreensão do termo gênero permite algumas observações acerca da igualdade e diferença entre os sexos no âmbito do trabalho, uma vez que homens e mulheres não são

trabalhadores iguais, sendo a busca feminina por uma preservação das diferenças existentes, a fim de criar uma nova cultura de trabalho mais equânime (OLIVEIRA, 1999).

Com essa articulação feminina e após a conquista dos chamados direitos civis, percebeu-se que tal igualdade não seria suficiente. Assim, demandaria um processo mais amplo de transformação, onde o próprio conceito igualdade fosse questionado, uma vez que a inserção da mulher no mercado de trabalho não viabilizou sua autonomia, mas sim o sobretrabalho – onde, a mulher além de contribuir na renda familiar, deve dar conta dos afazeres domésticos e dos cuidados com a prole, a segunda jornada (COSTA, 2008).

Destarte, apesar de contribuir de forma ativa no mercado de trabalho, recai também sobre a mulher a responsabilidade pelas tarefas domésticas, o que gera uma carga extra de trabalho para aquelas que buscam se inserir no meio organizacional (BRUSCHINI, 2007). Além disso, a emancipação do sujeito feminino não foi assegurada nem mesmo a divisão sexual do trabalho, mas sim, além da sobrecarga de trabalho, o acréscimo de responsabilidades, o distanciamento dos filhos e a exposição ao assédio moral e sexual (COSTA, 2008).

É preciso esclarecer que qualquer designação que favoreça a hierarquização, seja no sentido de inferiorizar a mulher ou mesmo o homem, faz-se amplamente nocivo para a sociedade. O ideal, aqui, seria um nível de possibilidades e exercício do poder horizontalizado, atribuindo o mesmo valor ao feminino e masculino (SAFFIOTI, 1994), inclusive no contexto organizacional, onde a divisão sexual do trabalho subsiste por um princípio hierarquizado onde o trabalho masculino mantém-se considerado superior ao feminino (HIRATA, 2002).

Algumas pesquisas acerca do cenário atual do mercado de trabalho e da inserção da mulher neste âmbito revelam, entretanto, o crescimento da mão de obra feminina nas últimas décadas (PORTAL BRASIL, 2017). De modo geral, entre os anos 2000 à 2010 houve um aumento significativo da participação feminina no meio organizacional. A tabela a seguir (tabela 1) demonstra uma variação considerável na comparação por sexo, sendo que em 2000 a taxa de atividade masculina era superior em quase 30 pontos percentuais à atividade feminina e, em 2010 essa taxa caiu para pouco mais de 21 pontos (IBGE, 2014).

**Tabela 1: Taxa de atividade dos trabalhadores com 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo os grupos de idade e cor ou raça – Brasil – 2000/2010**

Grupos de idade	Taxa de atividade dos trabalhadores com 16 anos ou mais de idade (%)					
	2000			2010		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	
<b>Total (1)</b>	<b>64,5</b>	<b>79,7</b>	<b>50,1</b>	<b>64,8</b>	<b>75,7</b>	<b>54,6</b>
<b>Grupos de idade</b>						
De 16 a 29	68,6	81,0	56,3	66,7	74,6	58,8
De 30 a 49	76,1	91,9	61,1	78,2	88,8	68,1
De 50 a 59	57,1	76,8	39,0	63,5	78,1	50,2
De 60 ou mais	22,6	37,4	10,6	26,3	38,7	16,5
<b>Cor ou raça</b>						
Branca	64,3	79,7	50,6	65,8	76,7	56,2
Preta ou parda	64,8	79,9	49,5	63,9	75,0	53,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

(1) Inclusive pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou ignorada.

Essa variação não se deve apenas ao crescimento da inserção feminina, mas também a redução da atividade entre os homens. Enquanto as mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho, a taxa de inatividade masculina sofreu um aumento, especialmente na faixa de 16 a 29 anos. (IBGE, 2014). Vale ressaltar que a taxa de atividade indica a proporção de pessoas economicamente ativas, isto é, aquelas que estão inseridas em uma faixa etária estabelecida e que estejam disponíveis para o mercado de trabalho, seja ocupados ou procurando ocupação (IPEA, 2016).

Em 2007 as mulheres ocupavam 40,8% das vagas no mercado de trabalho formal e em 2016 passaram a ocupar 44% das vagas, onde sua maior participação está voltada para as áreas de administração pública e serviços (PORTAL BRASIL, 2017). Outro dado importante refere-se à escolarização, 19,2% das mulheres em atividade possuem ensino superior completo e apenas 11,5% dos homens também em atividade dispõe do mesmo nível de instrução (IBGE, 2014).

De fato as mulheres não estiveram totalmente afastadas do mercado de trabalho desde sempre, na verdade suas atividades não obtinham reconhecimento econômico. Estima-se que apenas 18,5% das mulheres eram economicamente ativas na década de 70. Todavia, sabe-se que estas mulheres estavam presentes em áreas como a agropecuária, nos serviços domésticos em lares alheios, nos serviços de costura, nos artesanatos, entre outras atividades remuneradas sem serem formalizadas (IPEA, 2016).

Outra situação que tem-se observado é o esgotamento do processo de feminização do mercado de trabalho percebido ao longo das pesquisas realizadas, onde a taxa de atividade feminina tem sofrido poucas variações. Os dados apontam que ano de 2005 a taxa obteve seu auge de 59%, no ano de 2011 a taxa caiu para 56% e no ano de 2014 alcançou 57%, indicando uma estagnação do processo de inserção feminina no meio organizacional (IPEA, 2016).

O crescimento da ocupação feminina ao longo do seu processo histórico, no entanto, não assegurou uma igualdade de direitos frente ao mercado de trabalho mas, por outro lado, vêm fortalecendo a emancipação das mulheres e se caracterizando como um avanço na busca por uma redução das desigualdades de gênero presentes nos mais diversos setores da sociedade (IBGE, 2014).

Diante do exposto, este trabalho objetiva investigar a desigualdade de gênero no âmbito organizacional nas produções acadêmico-científicas, apontando os fatores relacionados às representações sociais construídas ao longo do processo histórico-cultural constitutivo da sociedade brasileira.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica de algumas revistas acadêmicas voltadas para área de negócios e gestão de pessoas, tais como administração, contabilidade e psicologia, disponíveis online. São elas: Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, READ, Revista UFF e RPOT. Além da plataforma web PePsic.

A inclinação para estas revistas se deu devido à forma como abordam a temática enfatizando o sujeito feminino, sendo que em algumas observa-se até uma predileção pelo assunto. Entretanto, cabe salientar o fato de que foram realizadas, também, buscas em outras revistas que, no entanto, não forneceram material pertinente ao objetivo e por este motivo não foram aqui descritas.

A partir dos seguintes descritores: mulher, trabalho feminino, gênero, desigualdade e mercado de trabalho, encontramos 12 artigos que, a princípio abordavam o tema em questão, mas após analisados apenas 9 corresponderam ao objetivo deste trabalho. Por fim, estes artigos foram organizados considerando o procedimento de análise temática, através do qual foram levantadas as seguintes categorias a fim de explorar os conteúdos existentes nos artigos mencionados: a) estilo de vida feminino: dentro desta categoria encontram-se os temas relacionados ao modo como a mulher contemporânea se comporta diante das atribuições que recaem sobre ela, bem como as características que compõem o perfil desta mulher – a busca por independência financeira e a satisfação profissional, o investimento em sua profissionalização, a procrastinação do lazer, dos cuidados pessoais e do desejo de ser mãe; b) trabalho feminino: nesta categoria foram abordados conteúdos relacionados à inserção da mulher no mercado de trabalho, o modo como se deu e os efeitos resultantes desta exposição, destacando-se a importância do empoderamento feminino que encorajou o ingresso da mulher no meio organizacional, bem como os aspectos negativos ligados à notoriedade do trabalho feminino e as desigualdades resultantes deste contexto; c) multiplicidade de papéis femininos: neste item foram inseridos os assuntos que versam sobre as atividades que a mulher vêm desempenhando em decorrência das transformações na estrutura organizacional e as modificações observadas até mesmo no contexto familiar, onde por vezes a mulher é submetida à uma dupla jornada de trabalho e até mesmo assume a postura de provedora do lar; d) aspectos socioculturais da ideologia de gênero: nesta última categoria encontram-se as possíveis motivações que justificam a desigualdade de gênero de modo geral e também

dentro das organizações, que são as construções sociais percebidas, mantidas e disseminadas ao longo dos séculos, geradoras de representações sociais que designam os papéis pertencentes ao homem e à mulher.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a construção deste trabalho foi realizada uma pesquisa com a intenção de verificar a relevância do tema em questão na atualidade. Observou-se que os trabalhos realizados acerca da temática estão, de certa forma, ultrapassados, como pode ser verificado por meio do período de publicação dos artigos, disponibilizado na tabela a seguir (tabela 2). Diante disso, identificamos a necessidade de emersão de estudos atuais, visto que a inserção feminina no mercado de trabalho ainda está em processo e as desigualdades de gênero no meio organizacional também têm se perpetuado, salientando a carência do olhar da psicologia e das áreas a quem é de interesse.

Os artigos encontrados foram analisados de acordo com a categorização apresentada, considerando os dados relevantes para este estudo. O período de publicação destes artigos varia entre os anos de 2002 e 2014, conforme a tabela, organizados em ordem cronológica, estando os mesmos inseridos em cadernos de pesquisa e plataformas, disponibilizados online.

	<b>Título do artigo</b>	<b>Autor</b>	<b>Nome da revista</b>	<b>Período de Publicação</b>
Texto 1	Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero	Maria Juracy Toneli Siqueira	RPOT	2002
Texto 2	Mulher, poder e subjetividade	Maria Isolda C. Branco Bezerra de Menezes	PEPSIC	2002
Texto 3	Vida profissional e afetiva das mulheres no século XXI: o caso das permissionárias do viaduto Otávio Rocha em porto alegre	Deise Luiza da Silva Ferraz e Neusa Rolita Cavedon	READ	2004
Texto 4	As relações de gênero no contexto organizacional: o discurso de homens e mulheres	Goiacira Segurado Macêdo e Kátia Barbosa Macedo	RPOT	2004
Texto 5	Imagens sociais e gênero nas relações de trabalho	Marcus Eugênio Oliveira Lima et al.	RPOT	2005
Texto 6	Noções de “trabalho feminino” no chão de fábrica de uma	Juliana de Carlo e Yára Lúcia	RPOT	2007

	empresa líder no setor de eletrodomésticos	Mazziotti Bulgacov		
Texto 7	Importância e motivações do Estado Brasileiro para pesquisas de uso do tempo no campo de gênero	Lourdes Bandeira	Revista UFF	2010
Texto 8	Câmara dos Deputados: democracia e igualdade de oportunidades entre mulheres e homens?	Amanda Zauli, Cláudio Vaz Torres e Ana Lúcia Galinkin	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	2012
Texto 9	A Multiplicidade de Papéis da Mulher Contemporânea e a Maternidade Tardia	Manuela Nunes Lopes, Letícia Lovato Dellazzana-Zanon e Mariana Gonçalves Boeckel	PEPSIC	2014

**Tabela 2: Artigos acadêmicos levantados**

A seguir serão apresentadas as categorias estabelecidas para a análise dos artigos acima descritos, evidenciando as características que indicam o cenário de desigualdade nas organizações.

#### **a) Estilo de vida feminino**

Neste tópico serão abordados os temas relacionados ao tipo de liderança feminina, o trabalho produtivo em oposição ao trabalho reprodutivo, a influência de fatores que contribuíram para o ingresso feminino ao mercado de trabalho, o adiamento da maternidade, entre outros fatores relacionados ao modo como a mulher tem subsistido no atual contexto em que vive.

Percebe-se que a mulher tem construído uma trajetória dentro das organizações em busca do espaço profissional que por muito tempo lhe fora inacessível – os cargos de chefia. Contudo, conforme apresentado no texto 2, nota-se um traço importante que inicialmente compunha o perfil de liderança feminina, que pode ser observado em suas estratégias para resistir à competitividade, no autoritarismo e, até mesmo, na adoção de vestimentas semelhantes às masculinas, como se essa representação lhe conferisse maior credibilidade.

Trata-se de uma introjeção de características tipicamente masculinas na formação desse “personagem”, engendrando uma descaracterização subjetiva do sujeito feminino, manifesto no esmorecimento de sua singularidade. Sandberg (2013) aponta que há um abismo na ambição de liderança entre homens e mulheres, pois estas demonstram baixa expectativa de crescimento profissional em virtude do desgaste causado pelo desempenhar de múltiplos papéis, o que não é exigido do homem na maioria dos casos.

Nota-se, também, uma intensa relação entre o trabalho feminino na esfera produtiva (ligado ao exercício de atividade remunerada) com o trabalho reprodutivo (ligado aos cuidados

domésticos). Hirata (2002) aponta que o trabalho produtivo está vinculado à produção de valor e o trabalho reprodutivo diz de uma produção de valores de uso não-mercantis. Esta relação condiciona os critérios para escolha de atuação aqueles empregos que possibilitam a conciliação casa/trabalho, como por exemplo a proximidade do local de trabalho, a carga horária, entre outros fatores, mesmo em detrimento a remuneração e a perspectiva de crescimento profissional, como observado no texto 1. Ou seja, existe uma preocupação em amenizar os transtornos causados pela dupla jornada de trabalho feminina, sendo que os cuidados domésticos quase sempre são uma responsabilidade exclusivamente da mulher.

Outro ponto observado foi a influência crescente das tecnologias contraceptivas, do aumento expressivo do nível de escolaridade entre as mulheres, das novas organizações familiares (inclusive monoparentais) e também do movimento feminista, na ruptura das barreiras que limitavam a mulher ao trabalho doméstico e, com isso, ocasionaram mudanças significativas na estrutura social, principalmente no contexto privado, segundo o que revela o texto 1. Madureira (2010) salienta que a partir da segunda metade do século XX sucederam não apenas transformações tecnológicas, mas também no que diz respeito aos costumes, ao comportamento, às contestações sociais e às manifestações culturais. Assim, considera-se que quanto maior o acesso destas mulheres às inovações tecnológicas e à informação pode-se oportunizar seu alcance de forma mais efetiva ao mercado de trabalho.

Com base na pesquisa apresentada pelo texto 2, ressalta-se um sentimento de incompletude e uma preocupação acerca dos aspectos afetivos que, por vezes, a mulher têm procrastinado em decorrência do acúmulo de tarefas, tornando ínfimo o tempo destinado à família, ao lazer e a si própria. Mesmo diante desta realidade, elas não abdicam da satisfação profissional e da independência que conquistaram ao longo dos anos. Pode-se inferir que a inquietude em responder à todas as demandas que são impostas à estas mulheres traz consigo uma culpa, em virtude do tempo que despende para o exercício de suas funções. Concomitantemente, a realização profissional e a autonomia são desejos latentes, do qual as mulheres não abrem mão. Barbosa et al. (2007) afirmam que se antes as mulheres voltavam-se para os desejos e satisfação dos outros, agora elas buscam o seu próprio crescimento pessoal e a consolidação destas transformações.

O distanciamento feminino do lar também provocou alterações importantes no contexto familiar, à exemplo do que ocorre no que tange à maternidade. As determinações de instinto e de natureza humana são frequentemente questionadas e as possibilidades de experiências femininas igualmente ampliadas. Contudo, os valores sociais acerca da maternidade ainda perduram e depositam na mulher a expectativa de que corresponda ao seu papel precípuo de ser mãe (BARBOSA et al., 2007). Desta forma, se antes a mulher possuía como prerrogativa o papel reprodutivo, característico da representação social que lhe era incumbida, agora a função de genitora torna-se uma opção e a mulher vê-se desobrigada da maternidade. Por este motivo, é cada vez crescente o número de mulheres que tendem a preterir ou postergar a maternidade em função de suas ambições profissionais, conforme apresentado na pesquisa do texto 9. Uma das explicações para que esta seja vista como um empecilho à realização profissional é que muitas organizações ainda são resistentes ao fato de a mulher necessitar ausentar-se durante o período de licença, garantido por lei, não vendo com bons olhos quando se faz preciso.

Ainda, de acordo com o texto 9, os dados demonstram, também, que estas mulheres, apesar dos riscos que a medicina esclarece, optam por construir carreira e conquistar melhores condições financeiras, sociais e emocionais para então se tornarem mães. Isto porque a faixa etária adequada para consolidação da carreira coincide com a melhor idade para ter filhos e, assim, aquelas que estão engajadas profissionalmente adiam a maternidade para não interromper sua ascensão profissional (BARBOSA et al., 2007). Outro fato que justifica esta opção de adiamento da maternidade é que as mulheres tem visto a necessidade de aperfeiçoamento acadêmico constante para sua manutenção no mercado de trabalho e, com isso, há uma dificuldade de conciliação casa-trabalho-estudo. Ademais, a postergação da maternidade e, por que não dizer do casamento, são um produto das exigências às quais as mulheres contemporâneas têm de dar conta.

## **b) Trabalho feminino**

Neste item serão apresentadas as temáticas que versam acerca da inserção da mulher ao meio organizacional e as principais características observadas neste contexto, destacando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres relacionadas às desigualdades de gênero.

Verifica-se que o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho se deu de forma gradual e exigiu uma série de adequações quanto às cobranças frente à atual conjuntura organizacional. Scott (1991) destaca que a mulher trabalhadora é produto da revolução industrial e sua visibilidade é um problema que implica o próprio sentido da feminilidade e a compatibilidade com o trabalho assalariado. Esta incorporação feminina provocou um abalo no modelo patriarcal de família, colocando em questão o lugar do homem como único provedor, uma vez que a mulher passou a contribuir ativamente nas finanças do lar, assumindo sua independência em diversos setores de sua vida. Por outro lado, surgem também alguns aspectos vistos como negativos decorrentes desta inclusão ao mercado. Uma delas é a desigualdade baseada em privilégios sexistas enfrentada no meio organizacional, como revela o texto 3.

De acordo com o texto 7, uma das principais contribuições para o ingresso de mulheres nas organizações foi o movimento feminista dos anos 70, que impulsionou o empoderamento feminino e, a partir daí, a busca por direitos e pela horizontalidade das relações de poder. Saffioti (1994) ressalta a necessidade de uma condição *sine qua non*, em que seja atribuído o mesmo valor ao masculino e feminino em relação às probabilidades de exercício do poder. Torna-se necessário, então, questionar as disjunções existentes nas relações entre homens e mulheres, onde as diferenças entre os sexos parecem ser ignoradas para serem melhor exploradas, ou seja, negando a existência das disparidades entre os sexos é possível tirar melhor proveito do trabalho desvalorizado ofertado à mulher.

Com base no texto 6, as habilidades atribuídas ao sexo masculino são percebidos como critérios discriminatórios para uma contratação, e não o que de fato os indivíduos estão capacitados, deixando evidente que os padrões fundados em estereótipos sexistas continuam vigentes nas organizações, mesmo que de forma mais sutil, como aponta o texto 4. Scott (1991) revela que diversos empregadores designavam aos empregos características inerentes aos sexos, onde as tarefas cuja exigência fossem delicadeza e paciência eram consideradas femininas e aquelas que demandavam força, velocidade e habilidade

consideravam-se masculinas. Estas estratégias de contratar mulheres para alguns empregos e não para outros criaram a categoria trabalho feminino.

Sabemos que trabalho da mulher fora do ambiente doméstico não é recente, ela sempre esteve ligada aos trabalhos informais, como por exemplo às atividades agrícolas e artesanais, entre outras. O que se percebe é que o reconhecimento dessa condição e o assalariamento da mulher trouxe notoriedade às desigualdades pré-existentes e a necessidade de valoração da mulher enquanto profissional, como mostra o texto 3. Neste sentido, o trabalho feminino revelou as práticas “não ditas” que permeiam as organizações, como a distinção salarial, a dificuldade de ascensão aos cargos de altos escalões, entre outras. De acordo com Hirata (2002), existe uma discriminação por parte dos empregadores em relação às mulheres, sobretudo as casadas, pois conferem à elas a supervisão da vida familiar, o que as impediria de se dedicar por completo ao trabalho.

A discriminação baseada, *a priori*, na determinação do gênero está diretamente associada à segregação ocupacional ou “teto de vidro” (*glass ceiling*), como também é conhecido, sendo este fenômeno manifestado como barreiras invisíveis e não explícitas (COELHO, 2006), geradas por preconceitos exprimidos pelos sujeitos e pelas organizações, obstruindo o acesso de mulheres à sua progressão de carreira, como visto no texto 8. Isto posto, nota-se que as organizações, de certa forma, favorecem a subsistência das desigualdades de gênero na medida em que introduzem na cultura da empresa os estereótipos ligados à representação dos papéis de homem e mulher. Tal aspecto ficou evidenciado na pesquisa retratada pelo texto 8, onde as mulheres não ocupantes de postos de mando, se consideraram preteridas na indicação para cargos de chefia e associaram esse evento à questão de gênero, sendo as oportunidades percebidas como desiguais. Coelho (2006) aponta um modelo de discriminação por preferência, onde o empregador opta em contratar um homem em detrimento à mulher apenas por uma questão de gosto, sendo este amplamente motivo por condições culturais e psicológicas.

Outro fator identificado foi o patriarcalismo, que sugere a hierarquia entre homem e mulher, numa relação de dominação e subjugação (COSTA, 2008), também manifestado nas organizações favorecendo a divisão sexual do trabalho e a masculinização das funções de chefia. Ou seja, as áreas de atuação profissional parecem ser estabelecidas consoante ao modelo patriarcal de sociedade, designando qual o lugar de cada um de acordo com o sexo, como mostra o texto 5. Assim, cabe à mulher as profissões ditas femininas que possuem menor prestígio e menores remunerações, revelando que o trabalho possui valor e significado diferentes quando exercido por homens ou mulheres.

Observou-se, ainda, com base na pesquisa do texto 5, onde propunha-se a situação em que a mulher ocupava um cargo superior ao homem, que a percepção dos participantes do sexo masculino foi de que esta condição era emocionalmente desconfortável e que as mulheres expressam insegurança quando em posições dominantes. Essa discriminação pode manifestar-se em frase como “não aceito receber ordens de uma mulher” (COELHO, 2006), supondo um preconceito enraizado, onde o homem não admite ser colocado em uma situação inferior à mulher, reafirmando o que foi posto anteriormente, a hierarquização do trabalho vinculada à estrutura patriarcal.

Destacamos, também, um dos eventos característicos da inserção da mulher ao meio organizacional, que trata-se da exposição feminina ao assédio sexual, em decorrência de propostas tidas como “uma chance de crescimento”, onde o corpo da mulher é visto como moeda de troca para sua ascensão profissional. Oliveira (1999) contribui dizendo que o assédio e, até mesmo, o abuso sexual expressam-se como uma forma de dominação e opressão no mundo do trabalho, chegando a ocasionar depressão, angústia, receio em perder o emprego e humilhações, podendo afetar a saúde das mulheres. É um preço que muitas não estão dispostas a pagar e, por este motivo, passam a ser vítimas também de assédio moral, por não cederem às chantagens de um superior, levando-a até mesmo a renunciar ao emprego. O texto 4 reitera que o assédio sexual é um mecanismo de constrangimento que vitima as mulheres que almejam o progresso de carreira.

### **c) Multiplicidade de papéis femininos**

Serão apresentados nesta categoria os papéis que a mulher têm assumido diante da exposição ao mercado de trabalho e as consequências que se sucederam no contexto familiar e também em sua rotina de trabalho.

É sabido que o aumento da participação feminina no meio organizacional trouxe consigo, além da possibilidade de alcançar minimamente sua autonomia, um acúmulo de tarefas e responsabilidades dentro e fora do lar. Ademais, a dupla jornada de trabalho feminino faz-se resultante da falta de uma redistribuição das tarefas, uma vez que grande parte da população masculina não contribui com as atividades domésticas. Consoante a isso, Scott (1991) argumenta que a industrialização não proporcionou às mulheres uma separação entre casa e trabalho, ou mesmo, deixou-a optar pela domesticidade ou trabalho remunerado. Assim, a despeito do trabalho que realizam fora do âmbito doméstico, percebe-se que a mulher apenas somou tarefas às que já possuía, ocasionando uma sobrecarga de trabalho, evidenciado no texto 1. Sandberg (2013) diz que as mulheres estão rodeadas de manchetes e notícias que impõe não serem capazes de se dedicar-se à família e à carreira, impelindo-as optar por uma delas, pois do contrário estarão esgotadas e descontentes.

Outro fato percebido através do texto 3, foi a contradição entre os sentimentos que a mulher apresenta acerca da multiplicidade de tarefas que desempenha. Ora, mostram-se satisfeitas e realizadas em estarem ativas profissionalmente, conquistando sua independência financeira e pessoal; ora, sentem-se culpadas por acreditarem estar sacrificando sua vida familiar. Sandberg (2013) discorre a esse respeito revelando que as mulheres da atualidade presenciaram suas mães buscando dar conta de tudo, mas que foram obrigadas a abrir mão de algo, que frequentemente era sua carreira profissional. A pesquisa do texto 9, menciona que algumas mulheres tem manifestado, até mesmo, o desejo de voltar no tempo, onde estas tinham menos obrigações e podiam se dedicar efetivamente à família. Outras, no entanto, optam por não constituir família e se dedicarem exclusivamente à realização profissional, assim não se sentiriam divididas, como exposto no texto 3.

Sandberg (2013) assinala, também, que a incorporação de metas pessoais e profissionais aumentou as exigências de investimento de energia no trabalho e de atender “ao destino biológico” de reprodução, ao mesmo tempo que as tarefas de casa e da criação dos filhos não foram compartilhadas com seus companheiros e o local de trabalho não fornecia a

flexibilidade necessária para cumprir essas imposições. Assim, pode-se considerar que o papel da mulher no ambiente familiar condiciona, de certa forma, sua aderência ao mercado de trabalho, na medida em que suas responsabilidades do lar interferem em sua atividade profissional, como demonstrado no texto 2. Conseqüentemente, para a mulher é muito mais difícil distanciar-se das representações que são incorporadas na figura feminina, onde o lar parece ser o lugar de pertença da mulher, e mesmo quando esta parece se desvencilhar destas características mais evidentes elas se tornam.

Na busca intermitente destas mulheres em conciliar o papel de mãe e profissional, algumas tem buscado formas de preencher as lacunas provenientes do seu afastamento do lar, proporcionando aos filhos maiores possibilidades educacionais, melhores entretenimentos e buscando aproveitar com mais qualidade o tempo em família, como destaca o texto 2. Esse investimento de tempo ressalta a preocupação com as perdas e prejuízos que tem sido provocado pela ausência da mulher no contexto familiar. De acordo com Barbosa et al. (2007) as mulheres relatam que a culpa e a necessidade de compensar o tempo em que estão ausentes é a maior consequência de trabalhar fora. Além do mais, o texto 1 esclarece que boa parte destas mulheres também são chefes de família e as conduzem sozinhas, aumentando ainda mais sua responsabilidade e papéis a desempenhar.

A partir dos estereótipos construídos acerca das representações sociais, o texto 5 discorre sobre o modo como homens e mulheres são percebidos e quais as características os entrevistados atribuem a cada um deles. Ao homem foram atribuídos traços como independência, autossuficiência, assertividade e agressividade e à mulher atributos relativos ao cuidado doméstico e com a prole, como por exemplo proteção, afetividade, sensibilidade, prestatividade. Esta pesquisa reforça o modo como as representações sociais estão impregnadas no nosso cotidiano e designam, muitas vezes, qual o lugar pertencente ao homem e à mulher.

Diante do exposto, percebe-se que as exigências que recaem sobre a mulher, de que ela seja uma profissional competente, boa mãe, esposa dedicada, caprichosa nos cuidados domésticos, além de corresponder aos padrões da sociedade em termos estéticos, tem provocado um aglomerado de imposições das quais tornam-se incapazes de atender, gerando sentimento de frustração e impotência frente à estas demandas. Somando-se a isso, Oliveira (1999) enfatiza que as mulheres, muitas vezes, são submetidas ao adoecimento psíquico, visto que diante delas estão a escolha pela maternidade, pelo aleitamento e até mesmo pelo desmame dos filhos, o que para elas torna-se penoso.

#### **d) Aspectos socioculturais da ideologia de gênero**

Por fim, destaca-se neste item as prováveis motivações das desigualdades de gênero na contemporaneidade, que permeiam todos os setores da vida social, evidenciando as consequências percebidas nas organizações, como enfoque do trabalho.

Como sabemos, a história de subordinação das mulheres está amplamente ligada às relações de gênero, já que é através da distribuição desigual de poder baseada numa biologia que a hierarquia entre homens e mulheres se constitui e se perpetua. Segundo Oliveira (1999) a categoria gênero explica as relações de poder entre os sexos e proporciona a dimensão social da desigualdade sexual. A autora ainda complementa dizendo que as relações de gênero são

uma construção cultural e social e refletem um processo contínuo e descontínuo da formação de lugar de poder masculino e feminino. Assim, a subordinação feminina é fruto de um processo educativo impregnado na cultura e por ela disseminado, fazendo com que homens sejam socializados para exercer autoridade e as mulheres para submeter-se à ela, como demarcado pelo texto 4.

Numa perspectiva histórica, a sociedade legitimou como pertencente à mulher os papéis de esposa e mãe, limitando-a ao ambiente doméstico. Contudo, de acordo com o texto 2, mesmo que de forma paralela, a mulher sempre esteve ligada aos trabalhos “extraluar”, sem receber o reconhecimento por tais atividades. Perrot (1991) afirma que as mulheres apoderaram-se dos espaços deixados ou confiados à elas para ampliar sua atuação às margens do poder.

Nota-se também que a ideologia de gênero favoreceu o surgimento da divisão sexual do trabalho, onde funções são designadas de acordo com o sexo, envolvendo representações e práticas socialmente construídas e aceitas, conforme apresenta o texto 2. Já o texto 4 afirma que, com a introdução da categoria gênero houve uma redefinição da relação ou interação no trabalho, trazendo à tona as relações de poder entre os sexos. Segundo Saffioti (1994) a ideologia de gênero e as violências factuais provocaram uma inversão, onde a mulher parece consentir sua subordinação como categoria social. Além disso, o texto 7 acrescenta que, a partir desta divisão, os trabalhos manuais e repetitivos eram atribuídos às mulheres, enquanto os que demandavam capacidade técnica destinavam-se aos homens. Assim, o trabalho feminino via-se inferiorizado e justificava-se na assimetria das relações entre homens e mulheres.

De acordo com o texto 4, a própria definição de trabalho masculino ou feminino está carregada de representações e práticas sociais, que envolvem as perspectivas histórico-sócio-cultural. Hirata (2002) menciona que a dualidade ou segmentação do mercado de trabalho é apenas um dos aspectos da segregação entre homens e mulheres e que estes são divididos por setor de atividade, pela qualificação e, também, pelo tipo de trabalho que realizam. Percebe-se que estas designações de trabalho dificultam ou impedem o acesso de mulheres à funções, como por exemplo nas áreas de engenharias, computação, entre outras, amplamente masculinizadas.

O texto 4 aponta, ainda, que os discursos masculinos se sustentam pela cultura machista, que naturaliza as relações de dominação e subordinação e que o discurso feminino que se diz consciente dos processos discriminatórios e opressivos, mas se submete à eles e se torna, por conseguinte, cúmplice da própria subordinação. Vê-se estas expressões transmitidas de geração em geração e reforçadas desde a mais tenra idade, como construtos de uma sociedade onde o prestígio e o poder é atribuído tão somente ao homem. Por muito tempo o movimento de mulheres empenhou-se em conquistar a tal igualdade, sem se atinar ao fato de que a própria concepção de igualdade estava pautada em um padrão machista e patriarcal, sendo necessário uma transformação mais abrangente, onde o conceito de igualdade fosse também inquirido (COSTA, 2008).

Assim, constata-se que as relações sociais que construímos estão constantemente permeadas por significantes de gênero que designam os papéis pertencentes aos homens e

mulheres, inclusive nas organizações, onde estes construtos favorecem o surgimento das desigualdades resultantes da assimetria entre masculino e feminino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que a inserção feminina no mercado de trabalho é um processo histórico e cultural que tem sido construído permeado por uma trajetória de desigualdades que, por um lado, afetam as possibilidades da mulher de angariar conquistas e, por outro, as impulsionam em alcançar lugares cada vez mais altos, superando as barreiras impostas a elas. Contudo, percebe-se que o ingresso ao meio organizacional não proporcionou de forma efetiva a emancipação feminina, uma vez que o trabalho da mulher ainda é visto como secundário ao do homem, sendo este um dos reflexos da desigualdade de gênero que se mantém. Além disso, o trabalho feminino é também inferiorizado no que tange à remuneração em relação ao homem.

Os resultados indicaram, ainda, que a mulher tem investido cada vez mais em sua profissionalização e tem abdicado, de igual modo, de fatores antes tidos como essenciais para a realização feminina. Concomitante a isso, têm se afastado das obrigações que determinavam sua participação na sociedade – reprodução, zelo pela família, criação e educação da prole e cuidados domésticos, *a priori*.

Todavia, a inserção feminina ao mercado de trabalho trouxe consigo consequências desagradáveis e dispendiosas, à exemplo da dupla jornada de trabalho e a multiplicidade de papéis que recaem sobre esta. Nesse sentido, faz-se necessário uma redistribuição das tarefas domésticas entre homens e mulheres, a fim de tornar essa relação mais justa e igualitária, amenizando as disparidades decorrentes da desigualdade de gênero nas organizações.

Compreendemos que, embora a uniformidade de poder entre homens e mulheres não seja uma realidade, visto que a sociedade contribui para a perpetuação de características patriarcais e relações de dominação, há um movimento feminino em direção a potencializar sua autonomia na busca pela igualdade de direitos e pela sua realização em todos os aspectos da vida.

Por fim, destacamos a importância de pesquisas que se aprofundem nesta temática para que seja possível uma percepção atual deste cenário, situando o lugar da mulher nas organizações contemporâneas, suas conquistas e as dificuldades ainda enfrentadas, contribuindo no embasamento de trabalhos vindouros.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n117, p. 127-147, 2002.

BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Maternidade**: novas possibilidades, antigas visões. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v19n1/12.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2017.

BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton. **Gênero, educação e sexualidade: Reconhecendo diferenças para superar [pré] conceitos**. Uberlândia – MG: Ed. dos autores, 2016.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v.37, n.132, p. 537-572, 2007.

COELHO, Danilo. Ascensão profissional de homens e mulheres nas grandes empresas brasileiras. In: De Negri, J. A., De Negri, F. & Coelho, D. (Ed.), **Tecnologia, exportação e emprego**. Brasília, DF: Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada, 2006. p. 143-159

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

GALINKIN, Ana Lúcia; SANTOS, Claudiene; ZAULI-FELLOWS, Amanda. In: GALINKIN, Ana Lúcia; SANTOS, Claudiene (Orgs.). **Gênero e Psicologia Social**. Brasília, DF: TechnoPolitik, 2010. p. 17-27

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Estatísticas de gênero: Uma análise dos resultados do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ: Estudos e pesquisas, 2014.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Mulheres e Trabalho**: breve análise do período 2004-2014. Nota Técnica nº. 24. Brasília, 2016.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Traduzido por Lilian Ulup. Rio de Janeiro, RJ: Eduerj, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. Gênero, sexualidade e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito. In: GALINKIN, Ana Lúcia; SANTOS, Claudiene. **Gênero e Psicologia Social**. Brasília, DF: TechnoPolitik, 2010. p. 31-57

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido por: Pedrinho A. Guareschi. 5.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. 2.ed. – Vitória, ES: EDUFES, 2001.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PERROT, Michelle. Sair. Traduzido por Egito Gonçalves. In: Duby, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das mulheres no ocidente**. Vol. 4: o século XIX. Lisboa: Afrontamento, 1991. p. 503-536.

PORTAL BRASIL. **Mulheres ganham espaço no mercado de trabalho**. 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/mulheres-ganham-espaco-no-mercado-de-trabalho>. Publicado em 09/03/2017. Acesso em: 17 de outubro de 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

————— **Violência de gênero no Brasil atual**. Estudos feministas. [S.l.]. 1994

SANDBERG, Sheryl; SCOVELL, Nell. **Faça acontecer: Mulheres, trabalho e a vontade de liderar**. Traduzido por Denise Bottmann. 1.ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2013.

SCOTT, Joan. A Mulher Trabalhadora. Traduzido por Cláudia Gonçalves. In: Duby, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das mulheres no ocidente**. Vol. 4: o século XIX. Lisboa: Afrontamento, 1991. p. 443-474.

————— **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989.

## INTERFACES ENTRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A PSICOLOGIA

Priscila Silva de Oliveira<sup>1</sup>; Bárbara Karoline Lima Machado<sup>2</sup>

1. Docente da Empresa Brasileira de Ensino Pesquisa e Extensão (MULTIVIX) Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo. Pós Graduação (Lato Sensu) em Transdisciplinaridade e Clínica pela Faculdade Saberes. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

2. Acadêmica de Psicologia na Faculdade Brasileira Multivix Vitória

### RESUMO

A Economia Solidária é caracterizada como um processo autogestionário, na qual permite a alteração coletiva da forma de estar no trabalho. Baseando-se em princípios como a Autogestão, Solidariedade, Coletivo e Autonomia é que esse modo de produção se organiza. Desta maneira, este estudo objetiva analisar o modo de organização do trabalho na Economia Solidária e sua interface com discussões da Psicologia. Trata-se de uma Pesquisa Bibliográfica e para a busca dos materiais utilizou-se os descritores "Economia Solidária" e "Psicologia" na Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi). O presente trabalho adota como referencial teórico a Psicologia Social Crítica. Os resultados apontam que essa temática necessita de contribuições, tanto de cunho teórico como prático. A Economia Solidária mostra-se como um campo emergente e possível de atuação do Psicólogo.

**Palavras- Chave:** Economia Solidária; Trabalho; Psicologia.

### ABSTRACT

The Solidarity Economy is characterized as a self-management process, in which it allows the collective alteration of the way of being at work. Relying on principles such as Self-management, Solidarity, Collective and Autonomy, this mode of production is organized. In this way, this study aims to analyze the way of organizing work in the Solidarity Economy and its interface with discussions of Psychology. It is a Bibliographic Search and the search for the materials was used the descriptors "Solidary Economy" and "Psychology" in the Virtual Library in Health Psychology (BVS-Psi). The present work adopts as theoretical reference the Critical Social Psychology. The results indicate that this theme requires contributions, both theoretical and practical. The Solidarity Economy shows itself as an emerging and possible field of action of the Psychologist.

**Key-Words:** Solidarity Economy; Job; Psychology.

### INTRODUÇÃO

Desde o final da década de 1960, tem acontecido mudanças nas relações de trabalho e nas formas de produção e reprodução do capital. O modelo de organização das atividades produtivas foi alterado, e o capitalismo globalizado em padrões neoliberais produz inúmeras problemáticas, entre elas, o aumento do desemprego: "nas indústrias com produtos de maior valor agregado, intensificou-se a substituição de trabalhadores por meio da utilização de instrumentos com elevada concentração de capital resultando em crescentes índices do que se chama de "desemprego tecnológico". " (FARIA, 2013, p. 2).

Observou-se então, como ressalta Magro e Coutinho (2008), a “necessidade de reinventar a emancipação social, assim como implica em novas dimensões na ideia de sistemas alternativos de produção, a fim de criar respostas para as novas problemáticas sociais que se apresentam” (p. 704). Assim, verificou-se, que uma expressiva quantidade de trabalhadores eliminados do mercado formal de trabalho devido à falta de qualificação, passou a procurar uma reinserção através de experiências econômicas de costume solidário (BARFKNECHT et al., 2006, p.55).

[...] os conceitos de desenvolvimento e eficiência na Economia Solidária não são pautados apenas em aspectos econômicos, mas ressaltam principalmente as questões humanas e sociais, além do respeito ao meio ambiente, tendo como foco não a acumulação, mas o atendimento das necessidades elementares e a busca do bem viver para todos. A preocupação, porém, não se limita ao atendimento das necessidades materiais, mas envolve aquelas referentes à autonomia, ao reconhecimento e à inserção social (BEATRIZ; CARVALHO, 2015, p. 215.)

Ainda, de acordo com Beatriz e Carvalho (2015) “a Economia Solidária é definida como uma nova forma de produzir, vender, comprar e trocar o que é necessário para viver, fazendo isso de modo não exploratório, pautando-se na solidariedade e na autogestão”. O que se tem é uma relação de correspondência por ambas as partes, algo que vai além do “cumprimento de deveres, mas envolve uma postura ativa de quem acolhe o outro porque este lhe é diferente e complementar, é a divisão de responsabilidades e consequências” (p. 217).

Assim, a Economia Solidária surge no Brasil, no final do século XIX, caracterizada como um modo de produção autogestionário e cooperativo. Porém, no fim da década de 1980, ela retorna como uma forma de combater as consequências sucedidas do modelo de produção capitalista. Sendo assim, esse modo de organização do trabalho torna-se uma alternativa de sustentabilidade dos trabalhadores desempregados e também de inclusão no mercado de trabalho (DIMOV; NÓBREGA, 2014; BARATIERI; BEATRIZ, 2013).

Por se tornar essa alternativa no mercado de trabalho, a Economia solidária tornou-se um importante movimento social que cresceu e continua se desenvolvendo no Brasil. Com o estabelecimento de princípios fundamentais e concepções acordadas coletivamente, esse modo de produção alcançou, entre muitas conquistas, sua definição oficial do conceito de Economia Solidária no Brasil:

[...] assumida e amplamente difundida pelo FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), pelo CONAES (Conselho Nacional de Economia Solidária), pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) e por todos os demais organismos e entidades da sociedade civil que constituem o Movimento da Economia Solidária. Assim, a economia solidária, conforme consta no Atlas da Economia Solidária no Brasil (2009), está definida como: “Um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (LIMA, 2015, p.196).

Esse modo de produção pode apresentar diversos formatos. Para Veronese (2005), “os processos sempre relacionais que envolvem o trabalho, que o engendram e a partir dos quais se forjam outras relações e experiências, podem assumir configurações peculiares.” (p.58); contudo, todas as formas de relações, colaboram para uma construção de coletividade.

No Brasil, quando a Economia Solidária ganhou forças, a partir da década de 90, podemos observar “as primeiras experiências que se multiplicaram em todo o país, no meio rural e no

meio urbano, das mais variadas e diversas formas, protagonizadas por diferentes atores sociais: sindicatos, igreja católica, movimentos sociais e o MST. ” (LIMA, 2015, p.195). Segundo Guareschi e Veronese (2005), independente da forma organizacional a Economia Solidária tem o objetivo de, a partir da coletividade, promover recursos sustentáveis:

A economia solidária, nas suas diversas formas organizacionais (cooperativas, associações, grupos informais etc.), é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável (p.60).

A Economia Solidária pode ser considerada também como uma forma de resistência “por ser regida na direção de uma lógica oposta à da troca desigual, criando espaços de sociabilidade, produção e comércio em pequena escala, comunitários, buscando a auto-sustentabilidade e a cooperação e participação de todos” (GUARESCHI; VERONESE, 2009, p.96).

Porém, trabalhar na contramão do sistema que é regido, não é uma tarefa fácil e apresenta muitas vezes, dificuldades a serem enfrentadas. Essas dificuldades estão relacionadas ao modo de produção capitalista, na qual a Economia Solidária acaba por ser submetida à lógica do mercado, interferindo no ritmo de produção, exigindo assim, um caráter competitivo. A verdade é que esses trabalhadores, como afirma Andrade (2006), “nasceram e se desenvolveram para o trabalho sob a égide de uma organização social capitalista, pautada pelo assalariamento, pela subordinação, pela divisão capital-trabalho, pela competitividade” (p.3), ou seja, por uma ordem contrária aquela proposta pela Economia Solidária.

Uma das grandes dificuldades encontradas pelo movimento da Economia Solidária é que se vive em uma sociedade em que predominam os valores da competitividade e do individualismo, dificultando sobremaneira a introdução da cultura solidária, por significar enfrentar inúmeras contradições e superar algumas delas (BARATIERI; BEATRIZ, 2013, p.72).

Ainda, de acordo com Guareschi e Veronese (2009), uma outra dificuldade encontrada é quanto a permanência do caráter organizativo da Economia Solidária. É necessário que os trabalhadores priorizem os valores para que essa maneira de produção não se assemelhe ao modo de produção capitalista:

Aqueles que dispõem de menos recursos de formação profissional e educação formal, omitem-se por acharem-se incompetentes, por trazerem resquícios muito vivos de experiências anteriores de subordinação. Percebem-se, assim, inadequados e insuficientemente preparados para conduzir o empreendimento em moldes democráticos e participativos (p.99).

Nesse sentido, a Psicologia insere-se nesse contexto para colaborar, a partir de seus conhecimentos e práticas, para a superação dos desafios e dificuldades, e principalmente “na construção de uma subjetividade pautada nos valores da Economia Solidária” (BEATRIZ; CARVALHO, 2015, p.216). Conforme aponta Guareschi e Veronese (2005), “é nas razões da emergência de um campo, como a economia solidária, que a psicologia vai buscar elementos para analisar, criticamente, a relação que os sujeitos ali estabelecem com o seu trabalho ” (p.96).

O trabalho é considerado como um campo central na vida do sujeito, já que influencia na construção da subjetividade, como afirma Veronese (2005): “antes de ser uma instância

individual, ela é instância coletiva, social e histórica. Reafirma-se que o trabalho pode ser considerado como fonte de subjetivação, portanto questão central na psicologia” (p.90).

O referencial teórico-metodológico que fundamenta o referido estudo, adota como abordagem a psicologia social crítica, na qual trata-se de uma Psicologia Social articulada ao materialismo histórico e que tem como proposta a transformação da realidade e a promoção da emancipação (LIMA et al., 2009). A Psicologia Social Crítica nasce no Brasil, entre os anos de 1990 assim como a Economia Solidária, como resposta ao “processo de consolidação da democracia burguesa e da hegemonia neoliberal na sociedade brasileira. “ (JUNIOR, 2013, p.218).

De acordo com Junior (2013) na Psicologia Social Brasileira, temos as seguintes contribuições de Silvia Lane e Pedrinho Guareschi:

Lane que introduz uma reflexão sobre a necessidade de novas categorias que dão conta do caráter histórico e social do homem, discute contribuições do materialismo histórico para a psicologia, ressignifica as categorias atividade, consciência e identidade na psicologia social, aponta para o caráter adaptacionista da psicologia social norte-americana e levanta a necessidade de uma psicologia voltada para intervenções comunitárias [...] E Guareschi que desenvolveu e ainda desenvolve intensa atividade teórica sobre temas como ideologia, poder, dominação, representações sociais, mídia, comunicação e subjetividade (p.243).

Nesse sentido, busca-se analisar os modos de viver e os modos de trabalhar, na qual estão diretamente ligadas à questão da subjetividade; assim, para Veronese (2003) “não se percebe o ser humano como algo já acabado, mas sim com potencialidades inscritas num devir pleno de possibilidades” (p.2). A economia solidária, segundo Lima (2015), “se constitui como um importante campo de pesquisa e atuação da psicologia social ao se apresentar como uma proposta contra hegemônica e se inscreve no campo das resistências como forma de negação da ordem instituída pelo capitalismo.” (p.208).

Justifica-se a escolha dessa temática, por ser uma forma alternativa de economia atual e recentemente discutida nas ciências sociais; isto não quer dizer que a economia solidária alcançará um espaço importante na economia mundial, mas “precisamos cuidar, no presente, desse futuro incerto: por isso, contraí-lo enquanto certeza, não importância” (VERONESE, 2005, p.95).

Diante disso, intenciona-se nesse estudo analisar o modo de organização do trabalho na Economia Solidária e sua interface com discussões da Psicologia. Logo, para que essa proposta seja alcançada, objetiva-se especificamente compreender a organização do trabalho a partir dos princípios ou regras que regem esse modo de produção, entender a Economia Solidária à luz das contribuições da psicologia e analisar a possibilidade de atuação do psicólogo nesse campo.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Inicialmente foi escolhida para a pesquisa de artigos a Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi), por agregar fontes consistentes de dados científicos. A busca dos artigos na BVS-Psi foi realizada através dos descritores *Economia Solidária* e *Psicologia*. Na sequência foram acessadas separadamente as fontes Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia) e SciELO (Scientific

Electronic Library Online). Foi realizada uma primeira triagem, assim, foram selecionados os artigos nacionais do período de 2000 a 2015. Esse intervalo foi escolhido devido a ascendência das discussões entre Economia Solidária e Psicologia acontecer nesse ínterim.

Diante dos resultados obtidos nas buscas foi realizada a leitura completa dos textos. Foram eliminados os materiais que estavam repetidos entre as bases ou que discutiam apenas sobre a Economia Solidária, e não incluíam a Psicologia no decorrer do artigo. No total das buscas foram identificados 47 trabalhos. Destes, 15 foram descartados por estarem repetidos entre as bases, 18 foram eliminados porque o conteúdo não correspondia ao objetivo dessa pesquisa, que é a relação dessa economia com a psicologia, e 14 artigos foram selecionados.

Os artigos selecionados foram enumerados para melhor apresentação nas discussões, conforme mostra a Tabela 1.

**Tabela 1**

**Numeração dos artigos para análise**

	Título do Artigo
1	Campo de atuação do (a) psicólogo(a) no movimento da Economia Solidária no Brasil
2	Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano
3	A questão da Saúde do Trabalhador em empreendimentos autogestionários
4	Novos Caminhos, Cooperação E Solidariedade: A Psicologia Em Empreendimentos Solidários
5	O nascimento de uma associação de catadores de material reciclável - um estudo de caso
6	Oficina integrada de geração de trabalho e renda: estratégia para formação de empreendimento econômico solidário
7	Os Sentidos Do Trabalho Para Sujeitos Inseridos Em “Empreendimentos Solidários
8	Porque trabalhar com economia solidária na Psicologia Social
9	Possibilidades Para a Psicologia na economia solidária: atuação numa ITCP
10	Possibilidades Solidárias E Emancipatórias Do Trabalho: Campo Fértil Para A Prática Da Psicologia Social Crítica
11	Psicologia E Cooperativismo Solidário: Possíveis (Des)Encontros
12	Saúde Mental E Economia Solidária: Análise Das Relações De Trabalho Em Uma Cooperativa De Confecção De Porto Alegre
13	“Todos são iguais”, “todos são responsáveis” e “todos estão no mesmo barco”: os (des)entendimentos da autogestão cooperativa
14	Trabalho E Política No Cotidiano Da Autogestão: A Rede Justatrama

Para analisar os 14 artigos escolhidos, esta pesquisa adotou como Método a Análise de Conteúdo que, conforme Franco (2005, p.26), nos permite produzir inferências já que implica em realizar comparações a partir dos dados obtidos e do conhecimento do investigador com diferentes abordagens teóricas. A primeira etapa incide em descrever as características do texto de forma resumida e a última etapa consiste na interpretação que é o resultado da inferência, ou seja, trata-se a possibilidade de implicar as descrições com alguma teoria (FRANCO, 2005).

Com isso, a fim de caracterizar os artigos, eles foram detalhados e classificados da seguinte maneira: (a) *tipo de publicação*, na qual foi identificado se o material era um artigo teórico ou empírico; (b) *ano de publicação dos estudos*; (c) *Referencial Teórico* utilizado para realizar o

estudo e (d) *instrumentos de coleta de dados*, obtidos através do detalhamento metodológico dos estudos. Assim, seguem os dados da análise dos artigos descritos abaixo:

(a) *Quanto ao Tipo de Publicação:*

Dos 14 artigos analisados, 04 materiais eram teóricos e 10 eram empíricos. A maior quantidade de estudos de cunho prático nos auxilia à medida que, expõe na prática, como é estabelecida as relações da Economia Solidária; porém, são necessárias revisões teóricas afim de contribuir para o amadurecimento de discussões da Psicologia junto à Economia Solidária. As Revistas que mais publicaram os artigos utilizados foram *Caderno de Psicologia Social do Trabalho* e *Psicologia & Sociedade*, outras revistas apareceram, conforme ilustrado na Tabela 2.

**Tabela 2** Frequência das Publicações por Revista

Nome da Revista	Frequência
<i>Psicologia &amp; Sociedade</i>	06
<i>Caderno de Psicologia Social do Trabalho</i>	04
<i>Psicologia para América Latina</i>	01
<i>Revista de Terapia Ocupacional da USP</i>	01
<i>Psico</i>	01
<i>Psicologia Em Estudo</i>	01

(b) *Quanto ao Ano de Publicação*

A classificação dos estudos por período afirma a Economia Solidária como um campo novo e que os estudos relacionados a área da Psicologia ainda são precários, conforme aponta Tabela 3.

**Tabela 3** Frequência das Publicações conforme o período

Ano	Frequência
2004	1
2005	2
2006	2
2008	2
2009	1
2013	3
2014	2
2015	1

(c) *Quanto ao Referencial Teórico*

Com esta categoria, identificamos que a maioria dos estudos estão pautados na Psicologia Social, incluindo nesse campo, a Psicologia Social Comunitária e a Psicologia Social Crítica conforme Tabela 4. Vale ressaltar que alguns estudos destacaram duas teorias ao mesmo

tempo para abranger a Economia Solidária e outros estudos não citaram nenhuma área específica da Psicologia, trabalharam apenas com conceitos.

**Tabela 4 Referencial Teórico**

Referencial Teórico	Número De Artigos
<i>Psicologia Social</i>	9
<i>Psicologia do Trabalho</i>	3
<i>Psicologia Social do Trabalho</i>	1
<i>Análise Institucional</i>	1
<i>Psicossociologia</i>	1
<i>Nenhum Específico</i>	4

(d) Quanto ao Instrumento de Coleta de Dados

Nos artigos analisados, apenas 4 eram de Revisão Teórica, e os instrumento dos 10 restantes se caracterizavam de maneira prática, como: Relato de Caso, Estudo de Campo e Entrevistas. Esse resultado mostra como a Psicologia frente à Economia Solidária é uma área nova e emergente; necessitando tanto de estudos de cunho teórico quanto de exploração do campo. Assim, estudos quantitativos de caráter exploratório, mais específicos sobre as relações de trabalho em diferentes contextos autogestionários, seriam necessários para o aprofundamento desta temática.

## RESULTADOS

Para Franco (2005, p.13), é possível afirmar que “o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido. ”. Essa mensagem pode ser uma palavra, um texto ou um enunciado. Assim, foi buscado palavras, através da análise de Frequência de Palavras, que mais se repetiam.

A partir disso foram classificadas em Temas e criadas então, as categorias: *Princípios da Economia Solidária; Saúde e Trabalho; Prazer nas Atividades; Atuação do Psicólogo*. As categorias foram divididas em subtemas para melhor discussão, como mostra a Tabela 4.

**Tabela 4 Caracterização dos Principais Resultados**

Categoria	Sub-Categoria
<i>Princípios da Economia Solidária</i>	Autogestão Solidariedade Coletivo
<i>Saúde e Trabalho</i>	
<i>Prazer nas Atividades</i>	Sentido do Trabalho Organização do Trabalho
<i>Atuação do Psicólogo</i>	Prática de Conceitos Campo de Intervenção

## DISCUSSÃO

No eixo *Princípios da Economia Solidária*, foi observado que, em todos os artigos selecionados, destacaram-se conceitos como Autogestão, Solidariedade ou Cooperativismo e Coletivo. Nesse sentido, Lima (2015) destaca:

A Economia Solidária tem como proposta a organização do trabalho a partir de princípios, como: solidariedade, igualdade, cooperação e democracia. Na prática, ela se caracteriza pela autogestão, que combina dois aspectos: gestão democrática e posse coletiva dos meios de produção; e a distribuição igualitária dos resultados obtidos, em oposição às relações de trabalho capitalistas que são marcadas pelo individualismo, competição e desigualdade (p. 196).

Desta maneira, para que haja uma relação de trabalho espelhada na Economia Solidária, esses princípios precisam ser instituídos, assim sendo, seguem os princípios analisados:

1. A *Autogestão* foi destacada como um modelo organizativo, que de acordo com Dinov e Nóbrega (2014), os trabalhadores “tornam-se sócios-trabalhadores, começam a construir um novo processo organizativo, que envolverá outros tipos de problemas a serem debatidos, não mais da ordem da subordinação” (p.137).

Faria (2013) define a autogestão como “um modo de gestão que tem como pressuposto básico as relações de igualdade e a valorização do trabalhador na medida em que rompe o processo de alienação”, buscando construir uma relação horizontal entre os trabalhadores, para que de “todos se tornem conscientes de sua responsabilidade para com o sucesso ou insucesso da organização” (p.24).

Assim, o princípio da Autogestão permite que os trabalhadores desenvolvam Autonomia na tomada de decisão:

[...] ela diferencia-se da heterogestão onde um patrão, chefe, supervisor, ou consultor nos modelos de gestão contemporâneos, decide, orienta e define os rumos dos processos e das relações *da e na* produção. Na autogestão, cada um deverá ser gestor, discutindo em grupo quais são as ações prioritárias, como processo produtivo, férias, formação profissional, partilha de ganhos financeiros etc. (GUARESCHI; VERONESE, 2009, p.98).

Na Psicologia Social Crítica, Guareschi e Veronese (2009) destaca a importância de as pessoas participarem dos “processos que organizam os recursos para fazer funcionar o empreendimento, apropriando-se de formas mais autônomas de produzir a gestão, através de uma racionalidade própria aos empreendimentos solidários.” (p.96).

2. A *Solidariedade*, assume uma condição central para a existência da Economia Solidária. É através da solidariedade e do cooperativismo que “os sujeitos se envolvem na luta coletiva contra a opressão, injustiça e desigualdade, antes enfrentadas individualmente”. (COUTINHO et al, 2005, p.11). Surge ainda, como sinônimo de ajuda mútua, “o que pode ser considerado como uma relação pautada pelos principais valores da Economia Solidária, que são a centralidade no trabalho e a busca da cooperação e da solidariedade como princípios norteadores da atividade produtiva” (ANDRADE, 2008).

3. E o *Coletivo*, que detém o controle do processo organizativo, permitindo a tomada de decisões por todos: “Assim, a forma como se dá a produção, as máquinas escolhidas para

trabalhar e o jeito como serão utilizadas, o ritmo de trabalho, os horários para descanso, para alimentação e outros momentos, tudo isso é definido coletivamente, dentro do possível” (DINOV; NÓBREGA, 2014, p.135). Ainda, conforme Coutinho et al. (2005, p.11), “o que caracteriza a constituição do grupo é a ação grupal ou coletiva, desencadeada por uma consideração mútua, realizando-se com o envolvimento de todos e tendo como resultado o coletivo.

No eixo *Saúde e Trabalho*, foi possível investigar como a saúde do trabalhador é discutida no campo da Economia Solidária; porém apenas os artigos 1, 5 e 12 discutiram essa temática. O que implica uma necessidade de publicações que discutem a Saúde Mental do trabalhador nesse modo de produção.

De acordo com os artigos analisados, devido a prática de uma inserção social mais justa e igualitária e o desenvolvimento da Autonomia, é possível que nesse modo de produção haja promoção de saúde; porém, a Autoexploração, pode ser um indicador contrário a manutenção dessa produção de saúde (DINOV; NÓBREGA, 2014, p.135).

Para Dinov e Nóbrega (2014), as discussões sobre Saúde do trabalhador na Economia Solidária, é um campo pouco explorado e que necessita de pesquisas:

A Saúde do Trabalhador dentro do contexto da Economia Solidária aparece, então, como um campo que carece ainda de embasamento teórico, necessitando de mais estudos que aprofundem esta questão em diferentes contextos produtivos autogeridos. São poucos e recentes os estudos sobre a saúde do trabalhador em empreendimentos autogeridos. Não existem ainda pesquisas que indiquem os tipos de doenças relacionadas ao trabalho que acometem os trabalhadores autogestionários, ou quais as estratégias de prevenção de doenças relacionadas ao trabalho adotadas nos diversos empreendimentos autogeridos (p.136).

Para analisar o eixo *Prazer nas Atividades*, foram observados, em todos os artigos selecionados, os aspectos da organização do trabalho e também da subjetividade do trabalhador que proporcionam prazer na execução das atividades. Dentro dessa categoria, discute-se os seguintes subtemas:

1. A *Organização do Trabalho* configura-se como um produto social que envolve a todos; nesse mesmo viés, o Trabalho se destaca como produção de Subjetividade, no sentido de que é possível a criação de modos de vida singulares através da construção do conhecimento, proporcionado pela vivência de novas experiências, e também pela resolução de conflitos por meio das negociações cotidianas (DINOV; NÓBREGA, 2014, p.137).

A autogestão e o trabalho cotidiano em uma cooperativa industrial autogestionária são diferentes de outros processos organizativos, visto que possuem como característica peculiar o controle dos trabalhadores sobre a empresa. Esse controle se expressa de diversas maneiras: no controle do processo de trabalho pelos trabalhadores, no controle coletivo da gestão da empresa e na necessidade de negociações entre todos para a tomada de decisões (ESTEVEZ, 2013, p.137).

2. Em relação aos *Sentidos atribuídos ao trabalho*, foram destacados dois aspectos, de acordo com Magro e Coutinho (2008): o primeiro deles foi o trabalho como meio de prover a subsistência, e o segundo foi a significação do trabalho enquanto via de reconhecimento ou desvalorização social. O sentido de subsistência acontece na medida em que o trabalho se

transforma em dinheiro e permite o acesso à alimentação, moradia, vestuário, etc. E o reconhecimento social adota um lugar de dignidade e respeito, como analisa Lima (2015):

Consideramos esta categoria fundamental para a economia solidária, pois se expressa pelos sentidos do trabalho na vida dos trabalhadores. Trabalhar significa a descoberta de potencialidades, é possibilidade de socialização, de se tornar conhecido como pessoa e reconhecido em seus talentos, é melhoria da qualidade de vida, possibilidade de independência, de emancipação. Esses benefícios aparecem mesmo quando os EESs não geram renda, mas quando o empreendimento gera renda outros benefícios se somam a esses: resgatar direitos sociais, dignidade, segurança, além de conhecimento, desenvolvimento pessoal, aprendizagem, novas perspectivas de vida (p. 201).

Ainda, de acordo com Veronese e Guareschi (2005), o Trabalho assume três dimensões:

A dimensão ética (solidariedade) a dimensão política (participação) e a dimensão estética (prazer/erotização, autoria individual, reconhecimento). Em que, as duas primeiras dimensões orientam o campo da economia solidária. A terceira dimensão convida ao reencantamento do mundo, no sentido de um senso comum reencantado. O reencantamento com o mundo é a possibilidade de ter prazer, de erotizar as experiências, de encantar-se com aquilo que produziu (p.67).

O eixo *Atuação do psicólogo* foi composto por *Prática de Conceitos* e *Campo de Intervenção*. A partir desse resultado, foi possível observar que o Psicólogo pode contribuir para que esta forma de organização social do trabalho seja conservada; assim, discute-se:

1. No item *Prática de Conceitos*, podemos concluir que a Economia Solidária necessita de uma ciência que esteja comprometida com a ação social, que se dispõe a assumir os fenômenos da coletividade e a se inserir nos processos do cotidiano. A Psicologia tem a possibilidade de trabalhar conceitos discutidos em sua formação, como: Coletivo, Grupo, Relações de Trabalho e Modos de Subjetividade.

Nesse sentido, a Psicologia pode contribuir sobremaneira, especialmente por ter discussões com o coletivo e, assim, implicar a melhoria das relações sociais, apostando uma consciência crítica e o fortalecimento desses sujeitos (BARATIERI; BEATRIZ, 2013, p.74). A Psicologia Social Crítica tem o seu maior objetivo em produzir uma consciência crítica como relatado acima, assim:

[...] consideramos a Economia Solidária como um movimento social que se inclui no campo das resistências, à medida que busca alternativas às formas de produção capitalista e às formas de organização do trabalho, capazes de resgatar o trabalhador da alienação a que está submetido pelas empresas capitalistas (LIMA, 2015, p.196).

2. Analisando a Economia Solidária como um *Campo de Intervenção*, uma demanda ao Psicólogo são as relações interpessoais e grupais, já que é um sistema de produção que promove o trabalho coletivo e as decisões coletivas. Assim, se estamos inseridos num campo de trabalho com tais valores, o Psicólogo atuará:

[...] na integração das pessoas, no coletivo, na cooperação, na solidariedade, na autogestão, na distribuição de renda, de saberes e de poder, visando uma relação social voltada para uma forma diferenciada de pensar a economia e o mundo, no sentido de repensar os modos de produção, de comercialização e de consumo (BARATIERI; BEATRIZ, 2013, p.85).

Conforme Lima (2015), a partir do momento que a Economia Solidária assume a autogestão como princípio e como prática, ela se “propõe a estabelecer outras formas de relação dos

trabalhadores com seu trabalho, forjando novas condições de trabalho e relações sociais para as quais os trabalhadores não têm referenciais” (p.201). Então, essa passa a ser uma das maiores dificuldades: o conflito de trabalhar com valores da Economia Solidária em um Sistema de modo Capitalista, logo, é importante que haja intervenções a fim de concretizar esses princípios na vida cotidiana:

[...] verifica-se a necessidade de uma pedagogia problematizadora numa constante qualificação das relações entre os sócios de qualquer empreendimento associativo. É preciso trabalhar com alto nível de dialogia, com uma proposta que possa produzir maior apropriação dos princípios autogestionários, com a presença dos vetores tanto da solidariedade quanto da capacidade administrativa (GUARESCHI; VERONESE, 2009, p.99).

A análise dos resultados dos estudos mostrou que os eixos temáticos que receberam maior ênfase foram os *Princípios da Economia Solidária* e o *Prazer nas Atividades*. As temáticas menos discutidas foram *Saúde e Trabalho* e *Atuação do Psicólogo*. Este dado pode ser explicado por essa área ser relativamente nova no Brasil, e suas discussões girarem em torno de um caráter mais explicativo de como seria a dinâmica de trabalho na Economia Solidária. Assim, questões mais específicas, como Saúde do trabalhador e Atuação do Psicólogo, estariam em uma fase de investigação e de levantamento de pesquisas, sendo necessária maior atenção e estudos de investigação do campo.

## CONCLUSÃO

Entende-se a Economia Solidária como uma forma de fazer economia baseada em valores como: autogestão, cooperação, solidariedade, distribuição de renda e uma forma de organização do trabalho que busque a inclusão; sendo caracterizada como um modo de economia que se contrapõe ao sistema econômico capitalista (BARATIERI; BEATRIZ, 2013, p.71).

Conforme uma pesquisa feita por Magro e Coutinho (2008), o sentido do trabalho para os trabalhadores da Economia Solidária muda, já que muitas vezes, a valorização social aparece na melhoria das condições de vida:

Assim, ao responder à pergunta sobre se algo havia mudado em sua vida após o ingresso na cooperativa, os cooperados destacavam o acesso à alimentação, a possibilidade de planejamento financeiro, as melhores condições de moradia e o consumo de bens, condições até então inacessíveis para eles (p. 707).

É possível analisar a articulação entre Economia Solidária e Psicologia social Crítica quando Junior (2013) afirma que o compromisso social do psicólogo é com as massas populares a fim de combater as desigualdades sociais:

Para alcançar estes fins, a psicologia deve: (a) ser concebida como uma intervenção social, mesmo no caso de intervenções mais individualizadas, como aquelas que se desenvolvem nas clínicas privadas; (b) compreender o fenômeno psicológico como histórico e social; (c) conceber a transformação social como mediação para a promoção de saúde e do bem-estar (p.231).

Conforme aponta Coutinho, Beiras, Picinin e Luckman (2005), citado por Beatriz e Carvalho (2015), é observado a relação entre Psicologia Social Crítica e Economia Solidária, uma vez que a psicologia contribui com a “escuta de vivências de prazer e sofrimento dos/as

trabalhadores/as, desenvolve a consciência crítica, a autonomia e a solidariedade, ressignificando a identidade profissional do/a trabalhador/a e fortalecendo o vínculo grupal.” (p.219). Para Veronese (2003, p.27), a Psicologia Social Crítica sugere “que a busca pelo protagonismo nas relações de trabalho seja um dos principais objetivos da Psicologia, para que ao invés de auxiliar o sujeito a lidar com o contexto, ajude-o a questionar e transformar o seu contexto”.

Silvia Lane em seus estudos aponta para a centralidade das categorias consciência, atividade, identidade e emoções para a construção de uma psicologia social crítica e histórica, propondo assim um novo olhar sobre o indivíduo (JUNIOR, 2013, p.239). Todas as categorias citadas por Silvia Lane possuem um caráter transformador a partir do momento que pode afetar o próprio indivíduo e também os que estão ao redor (PINHO, 2014, p.45).

Nesse sentido, observa-se que entre as contribuições do modo de produção na Economia Solidária está o processo de emancipação; no entanto, Pinho (2014) afirma que esse processo depende de o indivíduo ter consciência daquilo que o rodeia e também da participação de outras pessoas, ou seja, é preciso ter relação de solidariedade. Com isso, o indivíduo tem a possibilidade de passar de um estado de consciência para um estado de atividade, tendo autonomia para mudar a si mesmo e aquilo que está ao seu redor. Essa transformação permite também a “construção, desconstrução e reconstrução de sua identidade” (p.13).

De acordo com Veronese e Guareschi (2005), como prática do Psicólogo sugere-se como ferramentas, “o trabalho em grupos - oficinas, vivências, seminários, encontros, reuniões para discussão, abordando temas como: produção associativa, organização do trabalho, comércio justo, etc.” (p.67). O Psicólogo ainda pode trabalhar afim de promover de saúde, à medida que “os sujeitos do processo sejam levados a encontrar recursos internos que os capacitem a criar alternativas para solucionar seus problemas (FAVERO; EIDELWEIN, 2004, p.34).

A Psicologia precisa estar atenta a essas demandas, além de estar envolvida e comprometida com as causas coletivas, com enfoque na geração de trabalho e renda de forma associativa. É necessário compreender o funcionamento dos grupos sociais, da autogestão, das disputas de poder, do desenvolvimento de políticas públicas, do desenvolvimento local, de uma visão crítica da sociedade e do modo de organização do trabalho e da distribuição de renda. Ou seja, uma Psicologia voltada para interesses coletivos e que compreenda o movimento histórico dos grupos sociais, bem como suas condições atuais para superar as contradições do sistema econômico capitalista (BEATRIZ; CARVALHO, 2015, p. 229).

Nessa perspectiva, segundo Guareschi e Veronese (2009), uma dificuldade encontrada é quanto a permanência do caráter organizativo da Economia Solidária; portanto, o Psicólogo deve auxiliar para que os princípios da Economia Solidária não se percam diante do sistema capitalista. É necessário que a partir de uma abordagem teórica, o psicólogo possa trabalhar com a manutenção desses valores e também contribuir para uma constante construção e reconstrução da subjetividade e de um pensamento crítico e emancipatório.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA, C. F.; SATO, L. Trabalho e política no cotidiano da autogestão: a rede Justa Trama. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 3-13, 2014.

ANDRADE, M. C. O nascimento de uma associação de catadores de material reciclável: um estudo de caso. **Psicologia para América Latina**, México, n.14, 2008. Disponível em: <file:///C:/Barbara/Faculdade/TCC/TCC%202016-2/Artigos/O%20nascimento%20de%20uma%20associação%20de%20catadores%20de%20material%20reciclável%20um%20estudo%20de%20caso.html>. Acesso em: 30 set. 2016.

ANDRADE, C.F. Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.9, n.1, p. 1-14, 2006.

BARATIERI, I. L. R.; BEATRIZ, M. Z. Campo de atuação do (a) psicólogo (a) no movimento da Economia Solidária no Brasil. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.16, n.1, p. 71-86, 2013.

BARFKNECHT, K.; MERLO, Á.R.C.; NARDI, H.C. Saúde Mental e Economia Solidária: Análise das Relações de Trabalho em uma Cooperativa de Confeção de Porto Alegre. **Psicologia & Sociedade**, v.18, n.2, p. 54-61, mai./ago. 2006.

BEATRIZ, M. Z.; CARVALHO, M. L. Psicologia e formação dos/as trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL – ABRAPSO, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Edições do Bosque CFH/UFSC, 2015. p. 292, ref. 215-230.

COUTINHO, M. C.; RODRIGUES, H. B. C.; BEIRAS, A.; PICININ, D.; LCKMANN, G. L. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em Empreendimento Solidários. **Psicologia & Sociedade**, v.17, n.1, p. 17-28, jan/abr. 2005.

DIMOV, T.; NÓBREGA, J. da S. A questão da Saúde do Trabalhador em empreendimentos autogestionários. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.17, n.1, p. 129-142, 2014.

ESTEVES, E. G. “Todos são iguais”, “todos são responsáveis” e “todos estão no mesmo barco”: os (des) entendimentos da autogestão cooperativa. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.16, n.1, p. 135-148, 2013.

FARIA, J. H. As organizações coletivistas de produção associada e a autogestão social. Acesso em 10 de novembro de 2016. Disponível em: [www.workerscontrol.net/system/files/docs/OCPA\\_Gestao\\_Coletiva.pdf](http://www.workerscontrol.net/system/files/docs/OCPA_Gestao_Coletiva.pdf)

FAVERO, E.; EIDELWEIN, K.; Psicologia e Cooperativismo Solidário: Possíveis (Des) Encontros. **Psicologia & Sociedade**, v.16, n.3, p. 35-40, set/dez. 2004.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. 79p.

GUARESCHI, P. A.; VERONESE, M. V. Porque trabalhar com economia solidária na Psicologia Social. **PSICO**, Porto Alegre, v.40, n.1, p. 94-101, jan./mar. 2009.

JUNIOR, F. L. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. **Teoría y crítica de la psicología**, p. 216-263, 2013.

1.1.1 LIMA, A. F.; CIAMPA, A. C; ALMEIDA, J. A. M. Psicologia social como psicologia política? A proposta de psicologia social crítica de Sílvia Lane. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v.9, n.18, dez. 2009.

LIMA, M. das G. Autogestão e “Gestão de Pessoas”: desafios e possibilidades para desenvolvimento de um sistema a partir dos princípios da economia solidária. In: XVII

ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL – ABRAPSO, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Edições do Bosque CFH/UFSC, 2015. p. 292, ref. 194-214.

LUSSI, I. A. de O.; SHIRAMIZO, C. da S. Oficina integrada de geração de trabalho e renda. **Rev. Ter Ocup. Univ**, São Paulo, v.24, n.1, p. 28-37, jan./abr. 2013.

MAGRO, M. L. P. D.; COUTINHO, M. C. Os Sentidos do Trabalho para sujeitos inseridos em Empreendimentos Solidários. **Psicologia Em Estudo**, Maringá, v.13, n.4, p. 703-711, Out./dez. 2008.

PINHO, L. F. S. V. **As emoções na constituição da identidade:** A questão do sofrimento e o papel da solidariedade para a emancipação. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - PUC-SP, São Paulo, 2014. 132p.

SANTOS, J. C.; OLIVEIRA, B. A. M. Possibilidades para a Psicologia na economia solidária: atuação numa ITCP. **Psicologia & Sociedade**, v.27, n.2, p. 372-382, 2015.

VERONESE, M. V. Na direção de uma Psicologia Social Crítica do Trabalho. **Tese de Doutorado Sandwich em Psicologia**, Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, p. 1-33, 2003.

VERONESE, M. V. Análise de um empreendimento de economia solidária sob a ótica da sociologia das ausências e das emergências. **Ciências Sociais**, v.41, n.2, p. 89-99, 2005.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: Campo fértil para a prática da Psicologia Social Crítica. **Psicologia & Sociedade**, v.17, n.2, p. 58-69, mai/ago. 2005.

## MUITAS MULHERES NUMA SÓ (?): AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS PAPÉIS SOCIAIS FEMININOS NA REVISTA CLAUDIA

Bruno Ragassi; Sílvia Borges

Graduação em Psicologia pela Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória.

E-mail: ragassiadv@gmail.com/ silborges79@gmail.com

Kirlla Cristhine Almeida Dornelas

Docente coordenadora do curso de graduação da Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória

### RESUMO

O presente trabalho investiga a feminilidade e como os papéis sociais são representados pela revista *Claudia*, para isso nos utilizamos da Teoria da Representação Social de Moscovici que contribuiu para análise de tipos ideais de mulher. Ademais, a metodologia utilizou a análise de conteúdo nas sessões “Comportamento e Gente” e “Casa e Família” da revista *Claudia* nos meses de janeiro, abril e julho de 2016. Os resultados apontaram para as representações da feminilidade ancoradas em referenciais da sociedade patriarcal, além de apresentar cinco tipos ideais: mãe, dona de casa, amante, empreendedora e equilibrada. De posse dos resultados buscamos provocar a reflexão sobre o papel da mulher na contemporaneidade sufocada pela necessidade de ser supermulher.

Palavra - chaves: feminilidade; representação social; papéis sociais; gênero; psicologia social.

### INTRODUÇÃO

Historicamente a sociedade se organiza privilegiando o poder masculino, reduzindo à mulher a sua função de reprodução, vida doméstica, casamento e maternidade (BORIS; CESÍDIO, 2007). Isso resulta na hierarquização social entre masculino e feminino, gerando uma dicotomia entre o que é próprio do homem e o que é próprio da mulher. Por exemplo, estão associados ao homem, o poder, controle e a agressividade; e a mulher, como atribuições femininas, a submissão, docilidade, subordinação e a maternidade (STREY, 1998).

Esse modelo vem sendo sistematicamente questionado pelos movimentos feministas que tomaram força na década de 70, provocando, inexoravelmente, mudanças na vida das mulheres. Tais mudanças atingiram principalmente o papel da mulher ligado à vida familiar privado-doméstica e sua identidade relacionada ao casamento e a maternidade (NADER, 2001).

O trabalho proposto pela filósofa Simone de Beauvoir (1980) no livro “O Segundo Sexo”, foi muito significativo para o estudo da feminilidade e do entendimento da mulher contemporânea, que ainda era colocada como sendo de segunda categoria. A referida autora afirma em seu livro que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p.9) e, a partir dessa premissa, podemos pensar a mulher como um processo de construção histórica e social desvinculada do gênero biológico, e, conseqüentemente, pensar a feminilidade como um aspecto desse mesmo processo.

Quando Beauvoir (1980) afirma que mulher é algo que se torna, ela discute a posição política do ser mulher, colocando a mulher como “*Outro*” nas relações, permitindo assim repensar a categorização a qual a mulher estava submetida, entretanto, sem ainda utilizar a palavra

gênero (JESUS; SACRAMENTO, 2014). Portanto, definir o que é feminilidade nos remete a elencar um conjunto de elementos que se atribui arbitrariamente ao ser mulher, esclarecendo que tal conjunto advém de um processo histórico e cultural, e não um dado presente a-histórico.

Traçando um panorama sócio histórico a respeito de como se inicia a noção de gênero, no século XVIII aparece e perdura a ideia de dois sexos distintos, que justificava as desigualdades e supremacia nas relações entre homens e mulheres. Tal forma de pensar perdura durante o século XIX, até que as primeiras mudanças relativas aos papéis sociais aparecem no século XX, dentro do processo de industrialização e diversidade, gerando um contexto propício a reivindicação de direitos das mulheres em busca de igualdade e emancipação social. É nesse mesmo período que as teóricas feministas começam a se utilizar da noção de gênero (GALINKIN; ISMAEL, 2013).

Os movimentos feministas começam a dar ênfase ao caráter social das diferenças entre os homens e mulheres empregando o termo gênero, cuja definição analítica, se mostra útil para explicar a relação entre pessoas de diversas orientações sexuais, assim como a diferença entre os significados que essas orientações possuem dentro da variedade cultural das sociedades humanas (SCOTT, 1995). Ademais, Alves e Pintanguy (1985) sustentam que gênero é definido por uma construção social que dá ao homem e a mulher papéis diferente dentro de cada contexto social, bem como a forma que se organizam na vida política.

Quando pensamos em casos particulares, por exemplo, o indivíduo que se identifica na direção do gênero feminino, este encarna uma série de papéis sociais específicos desse gênero. O papel social é um conjunto de normas, direitos e deveres que envolvem uma pessoa no seu desempenho em determinada instituição, ou seja, no lugar de produção que esse indivíduo sustenta na sociedade. Os papéis sociais são organizados de forma complementar e hierárquica, envolvendo um grande número de atores sociais, e essa hierarquização encontra na divisão social do trabalho uma forma de organização (OLIVEIRA, 1998).

Na medida em que a mulher se reconhece como sendo do gênero feminino, ela encarna certos papéis sociais vinculados a ele. Contudo, para pensar o conjunto de ideias que circulam no social a respeito do que é ser mulher, do que é a feminilidade, nos socorremos das Representações Sociais, que apresentam a vantagem, segundo Moscovici (1984), de conseguir descrever a realidade social como sendo um fenômeno existente do qual não nos damos conta, mas que possui uma grande capacidade mobilizadora. Além disso, as representações sociais e o gênero formam não somente os papéis sociais de feminino e masculino, mas também constroem e desenham corpos que se moldam e se sujeitam às práticas que regem a sociedade em que vivemos (JODELET, 1993).

Para compreender o fenômeno da Representação Social é preciso investigar qual a finalidade de se criar representações. A resposta que Moscovici (2003) nos apresenta é a de que todas as representações têm como finalidade tornar familiar algo que nos perturba e nos causa tensão, ou seja, o não-familiar. E essa assimilação do não-familiar se dá pelos processos de 'objetivação' e 'ancoragem', geradores da RS (OLIVEIRA; WERBA, 2002).

A ‘ancoragem’ é o processo pelo qual procuramos classificar, elaborar um nome e dar um lugar para encaixar o não-familiar. O estranho, percebido como diferente e ameaçador se torna suportável na medida em que conseguimos comunicá-lo, reproduzi-lo como uma réplica de um modelo familiar. Ou seja, pelo fato de dar nome ao que não tinha nome, somos capazes de representá-lo. A ancoragem ocorre em conjunto com a ‘objetivação’, esta direciona conceitos e imagens para o mundo exterior, tornando esses conceitos e imagens acessíveis ao outro. (MOSCOVICI, 2003).

Um exemplo de ‘objetivação’ é a própria mídia que, por meio de seus instrumentos de veiculação de informação de massa, como jornais, revistas, folhetins e TV, propagam ideias que acabam por se tornar padrões dominantes de atuação no mundo. Rodrigues (2004) preocupado em mapear a representação da mulher na mídia, sustenta que apesar dos tempos de emancipação feminina, a mentalidade vinculada pelos meios de comunicação ainda mostra uma mulher presa a padrões de comportamento pré-estabelecidos, submissas e ainda dependentes financeiramente do homem.

Partindo para o estudo de pesquisas que analisaram conteúdos de programas, anúncios publicitários e filmes veiculados pela televisão, afirmam que os retratos de homens e mulheres, meninos e meninas reafirmam definições tradicionais dos papéis de gênero. A análise de conteúdo de 171 episódios de 41 desenhos animados revela que os personagens masculinos são colocados com independentes, atléticos ambiciosos e agressivos, enquanto que os personagens femininos são mostrados como dependentes, emotivas, domésticas e românticas (MICHENER et al., 2005).

Os resultados da pesquisa de Swain (2001) sobre revistas femininas em diversos países mostram a mulher identificada a uma família heterossexual e que tem na essência de seus atributos de “verdadeira mulher” a sedução, a maternidade, submissão e abnegação. Em outro artigo intrigante, Carvalho (2015) procurou compreender as crenças e concepções de jovens mulheres utilizando-se de entrevistas semiestruturadas investigando a relação entre corporeidade, mídia e feminilidade. Os resultados demonstraram que existem normas fundamentalmente estéticas seguidas pelas mulheres, e que estar no controle do corpo é algo estimulado. Segundo este autor o padrão de beleza é restrito e único para a diversidade de mulheres, e a mídia tem um papel, que é basicamente, o de propagar a ideia do corpo feminino como objeto de contemplação.

Silveira (2013) afirma que nos anos 60 e 70 com a entrada da mulher no mercado de trabalho e sua tentativa de se equiparar ao homem, há a busca de um novo modelo a seguir e o papel de mãe não é mais suficiente para essa nova sociedade emergente que preza pela juventude. Continua afirmando que segundo sua análise, as revistas femininas atuam de forma dialética, influenciando no ideal de mulher a ser seguido por meio das imagens, textos, produtos desejados e modelos a serem alcançados. Além disso, ela molda ao mesmo tempo, a visão que a sociedade tem da mulher e a visão que a mulher tem de si mesma, contribuindo assim para a posição que ela ocupa na sociedade. Portanto, a mídia e as revistas femininas criaram a supermulher, isto é, uma mulher que servisse de padrão e que fosse tão boa, completa e poderosa quanto um homem.

Moreno (2008) seguindo a mesma linha de raciocínio afirma que é a partir dessa busca de modelos que continuamos a ser colonizados, sem o uso da força, sem repressão, mas aceitando paulatinamente essa quantidade quase infinita de imagens que nos seduzem que nos ocupam, nos preenchem e moldam nosso imaginário. A beleza, grosso modo pode ser individualizada e refletir nosso bem estar interior e personalidade. Por outro lado, somos invadidos e bombardeados pela mídia: outdoors, jornais, revistas, cinema, TV, que lentamente nos ocupam o lugar de referência.

A respeito dos padrões de beleza, tema de fundamental importância na relação da mulher com o seu próprio corpo, Heinzelman et al (2013) discute como se dá a construção da beleza nos editoriais de moda da revista Vogue Brasil. Em nove editoriais analisados a conclusão que se chega é a de um o perfil de mulher que retrata uma mulher jovem, branca e muito magra. Segundo o mesmo autor, o padrão de beleza imposto pela mídia quase sempre retrata a mulher jovial e magra. De forma geral a beleza apresentada na Vogue se presta a um único objetivo: mostrar um estilo de vida todo voltado para o consumo das roupas e do corpo de outras modelos.

Para Sauerbronn, Tonini e Lodi (2011) a mídia incorpora em suas representações mecanismos de propagar esses cuidados com o corpo através de produtos que expressam o padrão de corpo ideal como uma garantia de sucesso e como virtude estimada pelo meio social. Foi predominante a ideia de que o padrão hegemônico de beleza aponta para a mulher magra, mas que é "gostosa".

À medida que as revistas femininas ditam costumes, hábitos e formas de vida da mulher, forma-se, também, um homem, pois as crenças e representações, que são veiculadas pelas revistas, cristalizam-se em determinada sociedade e em determinada época instituindo-se o que é ser homem e o que é ser mulher. Nesse sentido, entendemos que as representações objetivadas pela revista Claudia, são orientadoras de práticas padronizadas que induzem certo tipo de comportamento da mulher na sociedade contemporânea, pois muito embora as teorias feministas tentem retirar a mulher do seu lugar e representação tradicional, ainda é possível constatar que práticas modernas da mulher como empreendedorismo, cuidados com a família e com o cônjuge estão ancoradas em representações tradicionais de submissão nas relações cotidianas.

O objetivo do presente trabalho é investigar como a revista Claudia apresenta para o seu público a representação social da feminilidade contemporânea. Para isso, partimos da noção de que a representação social é construída a partir de um processo sócio histórico, não sendo, portanto, algo definitivo. Também será analisado, como a revista Cláudia apresenta cinco tipos ideais de mulher. Assim, será possível entender que práticas ainda se orientam para modelos tradicionais de pensamento que geram submissão e que práticas são capazes de empoderar a mulher contemporânea.

## **METODOLOGIA**

O artigo segue a linha da pesquisa bibliográfica, sendo que para a sua realização, foi selecionada a revista Claudia (Editora Abril) que está presente no mercado há 55 anos. A

escolha da referida revista se deu pelo fato dela ser de circulação nacional, segunda maior circulação do país e a terceira revista feminina mais antiga do Brasil (INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÕES -IVC, 2008). De acordo com dados do IVC (2008) Claudia teve a tiragem média anual de 498.815 exemplares e venda média anual de 411.620 exemplares. Segundo a própria editora, os números são de 411.610 exemplares vendidos e 74% são assinaturas (IVC, 2009). Além disso, o público da revista Claudia é bem diversificado em sua faixa etária e classe social: 11% de 10 a 19 anos, 20% de 20 a 24 anos, 24% de 25 a 39, 20% de 40 a 49 anos e 24% os leitores de mais de 50 anos. A classe social também é diversificada: 21% A, 45% B e 30% C (MARPLAN, 2009).

Foram selecionadas as edições de Janeiro, Abril e Julho de 2016. Optamos por esse espaçamento de dois meses entre uma publicação e outra para obtermos uma maior variedade de representação. Além disso, a presente pesquisa não visa quantidade numérica de revistas visto que se trata de modelo qualitativo de coleta de dados, ou seja, o objetivo de nossa amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991).

Ao analisar as reportagens da revista Cláudia nas sessões “Comportamento e Gente” e “Casa e Família” buscamos o conceito de feminilidade e os papéis sociais da mulher utilizando a metodologia da análise de conteúdo, que, conforma Maria Laura Franco (2005), trata-se de um procedimento de pesquisa, cuja tentativa está em inferir sobre elementos da comunicação responsáveis por responder algumas questões como, por exemplo, o que é falado, como é escrito, qual intensidade e a frequência ou quais símbolos figurativos são usados para expressar ideias. A partir dos resultados, a Teoria das Representações Sociais norteia as reflexões (JODELET, 1993; MOSCOVICI 2003)

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A revista Claudia nos apresenta uma mulher moderna, ágil, bonita, atualizada, estudada, trabalhadora, zeladora do casamento/relacionamento e com diversas atividades em seu dia a dia, não se restringindo mais aos cuidados do lar e dos filhos. A revista, implicitamente, devolve para suas leitoras (e leitores) a mesma imagem que elas possuem sobre a mulher. Em outras palavras, a representação da mulher aparece ancorada em algumas concepções de papéis sociais calcadas na sociedade patriarcal do início do século XVIII (GALINKIN; ISMAEL, 2013).

Os papéis sociais podem ser objetivados em cinco representações de mulher: mulher dona de casa, mulher amante, mulher empreendedora, mulher mãe e mulher equilibrada. É interessante observar que a revista tece como a mulher pode desempenhar com maestria seus múltiplos papéis e sempre passando para a leitora uma visão otimista de que é possível conciliá-los, sem stress, de forma simples e natural.

### 1. Mulher Dona de Casa

A referida mulher se encarrega dos afazeres domésticos: alimentação, organização e decoração do lar, administra a casa, cuida da família e preocupa-se com as necessidades e bem estar de todos os seus membros. Isso é demonstrado nas passagens a seguir que indicam o papel da mulher enquanto dona de casa: “Aprendi a fazer iogurte natural, mas preciso colocar no pote da marca que ele costumava consumir [...] ou ele não toma” (Abril/2016 p.169) e “Cestas de orgânicos: os agricultores montam cestas variadas” (Julho/2016 p.108). A mulher dona de casa como nos apresenta a revista *Claudia*, se assemelha muito com o perfil de mulher encontrado na pesquisa de Michener et al (2005) que utilizar a análise de conteúdo em 171 episódios de 41 desenhos animados revela os personagens femininos são mostrados como dependentes emotivas, domésticas e românticas.

Apesar das reivindicações feministas, constata-se que a mulher contemporânea ainda está vinculada ao trabalho doméstico. O papel de dona de casa está ancorado em uma representação historicamente já conhecida como domínio feminino. Mesmo tentando passar uma ideia de mulher moderna e atualizada, a *Claudia*, nas matérias direcionadas aos cuidados da casa, ainda “aprisiona” a mulher ao papel tradicional do lar. Rodrigues (2004) acerta ao afirmar que apesar de toda emancipação feminina, a mentalidade vinculada pelos meios de comunicação ainda mostra uma mulher presa a padrões de comportamento pré-estabelecidos.

### 2. Mulher Amante

A mulher amante é romântica, busca o par ideal e tem como alvo principal o seu papel sexual e manutenção do matrimônio. Além disso, ela tem que se comportar de forma a satisfazer seu marido/namorado. Segundo relatos extraídos da revista *Claudia*: “[...] o importante é transformar seu marido (ou namorado) em um parceiro de verdade” (Abril/2016 p.156); “O sexo é mais importante do que os filhos para unir os parceiros, sentencia a sexóloga [...]” (Julho/2016 p.112).

A mulher amante é heterossexual, bonita, produzida, perfeita e pronta para seduzir o homem que deseja. Mesmo quando trata de temáticas que ajudam a mulher a descobrir seu prazer, o objetivo é conquistar ou manter o companheiro. Percebe-se que a mulher ainda encontra-se submissa ao homem e, conforme afirmou Swain (2001), um dos atributos essenciais da chamada “verdadeira mulher” é a submissão. Logo, a mulher se enquadra no que Simone de Beauvoir (1980) definiu como sendo o segundo sexo e que, inclusive, para atingir seus objetivos como amante, recebe dicas e orientações especializadas.

A revista escreve para uma mulher casada, esposa, tida como apêndice do homem e tudo que faz é para manutenção do casamento, para melhorar o relacionamento ou conquistá-lo. Mesmo solteira ou divorciada, permanece com o objetivo, como se fosse necessário para completar algo que lhe falta, reforçando de forma implícita a ideia da submissão que é uma condição já conhecida historicamente pelas mulheres.

### 3. Mulher Empreendedora

A mulher empreendedora é independente, sai todos os dias de casa para cumprir uma jornada extra de trabalho e contribui financeiramente para o sustento da família ou, muitas vezes, é a provedora do lar. Temos que: “Em um mundo cada vez mais competitivo, saber se reinventar é um diferencial poderoso e pode ser garantia de sucesso” (Abril/2016 p.106); “[...] o lado cuidador faz com que elas tragam soluções criativas [...] elas – as mulheres - são a prova de que os lucros do negócio vão muito além do dinheiro” (Janeiro /2016 p.102).

Nas revistas Claudia analisadas foram encontradas mulheres trabalhadoras, com sucesso profissional, independentes, que não perdem tempo, realizam várias atividades de forma ágil e produtiva. Agora, esta mulher não está mais restrita aos afazeres domésticos e, portanto, precisa ser ágil e eficiente para dar conta de sua múltipla jornada de trabalho. Segundo Caixeta e Barbato (2005) a incorporação do novo papel social da mulher não modificou sua identidade, mas o ampliou, passando a exercer dupla jornada e até tripla, tendo que ser consideradas supermulheres.

No exercício de seus diferentes papéis, as mulheres lidam com situações conflitantes no seu dia a dia, pois têm que conciliar suas diferentes tarefas gerando cobranças, pressões e conflitos. Para lidar com suas demandas conflitantes Jonathan e Silva (2007) afirmam que elas utilizam de algumas estratégias como de auto-organização, buscam otimizar o tempo disponível com planejamento e administração; fazem parcerias com familiares, amigos e colegas de trabalho, sócios ou funcionários para ajudar nas tarefas do dia a dia; além utilizarem de alguns artifícios de alívio de tensão como de psicoterapia, atividades físicas, viagens e também cuidar da espiritualidade.

### 4. Mulher Mãe

O papel de mãe se refere ao de cuidadora, que está preocupada com o bem estar de seus filhos e com sua educação. Essa mãe busca proporcionar alimentação de qualidade e administra o dia a dia deles. A revista Claudia dá destaque para as mães que conseguem encontrar o equilíbrio na tarefa de educar, mesmo sem fazer menção a tarefa paterna: “Mãe de dois meninos, com 5 e 15 anos, ela sofreu para encontrar o equilíbrio. Eu acabava sendo condescendente demais” (Janeiro/2016 p.138); “[...] a dona de casa, AC, 42 anos, orientada pela nutricionista, trocou boa parte dos produtos industrializados [...]” (Janeiro/2016 p.138).

A mulher mãe encontrada na revista está presente na vida de seus filhos, tendo que ser equilibrada na educação deles e tratando da alimentação de forma saudável, contudo, mesmo que divida esta tarefa com outros atores sociais, ela continua sendo a protagonista. Com os filhos adultos, a mãe é a pessoa com quem eles podem contar encontrando apoio e cuidado. Segundo Coutinho (2008) atualmente o homem já se encontra incluído na esfera doméstica, mas ainda sua participação é de coadjuvante nos cuidados com os filhos e com a casa, sendo a tarefa de cuidar essencialmente feminina e aos homens cabe a tarefa de auxiliar. Diante disto, a revista funciona como uma prescrição de como exercer a maternidade.

### 5. Mulher Equilibrada

Neste papel a mulher exerce múltiplas funções com equilíbrio e harmonia: corpo e mente. Elas executam seus afazeres com otimismo, bem estar e sem estresse. Ou seja, “o natural é ter a mente tranquila, e não ansiosa e incapaz de aquietar os pensamentos até a cama [...]” (Janeiro/2016 p. 98). Afirmações de que ter foco, manter a energia, concentrar-se no presente e desenvolver inteligência emocional (Janeiro/2016 p.98) são usados sem nenhum rigor e com o aval de um especialista capaz de dizer para as mulheres como manter-se equilibrada ao longo de jornadas dentro e fora de casa, ou seja, surge a figura da supermulher que precisa dar conta de dupla e até tripla jornada de trabalho (COUTINHO, 1994).

A mulher representada nas revistas Claudia é múltipla em seus papéis sociais, mas ao mesmo tempo, não são contempladas outras possibilidades de ser mulher e feminina, como por exemplo, as mulheres que escolhem não ter filhos, não se casarem ou não trabalharem fora, levando a uma idealização de um modelo a alcançar, ou seja, de ser a supermulher impressa nas páginas da revista. Além disso, trata-se de uma forma restrita de se representar o ser mulher, uma vez que o universo feminino gira em torno dos atributos de cuidado, sedução e abnegação, já conhecida desde o século XVIII (GALINKIN; ISMAEL, 2013), e ainda, reforça a dicotomia do que é próprio do homem e o que é próprio da mulher (STREY, 1998).

Portanto, utilizando um dos exemplos citados acima, como seria para a mulher, leitora da revista e não optante pela maternidade, como ela se perceberia ao deparar-se com o modelo de mulher dona de casa ou mãe presente de forma explícita ou implicitamente nas revistas. É importante lembrar que existem outras formas de ser mulher na sociedade e que a revista Claudia exclui, conforme Rodrigues (2004), a revista direcionada ao público feminino “pasteuriza” as mulheres quando retrata um modelo padrão de mulher e propõe que todas as demais tenham o mesmo tipo físico e comportamento. Por ser uma revista direcionada ao público feminino e há 55 anos no mercado acompanhando as mudanças e conquistas das mulheres, Claudia deveria abarcar as outras possibilidades de ser mulher e não enquadrar todas num único modelo ideal a ser alcançado.

A opção por não ter filhos está relacionada principalmente às mulheres da classe média e sua entrada no mercado de trabalho, que antes estavam voltadas para a esfera privada cuidando do lar e dos filhos. Hoje, elas podem escolher e muitas ao sentirem-se completamente realizadas profissionalmente não encontram espaço em suas vidas para a maternidade e todas as tarefas domésticas que acompanham essa posição. Segundo Patias e Buaes (2012) para essas mulheres filhos não são garantia de casamento eterno e nem de um lar feliz, mas sim renúncia e sacrifício. Quando a revista não aborda em suas matérias ou não aponta essa opção como algo já naturalizado em nosso meio, assim como a opção pela maternidade, ela não atende às demandas de uma parcela de suas leitoras. Além disso, contribui para que continue a ideia de que a maternidade é destino certo para todas as mulheres e os dizeres dos especialistas são conselhos, palavras, ensinamentos que ajudam a criar modos de ser e de viver e que se transformam em normas (MEYER, 1994).

Ainda no que toca a essa escolha, outra contribuição que é promovida pela revista ao não tratar com a mesma naturalidade as duas opções, ou seja, de maternidade e não maternidade, é gerar nas mulheres uma cobrança, sentimento de estar em dívida e anormalidade. Louro (2008) afirma que as práticas que entendemos como “naturais” e “normais” e também as

“desviantes e “anormais” ocorrem na junção entre os jogos ou mecanismos de poder praticados, através de ensinamentos da cultura, objetivados pela mídia, família, escola, igreja e especialistas, cuja obrigação é dizer como devemos nos comportar, vestir, para nos sentirmos bem com a vida. O estranhamento e as cobranças partem de todos os lados, família, amigos e desconhecidos (PATIAS; BUAES, 2012). Além disso, conforme Barbosa e Coutinho (2007) elas são ainda vistas como coitadinhas e pessoas incapazes de desempenhar seu papel social, no entanto, quando questionadas sobre isso, elas negam e afirmam que são completamente felizes, satisfeitas e em momento algum se sentem incompletas ou inferiores.

À medida que a leitora da revista se depara com matérias a todo tempo impondo um padrão de mulher múltipla, aumenta-se o desejo de atingir tais ideais e a necessidade de manter o equilíbrio nos papéis, gerando uma tensão - como em um elástico - causadora de angústia (FERNANDES, 2003). A cada vez que ela não atinge algum dos papéis ou há um desequilíbrio gerando na mulher uma sensação de fracasso pessoal, de não valorização de quem ela é, aumentam-se as cobranças, culpas e frustrações.

Ser uma mulher que “dá conta” de tudo legitima dois discursos sustentados pela revista Claudia: o que prega igualdade de direitos com os homens e o que ressalta a natureza da mulher colocada como naturalmente inclinada aos trabalhos domésticos (COUTINHO, 1994). Com relação à igualdade de direitos, segundo Simone Beauvoir (1980, p. 449) “foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta”, ou seja, a conquista do mercado de trabalho e a independência financeira foram condições fundamentais para a “liberdade” da mulher. Em relação à natureza da mulher voltada a trabalhos domésticos, mesmo com todas as conquistas as tarefas domésticas continuam sendo parte das agendas femininas (RODRIGUES, 2004).

O conteúdo editorial da revista Claudia, principalmente no que se refere aos cinco tipos de mulher, é calcado em valores individualistas e com reportagens de cunho de aconselhamento e incitação ao consumo. Em decorrência da independência econômica, a mulher tornou-se alvo das indústrias femininas que anunciam nas revistas propagandas de cosméticos, roupas, acessórios, sapatos, maquiagens. Bem ao lado das propagandas estão as matérias com títulos chamativos que prometem a beleza ideal, e conforme Swain (2001) os produtos ao alcance das mulheres domesticam e controlam seus corpos, além de mostrar que se pode modificar sua natureza, sendo a beleza o caminho para a sedução, casamento e amor. Para percorrer esse caminho e atingir seu objetivo a mulher conta com a orientação, sugestões e dicas dos “especialistas”, sendo eles, médicos, autores de livros, terapeutas, sexólogos, psicoterapeutas, etc (BOHM, 2004).

Apesar de não ter sido alvo de análise as sessões de beleza das revistas, foi possível perceber que em todo momento a revista aponta para sua importância, principalmente quando coloca em suas páginas imagens de mulheres sempre muito bem arrumadas, cabelos feitos, roupas bonitas, salto alto e maquiadas. Quando a mulher tenta adequar esse modelo de beleza padronizado a sua própria imagem corporal, surge uma insatisfação. Alves et al (2009) após investigar a relação da cultura com a imagem corporal afirma que é evidente a preocupação

das mulheres com a manutenção da beleza corporal, o que pode gerar até mesmo distúrbios alimentares. Não há nos telespectadores a noção de que esses corpos perfeitos são imagens manipuladas e artificiais. Todavia, o autor mencionado aponta que cada cultura tem sua imagem de corpo idealizada, por exemplo, se a imagem socialmente valorizada for a da magreza, a busca será pelo emagrecimento.

Embora as revistas nos mostrem padrões de beleza bem rígidos, eles são resultados do contexto histórico nos quais vivemos. As configurações corporais mudam conforme a época, por exemplo, na antiguidade o valor estava nos seios fartos e nos quadris largos, pois eram considerados saudáveis e um símbolo da fertilidade (SENNETT, 2001). Já no período renascentista, segundo referido autor, as mulheres mais belas eram as que tinham uma alimentação abundante e curvas volumosas. Mas é a partir do século XX, que de fato o corpo feminino começa a ganhar a representação que dele temos hoje. Nos anos 30, os seios e o quadril tinham medidas aparentemente semelhantes e a sensualidade passou a ser mais explorada pelas mulheres. As roupas ficaram mais curtas, e com o uso de melhores tecidos fez com que as linhas do corpo ficassem mais aparentes (SUDU; LUZ, 2010).

Na década de 50, as mulheres ocidentais são fortemente influenciadas pelos ícones norte-americanos fomentados pelas suas indústrias cinematográficas (SANT'ANNA, 1995). Já nos anos 60, com o movimento *hippie*, há uma tentativa de se restaurar o corpo "natural", magro, sem curvas e com seios pequenos, ou seja, com sua beleza inata, sem subterfúgios mercadológicos (SIQUEIRA et al. 2007)

Em meados dos anos 80, as revistas femininas aparecem para dizer que o corpo ideal é o "marombado", composto por músculos aparentes e bem definido, resultado de um novo hábito que começa ganhar a moda: malhar. Dez anos mais tarde a magreza excessiva retorna, levando varias pessoas a desenvolver transtornos alimentares como bulimia e anorexia. Mas foi na virada do milênio que chegamos a uma categoria que fica entre o corpo "marombado" e a magreza, incentivando a preocupação com a saúde e bem-estar, incentivando novos hábitos e formas de vida (SIQUEIRA; FARIA, 2007).

A preocupação da mulher em atingir o ideal de beleza, pode fazer com que ela se sinta excluída diante do fracasso em se igualar aos modelos preconizados pela mídia. Tomada pela obrigação moral de ser bela, a mulher se depara com a feiura, sente-se feia ou atribui a feiura ao outro. Na tentativa de se ajustar aos padrões estéticos as mulheres são carregadas para o isolamento e práticas de culto ao corpo (NOVAES, 2006). As revistas femininas são um dos principais instrumentos capazes de ditar costumes e hábitos.

Portanto, a referida revista considera a necessidade da mulher está sempre bela, com corpo longilíneo e magro, cútis perfeita, cabelo liso ou ondulado, o que remonta modelos de beleza idealizados em contos de fada para crianças (MACHADO, 2006). Essa busca constante pela beleza é com o objetivo de manter-se linda para encontrar/manter a "metade da laranja", o príncipe encantado, ou seja, agradar o homem e isso reflete a dependência do sexo masculino, já conhecida de séculos passados (RODRIGUES, 2004).

Diante o exposto, ao fazer a análise das revistas, no que se refere à feminilidade representada, a mulher continua vinculada a características consideradas “próprias da mulher” como o instinto materno, cuidado, romantismo, resignação, abnegação, delicadeza e sensibilidade permanecendo a ideia de que essas características são inerentes ao “ser mulher” e ao seu código de conduta. A revista atrela à feminilidade cada papel social desempenhado pela mulher na contemporaneidade, segundo Fisher (2001) “a mídia não apenas veicula, mas também constrói discursos e produz significados, identidades e sujeitos”. Portanto à medida que a revista representa um único modelo de mulher inatingível sem levar em consideração a diversidade cultural de cada mulher, influencia o “ser mulher” da leitora, além de, contribuir para que se mantenha o modelo patriarcal e a estrutura hierárquica entre os homens e as mulheres.

Entendemos que para os desafios da vida contemporânea, que incluem trabalho, família e filhos, tanto a mulher quanto o homem, longe de precisar de formulas prontas retiradas de representações ancoradas em velhos pressupostos, necessitam dialogar para encontrar respostas singulares que tem a ver com suas relações cotidianas. Desta forma é possível lidar com os problemas de uma sociedade brasileira machista sem necessidade da mulher encarnar diversos papéis que extrapolam as suas forças. A representação social da feminilidade na revista *Claudia* é um pequeno recorte do pensamento que vigora a respeito da mulher no século XVII (GALINKIN; ISMAEL, 2013) e constitui material para reflexão nos estudos de gênero, além nos ajudar a repensar o que queremos enquanto mulheres (e homens) participantes da sociedade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As representações sociais sobre os papéis sociais femininos na revista *Claudia* permitem outros questionamentos, como por exemplo, como seria para a mulher que não optasse pela maternidade, ou que tivesse uma orientação sexual que não heterossexual, como ela se perceberia ao deparar-se com o modelo de mulher inflexível e ancorado em ideais tradicionais: isso pode se tornar tema de futuras pesquisas. Pois de fato existem outras formas de se mulher que a revista *Claudia* exclui, mas que são formas de viver que precisam inserir-se na sociedade de alguma forma. Além disso, o papel do homem também deve ser mais bem explorado, tanto pela mídia quando pela produção acadêmica voltada para o estudo de gênero.

Por fim, para podermos repensar as formas cristalizadas de comportamento nos tipos de mulher mencionados no presente artigo, faz-se necessário a utilização de um critério filosófico descrito por Ghiraldelli (2010), segundo o qual é necessária uma desbanalização do banal para nos retirar da aceitação incondicional gerada pela repetição dos costumes. Para isso seria necessário respirar novos ares sempre tentando buscar novas formas de estar no mundo, produzir em nos mesmos uma espécie de estranhamento capaz de nos retirar dessa repetição de um senso comum banal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985

ALVES, D. et al. Cultura e imagem corporal. **Fundação Técnica e Científica do Desporto**, 2009. Disponível em: [http://www.revistamotricidade.com/arquivo/2009\\_vol5\\_n1/v5n1a02.pdf](http://www.revistamotricidade.com/arquivo/2009_vol5_n1/v5n1a02.pdf)  
Acesso em: 08 de nov. 2016

BARBOSA, P. Z; COUTINHO R, L. M. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia Clínica**; v. 19 , n.1, 163-185, 2007. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010356652007000100012&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010356652007000100012&script=sci_abstract&lng=pt)  
Acesso em: 08 de nov. 2016.

BORIS, G.G.J.B; CESÍDEO, M.H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal estar e subjetividade**, v.7, n. 2, 2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s1518-61482007000200012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1518-61482007000200012&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: 03 de set. 2016.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. v 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOHM, C.C. **Um peso, uma medida**. O padrão da beleza feminina apresentado por três revistas brasileiras. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia em Comunicação Social) – Universidade Bandeirantes de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em:  
[http://www.ufrgs.br/napead/repositorio/objetos/fases-dapublicidade/textos/associativa\\_04.pdf](http://www.ufrgs.br/napead/repositorio/objetos/fases-dapublicidade/textos/associativa_04.pdf)  
Acesso em: 03 de set. 2016.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

CAMINO, L., TORRES, A. R. R. et al (org.). **Psicologia Social temas e teorias**. 2ª ed. Technopolititik, Brasília DF, 2013.

CARVALHO, D.S. **A representação da mulher na mídia**: questões de gênero e poder. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde. Brasília, Distrito Federal, 2015. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/7738/1/21240223.pdf> Acesso em: 05 de nov. 2016

CAIXETA, J. E; BARBATO, S. Identidade feminina: um conceito complexo. **Paidéia**, v. 14, n. 28, p. 211-220, 2004. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2014/655-1406813319.pdf>. Acesso em 07 de set. de 2016.

COUTINHO, S.M.S. **A dona de tudo**: o que é ser mulher, mãe e esposa de acordo com as representações sociais de mulheres de duas gerações. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2008. Disponível em:  
[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_2469\\_.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_2469_.pdf) Acesso em: 03 de set. de 2016.

COMUNICAÇÕES. I. V, **Associação Nacional dos Editores de Revistas**. Disponível em:  
<http://publicidade.abril.com.br/homes.php?MARCA=13>. Acesso em: 24 de set. 2016

COUTINHO, M. L. R. **Tecendo por trás dos panos**: A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro. Rocco, 1994.

- DESLAURIERS, J.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008
- FRANCO, M.L.P.B. **Análise de Conteúdo**. Brasília, 2005.
- GALINKIN, A. L; ISMAEL, E. Gênero. In: TORRES, Ana Raquel Rosas, et al (orgs). **Psicologia Social: Temas e Teorias**. Brasília: Technopolitik, 2013.
- GHIRALDELLI, J. P. **A aventura da filosofia**. São Paulo: Manole, 2010.
- JESUS, M.S; SACRAMENTO, S.M.P. A abordagem conferida ao sexo e gênero nas distintas ondas feministas. **Revista café com Sociologia**, v. 3, n. 3; setembro/dezembro de 2014. Disponível em: <http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/355> Acesso em: 03 de set. 2016
- HEINZELMAN L. F et al. Corpos em revista: a construção de padrões de beleza na Vogue Brasil. **Psicologia em Revista**, v. 18, n. 3, p. 470-488, mai. 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9563.2012v18n3p470> Acesso em: 09 nov. 2016.
- JODELET, D. **As representações sociais**. Paris: Presses Universidade Francesa, 1994.
- JONATHAN, E. G.; SILVA, T. M. R. Empreendedorismo feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre; v. 19, n. 1, p. 77-84, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822007000100011&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822007000100011&script=sci_abstract&lng=pt) Acesso em: 08 de nov. 2016.
- LOURO, G.L. Gênero e sexualidade: Pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/250993379\\_Genero\\_e\\_sexualidade\\_pedagogias\\_c\\_ontemporaneas](https://www.researchgate.net/publication/250993379_Genero_e_sexualidade_pedagogias_c_ontemporaneas) Acesso em: 08 de Nov. 2016.
- MACHADO, L. M. M. E **A mídia criou a mulher**: como a tv e o cinema constroem o sistema de sexo/gênero. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2006 Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3409/1/Liliane%20MariaMacedo%20Machado.pdf>. Acesso em: 05 de nov. 2016
- MICHENER, H. A.; DELAMATER, J. D.; MYERS, D. J. **Psicologia Social**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- MEYER, D. E. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. In: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Educação Física. Porto Alegre: **A/Z Movimento**, v. 1, n.1, p. 33-58, 1994. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2817> Acesso em: 8 de nov. 2016
- MOREIRA, M. M. S. Assédio sexual feminino no mundo do trabalho: algumas considerações para reflexão. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 4, n. 2, 2002 Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v4n2\\_marilda.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_marilda.htm) Acesso em: 05 de nov. 2016.
- MORENO, R. **A beleza impossível**: mulher, mídia e consumo. Ed. Ágora, 2008.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003

NADER, M.B. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. 2001, EDUFES, Espírito Santo, Vitória, 2001.

NOVAES, J. V. **Ser mulher, ser feia, ser excluída**. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0237.pdf> Acesso em: 08 de nov. 2016.

OLIVEIRA, P.S. **Introdução a Sociologia**. 19. Ed. São Paulo: Ática, 1998.

OLIVEIRA, F. O; WERBA, G. C. Representações sociais. Em: JACQUES, M. G. C. (Org.). **Psicologia social contemporânea**. Livro-texto. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

PATIAS, N. D; BUAES, C. S. “Tem que ser uma opção da mulher”! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. **Psicologia & Sociedade**. v. 24, n.2, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/06.pdf> Acesso em: 08 de nov. 2016.

RODRIGUES, L. V. **A representação da mulher na imprensa feminina**. NP 13 – Comunicação e Cultura das Minorias, 2004. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0992-1.pdf>. Acesso em 01 de jun. 2016.

SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise. **Revista educação e realidade**, v. 20,n.2 1995. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott\\_gender2.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf?sequence=1) Acesso em: 05 de nov. 2016

SANT'ANNA, D. B. **Cuidados de si e embelezamento feminino**. In: SANT'ANNA, D. B. Políticas do corpo. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SAUERBRONN, J. E , TONINI, K. A. D.; LODI, M. D. F. Um estudo sobre os significados de consumo associados ao corpo feminino em peças publicitárias de suplementos alimentares. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, 2011. Disponível em:[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141323112011000100001&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141323112011000100001&lng=en&tlng=pt). 10.1590/S1413-23112011000100001 Acesso em 07 de out. 2016.

SENNETT, R. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, V. R. A mulher ontem, hoje, amanhã: por que as mulheres aceitam uma imagem de revista como ideal de beleza, sendo a foto distante da realidade? **Leitura Flutuante**, n.5, v.2, p. 103-110,2013. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/leituraflutuante/article/view/17955> Acesso em: 08 de nov. 2016.

SIQUEIRA, D. C. O, FARIA, A. A. Corpo, saúde e beleza: representações sociais nas revistas femininas. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, p. 171-188, 2007.

STREY, M.N. **Psicologia Social Contemporânea**, Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1998.

SUDU, N. LUZ, M. T. Sentidos e significados do corpo: uma breve introdução ao tema. *CERES: Nutrição e Saúde*. Rio de Janeiro, 5(2), p. 101-112, 2010.

SWAIN, T.N. Feminismo e recorte no tempo presente: mulheres em revistas femininas. *São Paulo Perspectiva*. 2001, pp.67-81. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300010&lng=en&nrm=iso). ISSN 0102-8839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000300010> Acesso em 07 de out. 2016.

## SER MÃE NO CONTEMPORÂNEO: REPRESENTAÇÃO SOCIAL E MELANCOLIA PÓS-PARTO

Carina Da Rocha Rodrigues<sup>1</sup>; Naiâne Pereira Volmoco<sup>1</sup>; Valeria De Araújo Sampaio<sup>1</sup>; Flávio Martins de Souza Mendes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmica de Psicologia da Faculdade Brasileira Multivix Vitória.

<sup>2</sup>Psicólogo pela Faculdade Brasileira – Univix e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGP/UFES). Docente do curso de Psicologia da Faculdade Brasileira – Multivix Vitória.

### RESUMO

A maternidade tem um lugar importante na vida das mulheres, sendo este um período peculiar a cada uma. Entretanto, os valores e crenças, compreendido como representações sociais, interferem a forma como cada mulher passará por esse período. Frente a isso, torna-se crucial compreender estes construtos sociais da mulher-mãe e como eles podem influenciar no padecimento das mulheres durante a maternidade e puerpério. Na qual pode vir a provocar sofrimentos como a melancolia pós-parto, depressão pós-parto e psicose puerperal. Assim, essa pesquisa teve por objetivo investigar o que a produção científica tem descoberto sobre a relação entre a representação social da mulher enquanto mãe e a melancolia pós-parto no puerpério, mapeamento a produção da área nos últimos anos. Para a investigação, utilizou-se do método de pesquisa bibliográfica de cunho exploratória e abordagem qualitativa, e para a análise dos dados utilizou-se da análise de conteúdo. Dentre os estudos analisados, a maternidade aparece vinculada às sintomatologias de depressão pós-parto e/ou ansiedade, bem como surgem relacionadas aos constructos de “ser mãe” e de “maternidade idealizada”. Além disso, emergem questões relacionadas à hierarquização de gêneros e valores patriarcais, assim como questões da infertilidade e da opção por não ser mãe. Este estudo apresentou relevância acerca do conhecimento sobre como as representações sociais perpassam as vivências da maternidade e influenciam a constituição do ser mulher-mãe, identificando-se que o papel da mulher enquanto mãe ideal ainda está impregnada nas práticas sociais.

**Palavras-chave:** Representações Sociais; Melancolia pós-parto; Maternidade.

### INTRODUÇÃO

A maternidade é um momento que redefine o papel da mulher, provocando a emergência de questões referentes a essa vivência frente ao papel social que a mulher-mãe passa a ocupar. Durante a vivência da maternidade, a mulher sofre modificações em seu corpo e em seu psiquismo, que passa por um momento de ajustamento em decorrência da necessidade de adequação ao seu papel social enquanto mãe, bem quanto à preparação para constituir outro ser (FOLINO, 2014).

Através da construção pela qual o amor materno foi passando na história, tende-se a aceitar no senso comum que este sentimento é instintivo, ou seja, faz parte da natureza feminina, independentemente das condições que a cercam. Pensa-se que todas as mulheres são predeterminadas para uma atitude maternal e, ao se tornarem mães, já terão internamente todas as respostas necessárias para possíveis desafios de sua nova condição. Entretanto, o amor materno não é dado, mas sim construído, de modo que não se trata de um pré-requisito feminino, não sendo inerente às mulheres, mas sim, adicional (BADINTER, 1985).

Acreditar no sentimento materno como instintivo, que engloba a concepção de mãe dedicada e a de interação familiar perfeita, acaba por desconsiderar a subjetividade da mesma. Ao

contrário disso, entende-se que a experiência materna não é algo específico do processo de reprodução, não segue parâmetros instintivos, tampouco acontece de forma especificamente alegre ou triste, assim como nem sempre ela acontece. Portanto, a maternidade não se faz puramente de experiências positivas, mas também pode ser mobilizadora de sofrimentos (AGUIAR, 2011).

Durante a maternidade as mulheres estão propícias a se deparar com sentimentos contraditórios, dando margem para um conflito interno entre o sentimento ideal e o sentimento real, esbarrando na sensação de incapacidade (ARRAIS; AZEVEDO, 2006). Neste sentido, os aspectos emocionais que emergem na gravidez, no parto e no período do puerpério merecem atenção, pois se referem a um período de grandes transformações psíquicas, que acometem importante transição existencial da mulher (BRASIL, 2006).

Dentre os eventuais transtornos emocionais que podem emergir na maternidade ou no pós-parto, podem-se destacar a melancolia pós-parto ou *baby blues* – Tristeza Materna, a depressão pós-parto e a psicose puerperal (BERETTA et al., 2008).

A melancolia pós-parto é um estado de humor depressivo mais brando que se inicia alguns dias após o parto e se devidamente elaborada regride espontaneamente. A depressão pós-parto, por sua vez, é um quadro de sintomas mais acentuados, pode haver a necessidade de intervenção medicamentosa, podendo perdurar até dois anos, além disso está correlacionado com alguns fatores de risco antecedentes ao desencadeamento do quadro. Por último, a psicose puerperal é um transtorno psíquico agudo caracterizado pela perda do senso de realidade, requer tratamento medicamentoso e pode haver a necessidade de internação (IACONELLI, 2005). Neste estudo, pela precocidade da manifestação e por haver pouca discussão sobre o assunto, o foco será colocado sobre a melancolia pós-parto.

A melancolia pós-parto é descrita na literatura como uma alteração psicológica e fisiológica, com aparecimento frequente na fase puerperal devido ao fato da mãe encontrar-se num período que abarca um misto de sentimentos, vivenciando instabilidade emocional e hormonal. Além disso, é um período em que a nova mãe tende a se deparar com dificuldades e, principalmente, dúvidas quanto à sua atual condição, essas são mudanças consideradas naturais para o período e vivenciado de forma particular por cada uma (AMORIM, 2010).

Segundo dados do Ministério da Saúde (2006), os sintomas depressivos na melancolia pós-parto afloram após a chegada do filho devido às diversas ansiedades que emergem, em virtude das próprias necessidades da mãe ser postergadas em função do mesmo. Acomete cerca de 50 a 70% das mulheres e em geral aparece após o terceiro dia do período puerperal. É considerada como um estado depressivo, entretanto em um grau mais brando e transitório, tendo como principal característica labilidade emocional, sentimento de incapacidade, alterações de humor, dentre outros sintomas (BRASIL, 2006).

A gravidez abrange um momento significativo na vida da mulher enquanto detentora de um papel social, uma vez que as mudanças corporais, subjetivas e sociais, tem potencial para desabrochar sentimentos, valores e tensões em torno destas transformações. Além disso, há uma necessidade de adaptação às tarefas maternas entendidas como comportamento ideal da mulher-mãe, advindas das representações sociais (MACHADO et al., 2012).

Pensar os aspectos culturais de maternidade a partir das representações sociais abarca os valores de como a mulher deve proceder como mãe, por meio dos discursos que são impostos e reproduzidos pela sociedade. Por meio destes discursos culturais a maternidade passa a ser associada ao amor e ao cuidado, firmando referências nos valores cunhados como ideais a mulher (BUAES; PATIAS, 2012).

O indivíduo possui a necessidade de compartilhar os saberes culturais do meio no qual está inserido, e as representações sociais são, continuamente, reproduzidas seja nas produções individuais ou grupais do meio cotidiano, moldando-se no senso comum. Assim, as representações sociais constroem discursos sobre a maternidade e a maneira de ser mãe, vinculadas ao ser mulher, forçando a maternidade como parte necessária da construção da identidade feminina e a não realização desse papel à tornará um ser incompleto, sem sentido de vida (STASEVSKAS, 1999).

A experiência de maternidade varia de mulher para mulher, cada uma tende a desenvolver um sentimento próprio para este momento da sua vida, contudo a mesma pode sofrer influências de inúmeras variáveis, a partir da forma como ela percebe, entende e vivencia a maternidade e a gestação, por meio de suas representações a respeito do comportamento social do papel materno (MACHADO et al., 2012).

As representações sociais englobam, portanto, as interpretações da realidade que permeiam as relações entre o sujeito e o meio social, guiando suas ações sociais. Ao considerar a conexão entre a experiência subjetiva e a inserção social, pode-se compreender que as representações sociais das mulheres e a experiência materna consistem numa interpretação coletiva da realidade vivida e falada por esse grupo social. Assim, estudar as representações sociais acerca do papel social de ser mãe significa compreender os processos pelo qual elas moldam sua rede de significação frente à maternidade (COUTINHO; SARAIVA, 2008).

As representações sociais que atuam reforçando a ideia do “amor materno incondicional” e que atribuem à mulher a responsabilidade pela criação dos filhos e dedicação ao lar, ainda nos dias de hoje, encontram-se fortemente arraigados na cultura social. Mesmo com as mudanças socioculturais ocorridas nas últimas décadas, torna-se pertinente observar como tais práticas são produzidas e reforçadas ao longo dos anos pelos agenciamentos sociais (COUTINHO; MENANDRO, 2009).

Com as mudanças e ressignificações a respeito do papel que a mulher ocupa na sociedade, observa-se uma mulher contemporânea que ainda pode estar regida pelas antigas representações sociais que permeiam o papel de ser mãe, acreditando que não sabe cuidar de seus filhos como as mães da geração anterior. Surgem então novos interesses e expectativas, que não mais se limitam à maternidade, e podem vivenciar conflitos como angústias, dúvidas e culpa pela insegurança frente ao novo papel (ARRAIS; AZEVEDO, 2006).

Assim, falar de maternidade é falar de um período de intensas transformações e a cultura de uma sociedade tem grande influência sobre este período, pois a forma na qual a sociedade percebe a maternidade esbarra na concepção de maternagem e do ser mulher-mãe. Frente a isso, pode-se pensar a importância de compreender as representações sociais que atravessam o cotidiano da mulher enquanto mãe.

## TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As Representações Sociais (RS) são formas de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com objetivos práticos, e concorrem para a construção de uma realidade que é comum a um grupo. Elas são fenômenos cognitivos que permeiam a vivência social dos indivíduos que são interiorizados nas práticas e nos modelos de pensamento e conduta, fixados socialmente e transmitidos pela comunicação social (JODELET, 1993).

As representações do mundo social são determinadas pelos interesses dos grupos que as idealizam e compreendem os mecanismos pelos quais um grupo impõe sua concepção, seus valores e domínios. O conceito de Representação Social vem do termo representação coletiva, desenvolvido por Émile Durkheim, sociólogo que enfatizou sobre as categorias básicas do pensamento terem origem na sociedade, que o conhecimento só poderia ser encontrado na experiência social. Assim, as representações coletivas eram entendidas como um conjunto de conhecimentos envolvendo crenças como, religião, mito, ciência, dentre outros (ALEXANDRE, 2004).

Durkheim propôs a formação de conceitos que são compartilhados com os membros do grupo, com origem na vida em coletividade. O sociólogo destacou que as representações coletivas não são reduzidas pela soma das representações dos indivíduos em sociedade, mas sim, a formação de um novo conhecimento que ultrapassa a soma dos indivíduos, favorecendo a recriação do coletivo (ALEXANDRE, 2004).

A análise da ideia coletiva de Durkheim foi renovada pelo psicólogo Serge Moscovici destacando as peculiaridades dos fenômenos representativos nas sociedades contemporâneas, caracterizadas pelas constantes trocas de comunicação, pelo desenvolvimento da mobilização social e da ciência (JODELET, 1993).

Moscovici, ao se referir à representação coletiva de Durkheim, diz que a mesma deve ser explicada no nível da psicologia social, engendrando objetos e instrumentos permitindo um conhecimento cumulativo, captando os verdadeiros aspectos da vida social, surgindo assim, a noção de Representação Social (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2003).

O surgimento da teoria de Moscovici parte de uma perspectiva sistemática e global que é implicado a uma relação entre processos que se erguem de uma dinâmica social e de uma dinâmica psíquica. Um sistema teórico complexo que considera de um lado o funcionamento cognitivo e o aparelho psíquico, e de outro, o funcionamento do sistema social que envolve a interação dos grupos, articulando elementos afetivos, mentais e sociais (JODELET, 1993).

As representações sociais são elaboradas a partir de dois processos, a objetivação e ancoragem. Na objetivação, dá-se a uma imagem um sentido materializado ao qual é reproduzido um conceito real de uma imagem que é conceitual, ou seja, é aquilo que dá sentido ao objeto que se apresenta. Através da objetivação, tudo que é abstrato passa ser objetivado, tornando-se real, concreto, o que era símbolo passa ser o signo. Nesse sentido, o processo de objetivação inclui os signos linguísticos ligados às estruturas materiais relacionando palavras e coisas, associando assim o símbolo ao objeto, não de forma representativa, mas como um objeto real. Objetivar então é quando se reabsorve excesso de

significados, materializando-os e mantendo certa distância a seu respeito, permanecendo um nível de observação do que era apenas um símbolo (MOSCOVICI, 1978).

O segundo processo que está envolvido nos aspectos de significações denomina-se ancoragem, pelo qual a sociedade converte o objeto social em um instrumento em que ela poderá ter acesso, assim, este objeto será exaltado nas relações sociais existentes. Ancorar, portanto, é classificar e dar nome a algo, e as coisas que não são classificadas, sem nome algum, são estranhas, não existentes, sendo ameaçadoras (MOSCOVICI, 2007).

Articulando os dois processos, se por um lado a objetivação transforma as questões abstratas em algo naturalizado, ou seja, torna algo que não é familiar em algo essencialmente real firmado nos construtos coletivos, a ancoragem se insere nos conceitos e imagens materializados no processo de objetivação e os reproduz no meio social para fazer as coisas conhecidas a partir do que já se conhece (MOSCOVICI, 2007).

Moscovici enfatiza que as representações sociais são uma preparação para a ação do indivíduo que conduzirá o comportamento e restituirá os elementos do meio ambiente que o comportamento deve pertencer. Para ele o ser humano é um ser que pensa, busca respostas e compartilha realidades. Nesse aspecto, Moscovici instaura a concepção do social como uma coletividade racional que não pode ser entendida apenas por um conjunto de cérebros que processam informações e fazem julgamentos condicionados pelos fatores externos (MOSCOVICI, 1981 apud ALEXANDRE, 2004).

A representação social sempre representa a relação entre uma coisa (objeto) e alguém (sujeito) deste modo, a ligação entre a representação social e seu objeto dá-se sobre a forma de simbolização e significações, ou seja, as representações carregam a marca do sujeito e sua atividade, que remete ao caráter construtivo e expressivo do indivíduo (JODELET, 1993). Esta conexão não se constitui uma simples reprodução ou reflexo do mundo exterior, mas sim uma atividade de reconstrução da realidade e de organização significativa, da maneira que esta realidade seja natural aos olhos do sujeito. (COUTINHO; MENANDRO, 2009).

Portanto, as representações sociais interagem como sistemas de interpretação do objeto influenciando a relação do indivíduo com o mundo e com os grupos sociais, organizando e orientando a comunicação social, assim como intervindo em processos distintos que envolvem a difusão e assimilação dos conhecimentos, contribuindo no desenvolvimento das identidades pessoais, grupais e na transformação social do sujeito (JODELET, 1993).

## REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O PAPEL DA MULHER ENQUANTO SER MÃE

Os aspectos das representações sociais relacionados com o papel da mulher na família foram construídos ao longo do tempo de acordo com o contexto social, econômico, político e cultural e vem ganhando forças, mantendo-se na contemporaneidade. As representações sociais da mulher como mãe e esposa, são produzidas e reproduzidas através das práticas sociais compartilhadas pela sociedade, firmando o papel social das mulheres e dando sentido para suas condutas (COUTINHO; MENANDRO, 2009).

No tocante ao “ser mulher” do ponto de vista social, observa-se uma configuração de deveres ao qual a mulher exerce uma função social materna, reduzida à força de seu sexo e permanecendo no espaço privado. Esta mulher era domesticada para que suas peculiaridades e desejos não destruíssem a ordem social e familiar uma vez que as representações culturais de maternidade e discursos sociais tendem a orientar as mulheres sobre como devem agir enquanto mãe. Desta forma, os construtos vinculados à maternidade, ao amor e cuidado passaram a ser valores como forma ideal (KEHL, 2008 apud BUAES; PATIAS, 2012).

Ainda hoje, as representações que associam mulher, maternidade e lar encontram-se no pensamento social e são muitas vezes reforçadas pelas próprias mulheres que ficam à mercê de uma configuração social imposta (COUTINHO; MENANDRO, 2009). No entanto, a contemporaneidade vem modificando as experiências que permeiam as vivências maternas, tornando-se relevante pensar nas transformações e modos de subjetivação envolvendo a mesmas não somente por um viés de maternidade (BARBOSA et al., 2007; FONSECA, 2005 apud BUAES; PATIAS, 2012).

Assim, a mulher vivencia suas experiências de formas distintas, mesmo que se encontre em um mesmo contexto social.

O fato de existirem representações compartilhadas não significa que todas as pessoas apresentem exatamente a mesma representação de determinado objeto, ou seja, signifiquem esse objeto exatamente da mesma forma, com os mesmos elementos. Na verdade, o que existe é uma base comum compartilhada, ou melhor, elementos compartilhados, que são fortes, significativos e amparam a identidade grupal, enquanto há elementos que são particulares na medida em que são determinados pelas circunstâncias e pelo tipo de inserção no grupo, (COUTINHO; MENANDRO, 2009, p.64).

Desta maneira, diferentes significados são atribuídos às experiências femininas, de forma tal que o “ser mãe” na sociedade atual torna incertas e transitórias as identidades sociais, uma vez que a identidade é constituída por um processo de identificação subjetiva do indivíduo e pelos agenciamentos sociais, que mantêm valores e papéis sociais, mesmo na contemporaneidade (BUAES; PATIAS, 2012).

Neste sentido, a integração dos indivíduos em uma rede social e as funções que exercem, varia de acordo com o contexto social e cultural vigente, o desenvolvimento pessoal e familiar, bem como a própria rede, que se altera durante períodos de transformações (BRAZ; DESSEN, 2000).

Ao abordar as representações sociais no presente estudo, nota-se a importância de compreender as questões envolvendo os grupos sociais, articulando aspectos culturais e simbólicos que permeiam o cotidiano do sujeito, bem como a vivência do mesmo frente aos construtos sociais. Assim, buscaram-se novas informações que dessem condições de mapear resultados que têm sido produzidos neste campo, para melhor compreensão da produção científica sobre a relação entre a representação social da mulher enquanto mãe e a melancolia pós-parto no puerpério.

Neste aspecto, analisar a teoria das representações sociais e sua relação com a maternidade torna-se relevante, pois, proporciona trabalhar a representação da figura materna na sociedade, assim como discutir as singularidades que norteiam este processo, visto que as crenças sobre a mulher e o ser mãe esbarram em um jogo simbólico e estereotipado, que molda o ser mulher do ponto de vista social.

No contexto psicológico e científico, este trabalho abrange a importância de analisar a rede de relações sociais que abarcam a maternidade, ou seja, o cenário social em que a mulher está inserida, e como esse modo de viver, pensar e agir manifesta-se diante dessas construções sociais vigentes. Assim, busca-se problematizar questões para que se possa repensar a maternidade como uma etapa de escolha da mulher.

O objetivo geral deste estudo foi identificar possíveis relações entre representação social de maternidade para as mulheres e a melancolia pós-parto do puerpério. De modo que, para tal investigação, mapeou-se a produção científica relacionada aos contextos da representação social da mulher enquanto mãe e da melancolia pós-parto; analisaram-se possíveis relações entre as representações sociais da maternidade e o papel da mulher enquanto mãe na atualidade; e discutiu-se a possível relação entre as representações sociais que permeiam a maternidade e a melancolia pós-parto.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

### **TIPO DE PESQUISA**

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratória e abordagem qualitativa, desenvolvida através de revisão de literatura em materiais científicos já elaborados e publicados, constituído de artigos em indexador digital.

A pesquisa exploratória tem como objetivo familiarizar-se com o problema, visando torná-lo mais explícito ou construir hipóteses, além de apresentar descobertas das intuições e aprimoramento de ideias. Uma pesquisa bibliográfica é desenvolvida através de materiais já elaborados, possibilitando a análise de diversas posições acerca de um determinado problema (GIL, 2002).

Para investigar o problema de pesquisa proposto, obtiveram-se dados qualitativos, levantando questionamentos a respeito do que a produção científica tem descoberto sobre a relação entre a representação social da mulher enquanto mãe e a melancolia pós-parto no puerpério, utilizando-se como referência os estudos de, Assunção et al. (2012); Brasil (2007); Buaes e Patias (2012); Coutinho e Menandro (2015); Coutinho e Saraiva (2007); Coutinho e Saraiva (2008); Enumo e Trindade (2002); Evangelista et al. (2012); Piccinine et al. (2011); Vargas (2012).

## COLETA DE DADOS

O levantamento de dados resultou de revisão de literatura publicada no período entre 2002 e 2015, extraídos de bibliotecas eletrônicas, tendo como base principal de dados a plataforma BVS-Psi, porém foram extraídos artigos das páginas Pepsic, Scielo e Index-Psi. Por estratégia de busca para o refinamento da pesquisa, utilizou-se como critérios de inclusão combinações das palavras-chave, “representações sociais”, “representação social”, “depressão pós-parto”, “maternidade”, “puerpério”, “mulher”, “melancolia”, e como critério de exclusão estudos duplicados e artigos que possuíam as palavras-chave utilizadas nos critérios de inclusão, porém não estavam relacionados com problema proposto.

## ANÁLISE DOS DADOS

Para análise dos dados, utilizou-se da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin. A análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico, que se aplicam a conteúdos diversificados, e tem por finalidade utilizar de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2011).

Nesta pesquisa, seguiram-se as etapas da técnica de organização de análise descrita por Bardin (2011), o qual as organiza em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Por pré-análise, compreende-se a fase de organização do material a ser analisado com o objetivo de sistematizar as ideias iniciais, organizando assim um esquema para o plano de análise. A exploração do material constitui a segunda fase, no qual é feito um estudo mais aprofundado do material coletado. A terceira fase consiste no tratamento dos resultados coletados, interpretando os resultados analisados de forma que seja significativo e válido para o estudo em questão (BARDIN, 2011).

## RESULTADOS

Nas buscas realizadas utilizando-se combinações das palavras-chave, foram identificados 314 artigos possivelmente relevantes, conforme pode ser visto na tabela 1:

**Tabela 1:** Quantidade de artigos identificados com as combinações de palavras-chave.

Palavras-Chave	Index Psi	Pepsic	Scielo
RS/ Maternidade	13	4	8
RS/ Maternidade/ Puerpério	1	2	1
RS/ mulher	28	5	36
RS/ puerpério	3	3	4
RS/ maternidade/ depressão pós-parto	2	1	1
RS/ depressão pós-parto	4	2	2
RS/ depressão pós-parto	3	3	2
RS/ maternidade/ depressão pós-parto	1	2	1
RS/ puerpério	3	4	6
RS/ mulher	25	10	89
RS/ maternidade/ puerpério	1	2	2
RS/ maternidade	10	5	24

Por meio do critério de exclusão, os resumos dos artigos foram revisados possibilitando excluir 296 estudos por não corresponderem ao proposto deste estudo. Dos 18 artigos restantes, foi realizada uma avaliação detalhada dos mesmos, dos quais 10 estavam relacionados com o objetivo deste estudo e foram efetivamente aproveitados na análise, todos norteados pela teoria das representações sociais, os quais são descritos na tabela 2.

**Tabela 2:** Relação dos artigos utilizados para análise dos dados.

TÍTULO	AUTOR	ANO
A estrutura das representações sociais de mães puerperas acerca da depressão pós-parto.	Evelyn Rúbia de Albuquerque Saraiva; Maria da Penha de Lima Coutinho	2007
"Barrigão à mostra": vicissitudes e valorização do corpo reprodutivo na construção das imagens da gravidez.	Eliane Portes Vargas	2012
Forjando-se imaginariamente mulher: um estudo sobre as representações de gênero das jovens no grupo de mulheres do Benguí.	Roberta Gilet Brasil	2007
O sofrimento psíquico no puerpério: um estudo psicossociológico.	Evelyn Rúbia de Albuquerque Saraiva; Maria da Penha de Lima Coutinho	2008
Pós-Graduação, formação profissional e postergação da constituição da família própria: um estudo com estudantes de mestrado e doutorado.	Lara de Sá Leal; Mariane Ranzani Ciscon-Evangelista; Naara Knupp de Oliveira; Paulo Rogério Meira Menandro	2012
Representação social, ansiedade e depressão em adolescentes puerperas.	Camila Feitosa D'Assunção; Maria Arleide Silva; Leopoldo Nelson Fernandes Barbosa; Patrícia Cristina Wanderley Guedes; Thyeri Bione Marques	2012
Representações acerca da maternidade no contexto da depressão pós-parto.	Cesar Augusto Piccinini; Daniela Delias de Sousa; Luiz Carlos Pradob	2011
Representações sociais do ser mulher no contexto familiar: um estudo intergeracional.	Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho; Paulo Rogério Meira Menandro	2015
"Tem que ser uma escolha da mulher!" representações de maternidade em mulheres não-mães por opção.	Caroline Stumpf Buaes; Naiana Dapieve Patias;	2012
Triste e incompleta: uma visão feminina da mulher infértil.	Sônia Regina Fiorim Enumo; Zeidi Araujo Trindade	2002

Os 10 artigos foram publicados no período de 2002 a 2015, sendo nove relatos de pesquisas e um trabalho teórico. Entre as pesquisas, todas qualitativas, o grupo de participantes mais evidente é o de mulheres de classe média com sintomatologia depressiva e faixa etária variável entre 14 e 74 anos, sendo que em 4 dos artigos a coleta de dados foi realizada em contexto hospitalar onde mães ou bebês realizavam acompanhamento médico, e os demais

sendo feitos em um determinado projeto social, escolhas aleatórias em redes sociais, bairros de uma determinada região e universitários de uma universidade federal.

Com relação às representações sociais e depressão pós-parto, os estudos encontraram resultados como: 1) as representações de “ser mãe” e “ter filhos” estão associadas a sentimentos de alegria e prazer e, simultaneamente, ao sofrimento psíquico, ligado ao sentimento de tristeza, ancorando as representações sociais (COUTINHO; SARAIVA, 2007); 2) o nível socioeconômico, grau de escolaridade, faixa etária e estado civil, são alguns dos fatores que podem influenciar o nível de ansiedade e depressão entre as mães adolescentes, gerando sentimentos ambivalentes advindos deste novo status representacional (ASSUMÇÃO et al., 2012); 3) relatos associados ao sentimento de não ser capaz de cuidar do filho, vinculadas as preocupações com o bebê, com o apoio de seus familiares e com a necessidade de conciliar antigos e novos papéis (PICCININE et al. 2011); 4) a vivência materna aparece ligada às experiências e lembranças sociais, reveladas por meio de objetivações naturalizadas na composição histórica encontradas nas falas de puérperas depressivas (COUTINHO; SARAIVA, 2008).

No que tange as representações sociais e a maternidade idealizada encontram-se: 5) resultados acerca da representação e a maternidade tida como sacralizada, no sentido de um evento relacionado a construção social imposta a mulher como uma obrigação (VARGAS, 2012); 6) o ser mulher aparece como condição existencial demarcada tanto pelo órgão genital e processos biológicos, quanto por processos sociais, nas quais as jovens reproduzem discursos sociais adquiridos em sua trajetória de vida, ligados diretamente a valores patriarcais (BRASIL, 2007); 7) coexistência da construção social de maternidade pautada na idealização e hierarquização das funções sociais de homens e mulheres (EVANGELISTA et al., 2012); 8) na geração mais jovem, as falas são marcadas por ambiguidade quanto à questão dos papéis femininos na família, revelando que ainda está em processo a superação das diferenças de gênero consolidadas pela tradição (COUTINHO; MENANDRO, 2015).

Sobre as representações da imagem da mulher que não se encaixam no modelo idealizado de maternidade, encontram-se 9) resultados indicando que as representações do que é ser mãe estão implicadas em vários discursos e práticas culturais, que produzem determinados modos e modelos de ser e de se comportar, de modo que mulheres que optam por não viver a maternidade, constituem suas identidades a partir da negação de representações culturais dominantes (BUAES; PATIAS, 2012); 10) as mulheres inférteis, ocupam uma condição estigmatizante frente à maternidade idealizada, trazendo em seus relatos a expressão “triste e incompleta” por se sentirem impedidas de viver o que os dados apontam como a realização feminina, e a glória da maternidade, além disso, sentem-se pressionadas, solitárias, frustradas e inferiores (ENUMO; TRINDADE, 2002).

Torna-se importante, então, refletir a respeito dos estudos sobre as representações sociais de maternidade, bem como os papéis que são atribuídos à mulher no que se refere aos construtos sociais que são outorgados ao ser mulher-mãe. Posto que, as representações perpassam a subjetividade do indivíduo, mesmo que essas representações impostas provoquem consequências negativas para ele.

## DISCUSSÃO

A partir dos resultados encontrados, pode-se dizer que as representações sociais de mulher entendida como mãe foram encontradas em todos os artigos. Essas representações aparecem vinculadas às sintomatologias de depressão pós-parto e/ou ansiedade, sendo notório que os sintomas estão associados não apenas às modificações biológicas, mas também aos efeitos sociais e ambientais, bem como edificadas sobre a subjetividade mediada pelas vivências e lembranças da mulher-mãe.

A experiência materna aparece edificada sobre os construtos sociais de “ser mãe” e de “maternidade idealizada” que exercem influência sobre as alterações que acometem as mulheres no período de vulnerabilidade da maternidade. Além disso, as representações aparecem associadas à maternidade construída socialmente, vinculadas à hierarquização de gêneros e valores patriarcais.

Os resultados exprimem o que Moscovici (1978) aponta como os mecanismos de constituição das representações sociais, *objetivação* e *ancoragem*, que possibilitam ao indivíduo adotar o que inicialmente é da ordem do desconhecido e significá-lo, tornando-o familiar. Por objetivação, entende-se o processo de transformação do abstrato para o concreto, por meio do qual os objetos são cristalizados fazendo parte da realidade do sujeito e, por ancoragem, o indivíduo tende a assimilar estas ideias construídas socialmente, e por um registro simbólico passa a representá-los e reproduzi-los, como algo natural.

Na constituição da identidade feminina surge também a questão da infertilidade e da opção por não ser mãe, ambas excluídas por não se encaixarem na maternidade idealizada socialmente, que vincula o “ser mulher” ao “ser mãe”. A mulher que não pode viver o que é reproduzido socialmente como o momento de realização feminina, vivencia sentimentos de incapacidade frente às patologizações que emergem na categorização da infertilidade como um problema (ENUMO; TRINDADE, 2002).

Em apenas um dos artigos analisados, de Buaes e Patias (2012), foi possível localizar resultados relacionados à posição contrária de mulheres com relação às representações sociais dominantes, posto que neste estudo, identificou-se que as mulheres estudadas não pretendiam vivenciar a maternidade, tomando-a não como algo natural, mas como imposições sociais.

A ideia de que a maternidade é condição para que a mulher sinta-se completa e realizada faz parte de uma construção, naturalizada sob a ótica do valor social, uma vez que a impossibilidade ou o não desejo de vivenciar a maternidade implica na depreciação da mulher que contraria as expectativas socialmente impostas. A concepção de mãe ideal ainda está impregnada na sociedade, pautada na crença de que o desejo pela maternidade vai necessariamente atingir a todas as mulheres em algum momento de sua vida (BUAES; PATIAS, 2012).

A não vivência da maternidade esbarra na construção social que sustenta o papel da mulher como mãe, assim, a mulher que se posiciona em outro lugar que não o da família tradicional nuclear, caracteriza uma recusa da identidade feminina, que necessariamente está ligada a

vivência materna (BUAES; PATIAS, 2012). Dessa forma, as representações sociais ainda permeiam a maneira como os indivíduos se comportam no meio social.

A partir do exposto, observa-se na relação entre as questões envolvendo o papel da mulher e a maternidade no contexto social e familiar que, mesmo com algumas mudanças, como a maior inserção ao meio social conquistada pelas mulheres na contemporaneidade, as questões de diferenças de gênero e a forte tradição do papel ideal feminino na família ainda tornam-se presentes.

As representações sociais são entidades quase tangíveis, que circulam e cruzam-se de forma cristalizada, através da fala, dos gestos, dos encontros em nosso cotidiano (MOSCOVICI, 1978). Em torno das questões que se referem à mulher-mãe essa base comum é ainda compartilhada, e possui fortes significados, a qual permanece amparando a identidade grupal, e por esse motivo, mesmo com tantas mudanças ao longo do tempo, o papel imposto ao ideal feminino ainda existe (BUAES; PATIAS, 2012).

Os indivíduos são atravessados pelas representações sociais e através das relações humanas circulam continuamente no meio social. Neste meio, os conhecimentos científicos ganham significações próprias que são internalizadas e compartilhadas, tornando-se comuns ao conjunto grupal. Moscovici (1978) reitera a ideia de que a partir das relações sociais a ciência tornou-se elemento da própria cultura, uma vez que ela se constitui e se reconstitui sustentando as práticas grupais.

Os resultados do estudo esboçam o encadeamento das práticas sociais que perpassam os indivíduos e a constituição dos papéis sociais, que ganham força e se mantêm durante gerações, assim como a constituição do papel da mulher na sociedade, na qual as representações vêm reforçando o amor materno incondicional e idealizado.

As transformações históricas e sociais do sentimento de amor materno são tidas nas gerações como um amor instintivo inerente à mulher, colocando em destaque o envolvimento afetivo existente entre mãe e filho e o conjunto de valores morais idealizados socialmente, que acabam por constituir a identidade feminina ideal. Assim, torna-se importante repensar o lugar ocupado pelas mulheres na sociedade, na busca de desnaturalizar esse caráter instintivo, a qual optar por não viver essa idealização é um direito da mesma (BADINTER, 1985).

As representações sociais que constituem as questões da maternidade interferem na interpretação e na integração do domínio simbólico e social que atravessa as relações da mulher-mãe em suas relações do meio social, demarcando os comportamentos e as ações deste grupo (COUTINHO; SARAIVA, 2007). Assim, a experiência materna tem suas elaborações de atitudes, valores e sentimentos permeados pelo compartilhamento dos elementos que são produzidos e reproduzidos socialmente no contexto social no qual o indivíduo está inserido.

Compreende-se portanto que, as representações sociais de mulher enquanto mãe ideal identificadas nos estudos estão cristalizadas, demonstrando que com o passar das gerações até os dias atuais a função de ser mãe ainda está impregnada por um conjunto de idealizações, ou seja, influencia fortemente o papel da mulher na sociedade, envolvendo valores construídos historicamente.

Não foram encontrados nos estudos analisados possíveis relações da representação social com a melancolia pós-parto, objetivo deste trabalho, pois nos artigos as sintomatologias, de um modo geral, são classificadas como pertencentes à depressão pós-parto. Entretanto, ao analisarem-se as descrições dos sintomas e/ou sentimentos que aparecem nos resultados de Coutinho e Saraiva (2007), Assunção et al. (2012), Piccinine et al. (2011) e Coutinho e Saraiva (2008), estes descrevem os mesmos sintomas da melancolia pós-parto, como a alteração hormonal, labilidade emocional, sentimento de incapacidade, alterações de humor, dentre outros. Assim, para além da descrição dos sintomas, é válido pontuar como diferença entre as manifestações da depressão pós-parto e melancolia pós-parto, o tempo de duração e o grau de intensidade dos sintomas.

Com relação ao tempo de duração e intensidade, a depressão pós-parto configura-se em um quadro clínico severo e agudo, que pode persistir até dois anos, requer acompanhamento psicológico e psiquiátrico, podendo ser prescrito o uso de medicação, pois ao atingir seu extremo devido à gravidade e profundidade dos sintomas, pode gerar pensamentos suicidas bem como homicidas em relação a sua vida e a do bebê (IACONELLI, 2005).

A melancolia pós-parto, por sua vez, é um quadro mais brando e benigno, que dura aproximadamente três semanas, acarretado por um estado de humor depressivo, decorrente da nova tarefa de elaboração psíquica de transformação do papel social desta mulher-mãe. Durante esse período, no qual a mulher ainda não sente segurança no novo status, seu corpo está em processo de transformação, e há um bebê que demanda uma entrega física e emocional, sendo que conforme estas questões são elaboradas este quadro tende a sessar (IACONELLI, 2005).

Embora as principais diferenças sintomatológicas entre a depressão pós-parto e a melancolia pós-parto estejam na intensidade e no tempo de duração dos sintomas, é importante considerar a existência de outras características peculiares de ambas. Iaconelli (2005) salienta que diferentemente da depressão pós-parto, a melancolia pós-parto não apresenta um quadro patológico, ou seja, é transitória e não prejudicial, surgindo apenas no período do puerpério regredindo em poucos dias, e na depressão pós-parto há de se considerar fatores de risco que antecedem a doença, bem como a ocorrência de episódios anteriores.

A sensibilidade que emerge na melancolia pós-parto e as manifestações da depressão pós-parto são constantemente confundidas. Entretanto, embora as manifestações da melancolia pós-parto tendam a ser ignoradas ou minimizadas, considerá-las para além de uma simples alteração hormonal é de extrema importância, pois há questões para serem elaboradas que podem evocar os sentimentos de tristeza, demandando assim maior cuidado, podendo até mesmo agravar os sintomas (FOLINO, 2014).

Assim, considerar estes fatores é significativo, pois ao classificar todos os sintomas em uma única categoria, que é a depressão, a tendência é excluir os sintomas mais brandos característicos da melancolia pós-parto, uma vez que se não há a atenção devida os sintomas podem evoluir para depressão pós-parto.

Cabe pensar, então, se a diferença entre o encontrado não está mais na nomenclatura médico-psiquiátrica dos termos que exatamente nas vivências psicoemocionais das mulheres entrevistadas. Por esse motivo, pensando pela nomenclatura, o objetivo desse estudo, que

abarca a relação entre a representação social, o papel da mulher e a maternidade vinculada à melancolia pós-parto, não foi atingido pela ausência de artigos sobre esse tema.

De outra forma, pergunta-se se essa diferenciação entre melancolia pós-parto e depressão pós-parto não seria específica demais para a área dos pesquisadores, que utilizam o termo genérico “depressão”, ou seja, se os pesquisadores entendem todos esses fenômenos como depressão pós-parto ao invés de ter outras categorias. Nesse sentido, pensando nas sintomatologias, alcança-se o objetivo do estudo, pois identifica-se que as representações sociais estão diretamente relacionadas com os sintomas emergentes no período de vulnerabilidade da maternidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A maternidade é vivenciada como uma nova fase na vida da mulher, pois envolve mudanças e adaptações no seu papel social. Nesse sentido, este estudo apresentou relevância acerca do conhecimento sobre como as representações sociais perpassam as vivências da maternidade e influenciam a constituição do ser mulher-mãe.

Entre os artigos selecionados em termos de nomenclatura não foram encontrados indícios que sustentassem uma possível relação entre a representação social de maternidade para as mulheres e a melancolia pós-parto. No entanto, considerando as sintomatologias descritas nos estudos analisados, relacionadas à depressão pós-parto, mas componentes também da melancolia pós-parto, foi possível observar relação entre as representações sociais vinculadas à maternidade e à mulher-mãe.

Entende-se através do estudo que apesar dos sintomas semelhantes há uma diferença com relação à intensidade dos sintomas ligados à melancolia e à depressão pós-parto, no qual, a depressão é uma doença mais aguda, enquanto a melancolia é um estado de humor mais brando, no entanto ambas geram sofrimento para a mulher que vivenciam. É importante não ignorar os sintomas que emergem durante o período de melancolia pós-parto, pois podem propiciar o fato das pessoas entenderem o humor depressivo desta mulher como uma frescura ou uma fraqueza, devido ao fato de ser mais brando quando comparado a depressão.

Identifica-se também que mesmo com algumas conquistas da mulher em relação à ampliação de sua participação no meio familiar e social, o papel da mulher enquanto mãe ideal ainda está impregnado por representações sociais antigas, além de ser um tema que molda a identidade da mulher construída socialmente, identidade essa que surgiu ao longo da construção histórica de cada época, se mantendo firme até os dias atuais.

Foram encontradas dificuldades para achar maior quantidade de artigos que mencionavam o objetivo proposto, que abarca, a possível relação entre a representação social de maternidade para as mulheres e a melancolia pós-parto, devido à generalização da nomenclatura envolvendo a melancolia pós-parto e a depressão pós-parto, na qual também pode estar associada com a dificuldade de identificação e diagnóstico do problema. Além disso, por este ser um estudo bibliográfico, não foi possível investigar a relação entre representações sociais da maternidade e melancolia pós-parto diretamente com as pessoas envolvidas.

Ainda há pontos a serem explorados, sugere-se então, a realização de novos estudos com caráter aprofundado e detalhado, objetivando melhor caracterizar a melancolia pós-parto e suas manifestações, uma vez que quando não elaborada a mesma pode acarretar para o grau mais agudo que é a depressão pós-parto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, D. T. **Quando ser Mãe dói: história de vida e sofrimento psíquico no puerpério.** Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <<http://www.uece.br/cmaccis/dmdocuments/Denise%20Tomaz.pdf>>. Acesso em: 13 Abr. 2016.

ALEXANDRE, M. **Representação social: uma genealogia do conceito.** Rio de Janeiro, v.10 - n° 23 - p. 122 a 138 - julho / dezembro 2004. Disponível em: <<http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/Artigo7.pdf>>. Acesso em: 27 Ago. 2016.

AMORIM, S. P. T. **Tristeza pós - parto – importância do diagnóstico precoce.** Monografia (Licenciada em Enfermagem) – Universidade Fernando Pessoa, Ponte Lima, 2010. Disponível em: <[http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1574/1/MONO\\_17381.pdf](http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1574/1/MONO_17381.pdf)>. Acesso em 13 Abr.2016.

**2** ARRAIS, A. da R; AZEVEDO, K. R. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 269-276, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722006000200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000200013)>. Acesso em 20 Abr. 2016.

ASSUMÇÃO, C. F. D.; GUEDES, P. C. W.; MARQUES, T. B. et al. Representação social, ansiedade e depressão em adolescentes puérperas. **Revista da SBPH**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 1, 2012. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582012000100011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582012000100011)>. Acesso em: 8 Set. 2016.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: O mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível em: <[http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf)>. Acesso em: 13 de Abr. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 1. Ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERETTA, M. I. R., et al. Tristeza/depressão na mulher: uma abordagem no período gestacional e/ou puerperal. **Rev. Eletr. Enf. [Internet]**. Goiânia, v. 10, n. 4, p. 966-78, 2008. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n4/v10n4a09.htm>>. Acesso em: 13 Abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada - manual técnico.** Brasília, 2006. Nescon Biblioteca Virtual. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1926.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

BRASIL, R. G. **Forjando-se imaginariamente mulher**: um estudo sobre as representações de gênero das jovens no grupo de mulheres do Benguí. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/1898>>. Acesso em: 8 Set. 2016.

BRAZ, M. P.; DESSEN, M. A. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 221-231, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4809.pdf>>. Acessado em: 26 Ago. 2016

BUAES, C. F.; PATIAS, N. D. “Tem que ser uma escolha da mulher”! Representações de maternidade em mulheres não-mãe por opção. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 300-306, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822012000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200007)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

COUTINHO, M. P. L.; SARAIVA, E. R. A. O sofrimento psíquico no puerpério: um estudo psicossociológico. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 505-527, 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482008000200011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000200011)>. Acesso em: 26 Ago. 2016.

COUTINHO, M. P. L.; SARAIVA, E. R. A. A estrutura das representações sociais de mães puérperas acerca da depressão pós-parto. **Psicologia-USF**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 319-326, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v12n2/v12n2a20.pdf>>. Acesso em: 8 Set. 2016.

COUTINHO, S.; MENANDRO, P. **A dona de tudo**: um estudo intergeracional sobre representações sociais de mãe e esposa. Vitória: Gm gráfica e editora, 2009.

COUTINHO, S. M. S.; MENANDRO, P. R. M. Representações sociais do ser mulher no contexto familiar: um estudo intergeracional. **Psicologia e Saber Social**, v. 4, n. 1, p. 52-71, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/13538/12962>>. Acesso em: 8 Set. 2016.

ENUMO, S. R. F.; TRINDADE, Z. A. Triste e incompleta: uma visão feminina da mulher infértil. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 13 n. 2, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642002000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200010)>. Acesso em: 8 Set. 2016.

EVANGELISTA, M. R. C.; et al. Pós-Graduação, formação profissional e postergação da constituição de família própria: um estudo com estudantes de mestrado e doutorado. **Psicologia e Saber Social**, Espírito Santo, v. 1, n. 2, p. 265-277, 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/4908>>. Acesso em: 8 Set. 2016.

FOLINO, C. S. G. **Sobre dores e amores**: Caminhos da tristeza materna na elaboração psíquica da parentalidade. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-02102014-161452/pt-br.php>>. Acesso em: 10 Jun. 2016.

GIL, A., C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:

<[https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\\_resource/content/1/como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf)>. Acesso em: 10 Jun. 2016.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2003.

IACONELLI, V. Depressão pós-parto, psicose pós-parto e tristeza materna. *Revista Pediatria Moderna* [on-line]. V. 41, n. 4, São Paulo: Moreira Jr Editora, 2005, agosto 2005. Disponível em: <[http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id\\_materia=3063](http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=3063)>. Acesso em: 21 Out. 2016.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. **Docplayer**, 1993. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/36945-Representacoes-sociais-um-dominio-em-expansao-denise-jodelet.html>>. Acesso em: 27 Ago. 2016.

MACHADO, B., et al. As gestantes e os sentimentos vivenciados durante a gravidez. **Docplayer**, 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/20490794-As-gestantes-e-os-sentimentos-vivenciados-durante-a-gravidez.html>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2007. 71 P. (Vozes). Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/6458778/moscovici-serge-representacoes-sociais-investigacoes-em-psicologia-social-traduc>. Acesso em: 12 out. 2016.

PICCININE, C. A.; et al. Representações acerca da maternidade no contexto da depressão pós-parto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 335-343, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722011000200015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722011000200015)>. Acesso em: 8 Set. 2016.

STASEVSKAS, K. O. **Ser mãe: narrativas de hoje**. Dissertação (Mestrado em Saúde Materno-Infantil) – Faculdade de Saúde pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-16032005-141212/pt-br.php>>. Acesso em: 28 Abr. 2016.

VARGAS, E. P. 'Barrigão à mostra': vicissitudes e valorização do corpo reprodutivo na construção das imagens da gravidez. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 237-258, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n1/13.pdf>>. Acesso em: 8 Set. 2016

## A "POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER" COMO DISPOSITIVO DE EMPODERAMENTO FEMININO

Caroline Ramalho e Silva<sup>1</sup>; Luiza de Azevedo Garcia<sup>1</sup>; Laura Paste de Almeida<sup>2</sup>.

1. Acadêmicas do curso de Psicologia na Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória.

2. Psicóloga, Mestre em Psicologia Institucional pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. Docente do curso de Psicologia da Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória.

### RESUMO

O presente estudo faz uma análise do documento "Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher", utilizando-se do método da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, a fim de encontrar dispositivos (conceito da Análise Institucional que propõe intervenção) que incentivem o empoderamento feminino a partir das diretrizes desta política pública. Foram consideradas quatro categorias para compor a discussão desta análise, sendo elas: Gênero, Corpo, Formação de Grupos e Saúde. Todas elas são contempladas e perpassam pelo conceito de empoderamento. Identifica-se que, apesar da política apresentar positivamente a discussão de gênero como mecanismo decisivo para conquista de autonomia das mulheres, sua concepção de ser mulher muitas vezes é controversa à sua proposta, atentando principalmente às mulheres cisgênero em sua idade reprodutiva.

**Palavras-chave:** Saúde da Mulher, Empoderamento, Feminismo, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

### ABSTRACT

This study is an analysis of the document "Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher", using the method of Laurence Bardin content analysis in order to find devices (concept of Institutional Analysis that proposing intervention) that encourage female empowerment from the of public policy guidelines. Four categories were considered for inclusion in the discussion of this analysis, namely: Gender, Body, Groups Formation and Health. They are contemplated and pervading the concept of empowerment. It identifies that despite the policy positively present the discussion of gender as a key mechanism for achieving empowerment of women, their conception of being a woman is often controversial for its proposal, especially women cisgender in their reproductive age.

**Key-words:** Woman's health, Empowerment, Feminism, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

## 1. INTRODUÇÃO

As temáticas relacionadas ao processo de saúde da população brasileira a partir do recorte dos gêneros vêm se configurando como um importante campo de estudos no âmbito da Saúde Coletiva e das ciências humanas de um modo geral. Problematicar o caráter binário do gênero entre masculino e feminino, implica principalmente em reconhecer as relações de poder que os envolvem que claramente tendem mais a um dos lados da "balança social" a qual a sociedade está cotidianamente envolta. Conforme Carvalho (1998, apud FARAH, 2004) há um padrão vigente na sociedade (tanto na esfera pública, quanto privada) que exalta desigualdades, tendendo a situações de subordinação e de dominação das mulheres.

De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa (RIOS, 2010), gênero pode ser definido como o conjunto de seres e/ou espécies que apresentam caracteres ou qualidades semelhantes. Alguns dos sinônimos apontados são "ordem", "modo", "classe" e até "atitude". Segundo Aguiar (2005, p.180), ao se referir à construção teórica da filósofa pós-estruturalista Judith Butler, referência na atualidade nos estudos sobre gênero, é primordial ressaltar a

diferenciação entre sexo e gênero para compreender o que enreda o segundo: “aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar também que o gênero expressaria uma essência do sujeito”.

Dessa forma, para Butler (2003), assim como o gênero, o sexo é também uma construção discursiva e cultural. É de grande valia para essa perspectiva a desconstrução do ideário de sexo/gênero, mas firmando a partir disso uma potência constitutiva de novos olhares. As mulheres assim gerariam uma cisão com associações naturalizantes do feminino como fragilidade ou submissão.

Compreende-se então que, na perspectiva teórica e política de Butler, o conceito de gênero é produzido como um discurso que orienta os modos de pensar, sentir e agir em sociedade, revelando que as relações entre homens e mulheres são produções histórico-sociais.

É pungente a necessidade de elaboração que vai além de uma única representação do sujeito que ilustre as propostas de um programa, evidenciando tamanho abalo que essa perspectiva traz ao pensarmos a respeito de políticas públicas, por exemplo. A própria Butler esclarece da carência de olhares plurais, tanto na abordagem política como veículo de administração do Estado, quanto na maneira como viemos encarando as identidades ao longo da história:

Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga. (BUTLER, 1998 apud AGUIAR, 2005, p. 181).

A partir do dito anteriormente, é possível identificar o gênero como elemento constitutivo da identidade das mulheres, porém não como determinante para tal condição. Além disso, é caro enfatizar o caráter plural adotado por esse mirar sobre a mulher e a sociedade, onde há a possibilidade de enxergar infinitas ramificações dentro da estabelecida categoria do feminino.

As diferenças caracterizadas pelos papéis sociais de cada gênero baseiam discussões do movimento teórico social Feminismo. Este se divide nas denominadas “ondas” e em variadas formas epistemológicas de pesquisa, isso porque é um movimento plural que procura abarcar as diversas realidades existentes das mulheres. Cruz (2007, p.5) diz que, embora o feminismo, ao longo de sua história, tenha constituído diferentes feminismos, “todos clamam por mudanças de ordem social, econômica, política e cultural, almejando a diminuição ou até mesmo a superação de todas as formas de discriminação contra a mulher.”

No campo da saúde, a discussão acerca dos direitos das mulheres, incluindo os sexuais e reprodutivos, foi sendo incorporada de forma descontínua e heterogênea, “em função de diferentes fatores políticos e econômicos, incluindo a simultaneidade entre as tarefas de mudar a dinâmica e a organização do sistema de saúde.” (VILLELA; MONTEIRO, 2005, p.17)

Historicamente, de acordo com Villela e Monteiro (2005), a saúde da mulher foi incorporada às políticas de saúde nas décadas de 30, 50 e 70 do século XX, limitando-se às demandas relativas ao período gestacional e ao parto. Inicialmente, o foco era o cuidado com as crianças e a redução da mortalidade infantil. A partir dos anos 50, a perspectiva da mulher como reprodutora passa a incluir também a contracepção. Esses planos focalizavam esforços no papel social da mulher como responsável pela casa e cuidado dos familiares, em especial pelos filhos, concentrando e alimentando o ideal da “mulher mãe/esposa”.

Os programas de saúde que reconhecem e exaltam a diferenciação para além do sexo biológico viriam para colocar em prática o que há muito era galgado pelos movimentos feministas. Medeiros (2008) identifica tais programas e políticas como a maneira de materializar as lutas sociais percorridas pelas mulheres, uma forma de inclusão, tornando as mesmas ativas no processo de sua saúde e ultrapassando a lógica de base biologicista.

Tais lutas sociais e organizações de grupos, como o de feministas, com um objetivo em comum, remetem-se ao conceito de empoderamento, o qual é descrito por Horochovski (2006, p.1) como “a capacidade de os indivíduos e grupos terem controle sobre o que lhes afeta, escolhendo, com o maior grau possível de autonomia, seus cursos de ação em múltiplas dimensões”. Exemplificando isto, Medeiros (2008) afirma que o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) emerge da organização do feminismo, como forma de resistência frente à necessidade da inclusão da mulher no plano público.

Foi um longo trajeto até que as mulheres tivessem suas necessidades asseguradas, inicialmente sendo contempladas pelo referido Programa (PAISM), de 1983, que focava seus esforços principalmente na saúde reprodutiva, na maternidade e seus desdobramentos. Esta foi uma conquista a partir dos movimentos de mulheres que há muito lutavam pela representatividade, inclusive de sua saúde, perante a sociedade brasileira que as segrega em ambientes de trabalho, desmerece seus esforços em jornadas sobrecarregadas que extrapolam as responsabilidades domésticas. Ainda existem agravantes tais como a classe social, raça, etnia, idade e orientação sexual, que engrossam o revestimento da desigualdade de gênero em nosso país. (TAVARES; ANDRADE; SILVA, 2009).

Em meio às transformações no serviço assistencial de saúde que era vigente, motivados pela Reforma Sanitária - que embasaria a criação do SUS - e o movimento feminista, o PAISM propunha medidas que possibilitassem o acesso da população aos meios de contracepção e visava integrar ações de promoção, diagnóstico, tratamento e recuperação em diversas pautas como planejamento familiar e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), por exemplo. (FREITAS et al., 2009)

A proposta do referido programa extrapolava os planos antes elaborados nas décadas de 30, 50 e 70, anteriormente citados. Segundo Costa (2009), na década de 90, há a ampliação do engajamento do movimento feminista, que passa a se instituir fundamentalmente em organizações não governamentais, profissionalizando a sua atuação militante como parceiras do Ministério da Saúde na produção de materiais educativos e técnico-normativos para a atenção e o cuidado à saúde das mulheres.

A partir do ano de 1998, a saúde da mulher se torna uma prioridade do governo, avaliando a descontinuidade de algumas das ações iniciadas com a proposição do PAISM e a posterior identificação da insuficiência do mesmo em diligências que objetivem a saúde dessa população não como uma unidade, mas que se valha especialmente da idiosincrasia de cada mulher surge a necessidade de repensar os programas e ações que asseguram a cidadania deste segmento social. (BRASIL, 2011)

O PAISM levanta questões emergentes do movimento feminista, materializando o movimento social: “ele não apenas acontece em função do movimento social, mas também passa a

descrever o objeto mulher como o próprio feminismo – além de propor o sujeito do feminismo”. (MEDEIROS, 2008, p. 57-58)

Segundo Costa (2009), por ocasião da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres realizada em 2004, a avaliação dos problemas da saúde da mulher e as demandas pela plena efetivação do SUS e do PAISM retornam à pauta do movimento feminista. Também na 12ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2003, discutiu-se a temática e produziu-se um relatório que recomendava o avanço na implementação da Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Diante especialmente desses dois episódios, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), proposta que retoma as proposições do PAISM, atualizando-as e adequando-as às necessidades presentes nos últimos vinte anos.

De acordo com Bernardes (2005, apud MEDEIROS, 2008), a diferença entre política e programa diz respeito a uma forma epistemológica e uma forma substantiva. As políticas são diretrizes do sistema de saúde, enquanto que os programas são modos de operacionalizar essas diretrizes. Neste nosso caso, o programa é anterior à conformação do Sistema Único de Saúde, e as diretrizes que ele operacionalizava estariam ligadas ao movimento de instituição desse campo de saúde da mulher e do próprio SUS.

Atualmente, então, as mulheres brasileiras contam com o respaldo de políticas de saúde específicas para elas, sendo essas guiadas pelo princípio de equidade previsto desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). A equidade pode ser considerada como o respeito à integralidade de atenção de acordo com as necessidades individuais, ou seja, não há distinção entre as pessoas em relação ao direito de acesso a saúde. Reconhecendo que a mulher tem necessidades inerentes à sua categoria, foi proposta a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher (2004).

A elaboração da referida Política (PNAISM) atenta-se aos quesitos anteriormente discutidos, bem como aos problemas emergentes e segmentos da população que outrora eram relegados à invisibilidade (BRASIL, 2004). Respeitando os princípios e diretrizes que fundamentam o SUS, a PNAISM é uma estratégia de enfrentamento que se baseia em determinantes de saúde, dados epidemiológicos e reivindicações sociais, para garantir direitos e reduzir agravos que acometem esse segmento, focando esforços “a atenção obstétrica, o planejamento familiar, a atenção ao abortamento inseguro e o combate à violência doméstica e sexual.” (FREITAS et al., 2009, p. 3)

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) ainda traz algumas informações sobre diferenças de comportamentos entre gêneros e como isto pode afetar a saúde da mulher quando estas se insurgem contra os padrões instaurados, o que é notável ao afirmar que “a vulnerabilidade feminina frente a certas doenças e causas de morte está mais relacionada com a situação de discriminação na sociedade do que com fatores biológicos.” (BRASIL, 2009)

A partir da compreensão da perspectiva de gênero aplicada particularmente aqui ao recorte da saúde, passa-se a compreender as políticas afirmativas para mulheres, bem como reconhecer a cidadania das mesmas, expressa por programas governamentais específicos. Adotar essa perspectiva tem como um de seus objetivos principais “chamar a atenção para a

construção social e histórica do feminino e do masculino e para as relações sociais entre os sexos, marcadas em nossa sociedade por uma forte assimetria.” (FARAH, 2004, p.2)

Deste modo, compreende-se que o governo federal buscou de dispositivos na criação de uma política de ação afirmativa que pode ser compreendida como uma tendência à mudança de comportamentos sociais a fim da “garantia dos direitos humanos das mulheres” (BRASIL, 2009), ao mesmo passo que possibilita circunstâncias consolidantes deste grupo social. Um caminho para esta consolidação pode se dar através do que se chamou anteriormente de empoderamento feminino diante a política de saúde do Ministério da Saúde.

Sobre o conceito de dispositivo, afirma-se que este não é um ente limitado, com seus contornos delineados, conforme afirma Deleuze (1990), a partir da formulação conceitual de Foucault. O dispositivo é posto como uma “máquina de fazer ver e fazer falar” e a sua aplicabilidade é variável, conforme a análise em que ele é inserido.

Dreyfus e Rabinow (1995, p.135), a partir de definição foucautiana, afirmam que o dispositivo é pensado como “práticas elas mesmas, atuando como um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando”. Assim, compreende-se que o conceito de dispositivo evidencia as formulações de poder e saber. Essa ferramenta seria como uma linha maleável que auxilia na visibilidade dos meandros das subjetivações, políticas, científicas e tantos outros.

Nesse sentido, entende-se o texto da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher como produto e produtor de orientações políticas no que tange ao acesso da mulher aos serviços de saúde no país. De acordo com Shiroma (et. al, 2005, p. 427), “os sentidos não são dados nos documentos, são produzidos; estão aquém e além das palavras que os compõem”. Por isto, o conceito de empoderamento feminino é utilizado como forma de emancipação de seu público alvo, através da análise detida da realidade e de sua crítica. Todavia, não se pode mais enfrentar a marginalização feminina na sociedade tecendo apenas críticas.

Portanto, esse artigo adota uma postura pró-ativa, através da análise do documento Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, assim como outras bibliografias relacionadas ao tema, no sentido de pensar como e se esta política propõe ações concretas de estímulo ao empoderamento feminino, com a finalidade maior de se combater este lastro histórico que é a desigualdade de gênero.

Deve-se considerar ainda que este estudo não buscou esgotar a análise dos dispositivos produtores de empoderamento presentes na Política, dada a complexidade dessa tarefa. Entretanto, objetiva-se refletir e analisar alguns dos elementos que evidenciam ou não a produção de vivências de empoderamento feminino a partir da referida Política, além de analisar e se possível sugerir a criação de novas políticas públicas voltadas ao público feminino, possibilitando também aproximações entre as pesquisadoras e a “Política Nacional de Atenção Integrada a Saúde da Mulher”.

## **2. MÉTODOS**

Trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa, documental e bibliográfica. Gil (2002) estabelece que a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade

com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, assim como a documental que proporciona melhor visão desse problema, ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios.

A partir da leitura do objeto desta pesquisa, o documento do Ministério da Saúde “Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher” (2011), buscou-se dispositivos que discutam e, de certa maneira, incentivem o empoderamento feminino diante da política pública. Para isso, lançou-se mão, além do documento do Ministério da Saúde, da leitura de artigos, teses e dissertações buscadas nas bases de dados Scielo e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), para uma possível resposta ao problema explicitado aqui. A pesquisa bibliográfica às bases de dados citadas foi realizada a partir dos descritores: Saúde da Mulher, empoderamento feminino e Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

Para atender aos objetivos desta pesquisa, foram selecionados apenas artigos produzidos no Brasil, publicados principalmente nos últimos dez anos (2006 a 2016). Foram excluídos todos os estudos produzidos fora do Brasil e que não tinham o português como idioma. Ademais, foram excluídos os estudos que não tinham texto completo disponível online e de forma gratuita.

Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo construída por Laurence Bardin, que tem como objetivo a “manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2011, p. 52), que se fez pertinente nesta pesquisa, visto que o problema da pesquisa não está relacionado diretamente ao conteúdo dos documentos, mas àquilo que pode ser encontrado como base ou discurso engendrado em sua escrita.

Para que esta análise fosse feita, utilizou-se do processo de Categorização sistematizado também por Bardin (2011). “A categorização tem como primeiro objetivo fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 2011, p. 148-149). Assim, os dados foram categorizados e agrupados de acordo com as partes em comum existentes entre eles. Nessa pesquisa, classificaram-se as categorias de análise por semelhança ou analogia, segundo critérios definidos no processo. As categorias criadas, que se mostraram pertinentes diante da discussão apresentada no documento e nos artigos, teses e dissertações pesquisadas e que serão discutidas a seguir foram: Gênero, Corpo, Formação de Grupos e Saúde. A discussão destas categorias se faz importante porque são elementos que permeiam a vida da mulher, sendo relevantes para a construção da sua subjetividade<sup>1</sup>.

### 3. DISCUSSÕES SOBRE OS RESULTADOS

Para compreender os possíveis dispositivos de empoderamento feminino propostos pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, recorreu-se à sua leitura junto de teses, dissertações e artigos. Como resultado da pesquisa bibliográfica, foram selecionados

<sup>1</sup> “A subjetividade pode ser pensada então como sendo formada por dobras. Mas as dobras são a própria rede, ou melhor, nós somos a própria rede, assim como o sistema econômico, político, educacional etc. também são. As dobras são formas que se produzem e conferem um sentido específico para o que chamamos desejo, trabalho, arte, religião, ciência etc. As dobras não são nem interiores e nem exteriores e sim formações provisórias de um entre que mistura finitos materiais de expressão em ilimitadas combinações.” (MACHADO, 1999, p. 3).

02 artigos e 04 teses e dissertações que atendiam aos objetivos propostos por essa pesquisa, que discutem a saúde, tanto relacionada à biologia do corpo quanto ao que pode ser produzido pela perpetuação dos papéis sociais e da diferença entre os gêneros presentes pela sociedade. Além disso, discute-se a importância de formação de grupos que reflitam sobre estes processos, para que assim possam se organizar e praticar seus ideais a partir da produção de políticas, por exemplo.

Machado e Lavrador (2010) afirmam que a produção da política e dos modos de subjetivação são processos contínuos e indissociáveis, de modo que toda política produz modos de ser e estar no mundo, promovendo a valorização de modos específicos de vida. Nesse sentido, pode-se afirmar que a PNAISM discute e, de certa forma, reconstrói noções já instituídas de “ser mulher”, “ser saudável”, “ser mãe”.

Já nas primeiras páginas do documento-base, a PNAISM é apresentada aos leitores como uma política pública que:

(...) propõe diretrizes para a humanização e a qualidade do atendimento, questões ainda pendentes na atenção à saúde das mulheres. Toma como base os dados epidemiológicos e as reivindicações de diversos segmentos sociais para apresentar os princípios e diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher para o período de 2004 a 2007. (BRASIL, 2011, p. 9-10)

Ao longo da leitura do documento foi possível elencar trechos relevantes para reflexões em suas devidas categorias discutidas a seguir.

### 3.1 GÊNERO

As questões de gênero e sua problematização são uma discussão social crítica recente, ao se considerar sua emergência notável apenas a partir de meados do século passado, com a notoriedade dos movimentos feministas. Chama atenção a ênfase dada pelos autores do texto-base na retratação de discurso que ressalta as questões de gênero a que as mulheres estão sujeitas e seus desdobramentos na saúde das mesmas. Tais passagens colocam em voga a discriminação social no ambiente de trabalho externo, e a conseqüente sobrecarga de tarefas, uma vez que a mulher ainda ocupa a posição de responsável pelo harmonioso funcionamento do lar. Esses fatores “potencializam a vulnerabilidade frente certas doenças e causas de morte.” (BRASIL, 2011, p. 9)

O destaque a questões como gênero e papéis sociais pode ser considerada como uma medida que visa a superação dos ideais socialmente instituídos, mais que apenas uma prospecção de futuro para as mulheres igualmente tão prospera quanto a dos homens, mas principalmente por preconizar uma dignificação da pessoa humana. Ao passo em que há esta naturalização da condição da mulher e o reconhecimento da desigualdade de gênero na sociedade, Piovesan (2005, apud FONSECA, 2009, p.106) denota que “devem-se tratar politicamente os desiguais com a devida desigualdade social a fim de construir o equilíbrio entre as forças vivas da sociedade”.

De acordo com Schraiber (2005, apud REZENDE, 2011), a incorporação do tema citado viria como uma possibilidade de encontrar soluções, coletivamente, para problemas identificados

no cotidiano, além de colocar em evidência as relações de poder as quais o próprio sistema de saúde se sujeita.

O conceito de gênero se faz elemento presente na vida de todas mulheres, e por esse motivo é pertinente sua discussão na coletividade, sendo apresentado pela PNAISM como:

(...) elemento constitutivo das relações sociais entre homens e mulheres. É uma construção social e histórica. É construído e alimentado com base em símbolos, normas e instituições que definem modelos de masculinidade e feminilidade e padrões de comportamento aceitáveis ou não para homens e mulheres. O gênero delimita campos de atuação para cada sexo, dá suporte à elaboração de leis e suas formas de aplicação. Também está incluída no gênero a subjetividade de cada sujeito, sendo única sua forma de reagir ao que lhe é oferecido em sociedade. O gênero é uma construção social sobreposta a um corpo sexuado. É uma forma primeira de significação de poder. (SCOTT, 1989, apud BRASIL, 2011, p. 12)

A presença de narrativas como a retratada acima é de extrema valia às mulheres que com ela têm contato, ainda mais por se tratar de um documento público de vinculação de conteúdo. O teor problematizador de questões de gênero quebra barreiras por colocar em voga fatores sociais que muitas desconhecem ou não tem proximidade a discussão, em concordância com Rappaport (1995, apud HOROCHOVSKI, 2006) que reconhece e atribui ao empoderamento a incumbência de fazer com que as pessoas tenham voz e sejam ouvidas. Assim, seus objetivos seriam logrados quando as “pessoas descubrem, ou criam e dão voz a uma narrativa coletiva que sustenta suas próprias histórias pessoais em termos positivos” (RAPPAPORT, 1995 apud HOROCHOVSKI, 2006, p.5), isto de maneira contínua e reforçadora.

É válido reconhecer que a discussão sobre essa temática ganhou notoriedade pelo país ao relacionar-se às questões de ensino e à errônea abordagem de tal desconstrução como “doutrinação” ou “ideologia”. A discriminação de gênero, por se tratar de uma construção social, é também uma barreira que a sociedade deve transpor e, por conseguinte, é inestimável o reconhecimento de que as relações estabelecidas entre homens e mulheres são desiguais e isso acarreta variados desdobramentos.

Dentro deste propósito, é localizável que a perspectiva de gênero não se limitou a políticas públicas educacionais, sua extensão é presente e válida na PNAISM, sendo apontada como imprescindível no próprio texto (BRASIL, 2011), necessária para traçar estratégias de planejamento e ações, primando pela igualdade e melhora nas condições de vida do específico público.

Segundo Alves (2016), as políticas públicas que têm o foco na discussão de gênero, devem se atentar a diferentes demandas demográficas, além de desigualdades econômicas, já que estes temas estão igualmente inseridos na vida do público alvo das políticas. A PNAISM contempla essa discussão quando dados sociodemográficos são apresentados, como neste trecho:

O Brasil, nas últimas décadas, passou por importantes transformações na estrutura e dinâmica da sua população, com a diminuição progressiva da mortalidade em geral e uma queda abrupta da taxa de fecundidade, que passou de 5,8 filhos por mulher em 1970, para 2,3 em 2000, trazendo a taxa de crescimento populacional para 1,4% ao ano. A população ficou mais velha e diminuiu o número de jovens. O aumento da expectativa de vida ao nascer, que era de 54 anos em 1970 e passou para 68 anos em 1999 (IBGE, 2001), trouxe novas demandas para o setor Saúde, principalmente no que se refere às doenças crônicas e degenerativas, de maior incidência na população idosa, e maiores demandas para a previdência social. (BRASIL, 2011, p. 21).

Estes dados mostram que, ao longo das últimas décadas, o perfil das mulheres do país vem se modificando; isso faz com que a PNAISM considere tais modificações para abarcar o maior número possível de brasileiras usuárias do Sistema Único de Saúde. Alves (2016, p.635) complementa estes dados, afirmando que as questões atuais do bônus demográfico são essenciais para o empoderamento feminino, já que “a queda das taxas de fecundidade e de mortalidade infantil permitem que as mulheres possam dedicar menos tempo às tarefas de reprodução e de cuidado dos filhos, passando a ter mais tempo para cuidar de si próprias e de se incorporar ao trabalho remunerado”.

Adicionalmente, segundo Alves (2016, p.635), o aumento da expectativa de vida eleva o “ciclo de vida produtivo da mulher e, juntamente com o aumento das taxas de escolaridade, aumenta o capital humano feminino. Nesse sentido, as mudanças demográficas e sociais reforçam as atividades produtivas e abrem novas oportunidades para os diversos membros da família.”

Entretanto, por mais notável que seja o esforço na superação de exclusões, a PNAISM não parece ser tão abrangente ao conceber o “ser mulher”, visto que não contempla as mulheres transexuais, por exemplo. É possível perceber ainda que, por mais que a política se proponha a amparar a população feminina a partir de 10 anos, esta prima pela parcela de 65% das mulheres brasileiras que estão em estado reprodutivo (de 10 a 49 anos), por ser um segmento essencial para elaboração da mesma (BRASIL, 2011).

### 3.2 CORPO

Atualmente, mesmo com avanços nos campos da discussão de gênero e papel social da mulher, é localizável a abordagem desse mesmo sujeito restrito a questões biológicas, tais como reprodução e maternagem. De acordo com Kornijezuk (2015, p.24),

(...) o corpo está intimamente ligado a transformações sociais e às mudanças no modo de controle social. O pensamento feminista questiona o determinismo do corpo sexuado e ao recolocar o controle do corpo em termos de gênero. O corpo é colocado não apenas como uma identidade biológica, natural, universal e pré-social, mas também como uma realidade culturalmente moldada, um produto social e histórico moldado pela história e processos sociais.

A autora ainda recorda que o controle dos corpos na sociedade é um fato historicamente presente, respondendo a diferentes interesses. O corpo feminino seria preferencialmente um “alvo” dessa prática, por permitir a reprodução da espécie e conseqüente crescimento ou diminuição da mesma, dessa forma, por mais que a contemporaneidade preze e enalteça as liberdades sexuais, a mulher ainda é sujeitada a interdições como nos casos de aborto e prostituição, por exemplo. (TURNER, 1984 apud KORNIEJZUK, 2015)

Por mais que se problematize tais temáticas, de valor reconhecido, a PNAISM parece muitas vezes abordar o que é ser mulher a partir de um viés essencialmente biologicista, a partir da menarca e possível função “procriadora”, mesmo que ainda infante. A contradição é detectada e expressa por Farah (2004, p.65) ao afirmar que

Tal incorporação nem sempre significa, no entanto, ‘aderência’ à agenda de gênero ou incorporação da perspectiva de gênero, entendida como uma ação que promove a redução de desigualdades entre homens e mulheres. Há programas que, embora focalizem as mulheres ou a elas dirijam módulos específicos, acabam por reiterar desigualdades de gênero, reafirmando uma posição tutelada e subordinada da mulher tanto no espaço público como no privado.

Segundo Coelho (2003, apud BRASIL, 2011, p.11), nas “concepções mais restritas, o corpo da mulher é visto apenas na sua função reprodutiva e a maternidade torna-se seu principal atributo. A saúde da mulher limita-se à saúde materna ou à ausência de enfermidade associada ao processo de reprodução biológica.” Assim, apesar de haver na PNAISM o reconhecimento de avanços nesse sentido, muitas vezes esses não se traduzem na realidade, restringindo-se à produção intelectual e afetando poucas camadas da sociedade brasileira.

Outras formas de adoecimento e mortalidade, mesmo que necessitem de atenção da Política Pública, têm aparição discreta no documento, tais como acidente vascular cerebral, neoplasia de órgãos digestivos e homicídios, por exemplo, que integram a relação de dez principais causas de óbito de mulheres de 10 a 49 anos (BRASIL, 2011). Ainda é destacado que a realidade no Brasil mescla fatores de adoecimento tanto de países desenvolvidos, quanto subdesenvolvidos, sendo a mulher quem mais vive e mais adocece, em relação comparativa aos homens. (BRASIL, 2011)

A literatura que verse sobre o tema também é restringida, uma vez que a busca pelo descritor “saúde da mulher” nas bases de dados citadas encontra variações ao redor de temáticas reprodutivas, como trabalho de parto, aborto e menopausa, doenças sexualmente transmissíveis, percepção acerca da maternidade e do corpo que “pro-cria”.

O modo de pensar a respeito da subordinação a que as mulheres são submetidas socialmente é expresso também através da teorização de Foucault (1979, apud SANTOS; LEMOS, 2011, p.411), ao apontar que “o poder opera menos por repressão e mais por investimento nos corpos”, percebe-se que a sutileza de ações opressoras é o principal “alimento” a situação de disparidade de gênero, interferindo assim nas possibilidades de protagonismo feminino e nos processos de tomada de decisão desta população. O produto do empoderamento, neste caso, viria através da mobilização e organização política de mulheres a vista de conquistar autonomia sobre seus corpos e substituição das relações de poder a que os mesmos são submetidos.

### 3.3 FORMAÇÃO DE GRUPOS

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher é um documento elaborado entre diversos grupos sociais, como os movimentos sociais, sociedades científicas, ONGs e gestores do SUS (BRASIL, 2011), juntamente com o Ministério da Saúde.

No campo da Saúde, ao pensarmos em sua teoria e nas políticas públicas comumente são considerados os chamados Fatores de Risco e Fatores de Proteção que permeiam o sujeito e o ambiente em que está inserido. Segundo Reppold (et.al., 2002 apud MAIA; WILLIAM,

2005, p. 92), “os fatores de risco são condições ou variáveis associadas à alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos (...) que podem comprometer a saúde, o bem-estar ou o desempenho social do indivíduo.” Portanto, entende-se que a Política apresenta a questão da disparidade de gênero e seus desdobramentos como um Fator de Risco para as mulheres que acabam sofrendo um tratamento diferenciado por parte da sociedade em geral.

Já os Fatores de Proteção são “aqueles fatores que modificam ou alteram a resposta pessoal para algum risco ambiental que predispõe a resultado mal-adaptativo” (RUTTER, 1985 apud MAIA; WILLIAMS, 2005, p. 92). Podem-se pensar, então, estes fatores como dispositivos que incentivam a formação de grupos entre mulheres, já que se equivale ao seu conceito de dispositivo-grupo sendo aquele que “pode incidir onde a linha de subjetivação-indivíduo prevalece” (CORBISIER, 2011, p. 108). No caso da PNAISM, a criação de grupos feitos por mulheres usuárias do Sistema de Saúde representaria uma possível mudança social em suas vidas diante a construção de processos grupais.

A participação de grupos sociais na construção de uma Política Nacional faz-se importante, visto que ao proporcionar conexões entre pessoas ou aos diversos modos de existencialização diferentes, desenvolve-se um campo de confrontos visando novas possibilidades que até então não eram pensadas (CORBISIER, 2011). Nesse sentido, o grupo como dispositivo se torna um processo potente de desnaturalização daquilo que se coloca como normas sociais como toda a discussão feita sobre gênero e corpo, feitos logo a cima. Estas “falas portadoras de cristalizações, os afetos congelados em territórios fechados, quando acionados pelo dispositivo grupal se vêem na adjacência de uma inquietação podendo, se intensificados, se deslocar do lugar naturalizado a que estavam remetidas.” (CORBISIER, 2011, p. 108).

No caso desta Política, diversos grupos tiveram como objetivo a construção de um documento que visa proporcionar os direitos da saúde da mulher a partir de diferentes perspectivas que vão além de sua saúde reprodutiva. Entende-se que a partir da luta das mulheres organizadas que explicitavam que as desigualdades nas relações sociais de gênero também afetavam a saúde da mulher (BRASIL, 2011) é que se pode pensar, quebrando pensamentos cristalizados, em outras formas de adoecimento deste grupo e em como as instituições governamentais poderiam atuar para a diminuição deste problema.

O documento afirma que

As mulheres organizadas reivindicaram, portanto, sua condição de sujeitos de direito, com necessidades que extrapolam o momento da gestação e parto, demandando ações que lhes proporcionassem a melhoria das condições de saúde em todos os ciclos de vida. Ações que contemplassem as particularidades dos diferentes grupos populacionais, e as condições sociais, econômicas, culturais e afetivas, em que estivessem inseridos. (BRASIL, 2011, p. 16)

Essa afirmativa evidencia que a concretização da PNAISM ocorreu em função da organização das mulheres empoderadas que buscavam a manutenção de seus direitos. Embora o reconhecimento da importância deste documento, não se pode afirmar que os direitos básicos das mulheres brasileiras estejam totalmente representados e garantidos. Para além da sua criação, acredita-se que a fomentação de outros grupos deva acontecer para incentivar e tornar a Política mais presente no cotidiano destas mulheres, visto que, o conceito de

empoderamento feminino abrange, segundo Léon (2001, apud Cortez e Souza, 2008), além de uma dimensão individual (como aumento da autoestima e autonomia), também uma coletiva, que opera na reversão da situação de discriminação vivenciada pelas mulheres em um contexto público.

Entre estes grupos, afirma-se a importância daqueles formados por profissionais da saúde que, ao trabalharem diretamente com as brasileiras, exercem um papel fundamental para a promoção de saúde e para o incentivo ao empoderamento feminino, já que é através da sua atuação e do seu conhecimento dos Programas e Políticas de Saúde que a PNAISM pode ser colocada em prática.

É preciso despertar nos profissionais de saúde o interesse pela educação em saúde mais efetiva e resolutiveira, por meio da integração dessas ações com a comunidade que possam contribuir para a manutenção da saúde individual e coletiva com consciência crítica, permitindo o exercício da cidadania e efetivando mudanças pessoais e sociais. (ROECKER; MARCON, 2011, apud NUNES, et. al, 2013, p. 254)

Ao desenvolver integração dos profissionais com a comunidade, se torna mais fácil a utilização de seu trabalho para o fortalecimento da noção de comunidade entre os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e conseqüentemente a noção de empoderamento, visto que a formação de grupos educacionais e terapêuticos por parte dos profissionais possui potencial para “incitar a transformação de saberes e práticas”, (Oliveira, et al, 2009 apud Nunes, et al, 2013, p. 258) fazendo com que outras mulheres reconheçam e desenvolvam um papel diferente na sociedade que é o de luta por manutenção de seus direitos fomentando até mesmo a criação de outros grupos organizados por elas.

Para Foucault (1991, apud Corbisier, 2011, p.103) “o grupo não deve ser o elo orgânico que une indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de desindividualização”. Acredita-se que esta desindividualização possa ocorrer através também da humanização por parte dos profissionais na atenção à saúde dos usuários e usuárias. A Política traz esta perspectiva quando afirma que

A humanização da atenção em saúde é um processo contínuo e demanda reflexão permanente sobre os atos, condutas e comportamentos de cada pessoa envolvida na relação. É preciso maior conhecimento de si, para melhor compreender o outro com suas especificidades e para poder ajudar sem procurar impor valores, opiniões ou decisões (BRASIL, 2011, p.60).

Ao trazer esta noção humanizadora dos grupos, torna-se possível um encontro de trocas de experiências e vivências destas mulheres que podem se sentir incluídas em um processo de pertencimento à comunidade, bem como facilita a aprendizagem e autonomia em discussões de assuntos que antes eram cristalizados, impensáveis como conhecimentos que podem ser desconstruídos.

É possível perceber ao longo do documento oficial que a PNAISM nasceu de uma organização de grupos, e a mesma demonstra a importância desses para o processo emancipador de incentivo à autonomia e empoderamento das mulheres, e por ser um documento que aponta diretrizes para as práticas, acredita-se que isto pode incentivar formas para que estes grupos aconteçam.

### 3.4 SAÚDE

Outra dimensão a ser considerada refere-se à concepção de saúde que parece orientar o texto desta política. Nesta categoria, este termo englobará não só o conceito, mas o Sistema Público de Saúde brasileiro e seus desdobramentos. Para a PNAISM, a saúde é permeada por diferentes “aspectos da vida, como a relação com o meio ambiente, o lazer, a alimentação e as condições de trabalho, moradia e renda” (BRASIL, 2011, p. 9), o que vai ao encontro do conceito que a Organização Mundial de Saúde (OMS) dá à saúde, considerando o bem estar físico, psíquico e social dos indivíduos, e não apenas se remetendo a saúde como ausência de doença.

Georges Canguilhem (2009) apresenta outra perspectiva para o conceito saúde, ao trazer a relativização da normalidade como algo apresentado pelo próprio sujeito, e não relacionado a médias numéricas e populacionais. Canguilhem (2009) introduz uma nova forma de pensar o sujeito e sua relação com o que chamamos de saúde, ao afirmar que "o indivíduo é que avalia essa transformação porque é ele que sofre suas consequências, no próprio momento em que se sente incapaz de realizar as tarefas que a nova situação lhe impõe" (2009, p. 71). A "normalidade" se torna, então, a capacidade de normatividade que o indivíduo possui para se adaptar às suas reais necessidades, tendo autonomia sobre seu corpo e sobre o que diz respeito a sua saúde. Não considera saúde como um conceito vago de "bem-estar", uma vez que quem pode dizer isto pelo indivíduo é apenas ele mesmo.

Acredita-se que esta noção de autonomia proposta por Canguilhem (2009), no caso da Política em questão, vai ao encontro do empoderamento feminino, na qual a PNAISM seria um dispositivo para fomentar este sentimento nas usuárias do sistema de saúde, abrindo caminhos para o desenvolvimento de um pensamento crítico e de uma noção de normatividade diante da vida destas mulheres.

Como afirmado anteriormente, os primeiros programas focados na atenção à saúde da mulher priorizaram a questão física, principalmente relacionada à gestação, e só na década de 90 que iniciaram os esforços por parte das organizações sociais, principalmente o feminismo, para que esta perspectiva fosse mudada e passasse a considerar a mulher como ser integral, assim como a diretriz do Sistema Único de Saúde (SUS) intenciona.

O novo programa para a saúde da mulher incluía ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação, englobando a assistência à mulher em clínica ginecológica, no pré-natal, parto e puerpério, no climatério, em planejamento familiar, DST, câncer de colo de útero e de mama, além de outras necessidades identificadas a partir do perfil populacional das mulheres (BRASIL, 1984 apud BRASIL, 2011, p. 17).

Mas, segundo a PNAISM (Brasil, 2011, p.48), “não basta introduzir a oferta dos exames preventivos na rede básica. É preciso mobilizar as mulheres mais vulneráveis a comparecer aos postos de saúde e implementar os sistemas de referência para o que for necessário encaminhar.” Portanto, para que a PNAISM seja de fato um dispositivo que interfira na saúde e na vida das mulheres, se faz necessário associar a noção de empoderamento à promoção de saúde, ou seja, uma “proposta de construção conjunta e de respeito à autonomia dos diversos parceiros – (...) – enfatizando a importância do empoderamento das usuárias do SUS e sua participação nas instâncias de controle social.” (BRASIL, 2011, p. 7)

Devido a isso, pensa-se a importância da participação da comunidade e dos grupos como dispositivos para a ajuda na realização da promoção de saúde.

Finalmente a avaliação em promoção da saúde é uma ação permanente. Neste sentido deve ser descentralizada radicalmente, ascendente, sendo suas indagações originadas no espaço da própria intervenção em seu contexto. Ou seja, de dentro para fora, de modo que contribua para a democratização institucional, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem política e de enfrentamento criativo dos problemas que fazem parte da vida - a maior expressão da promoção da saúde. (PEDROSA, 2004, p. 626)

Tal democratização institucional pode ser encontrada na Atenção Básica do SUS, na qual a promoção de saúde faz parte deste plano, sendo um dispositivo para o primeiro contato do usuário com o sistema. Segundo Brasil (PNAB, 2006, apud REZENDE, 2011, p.38), a Atenção Básica considera o sujeito “na integralidade e na inserção sociocultural, e busca a promoção de sua saúde, a prevenção e tratamento de doenças e a redução de danos ou de sofrimentos que possam comprometer suas possibilidades de viver de modo saudável.”

Além da promoção de saúde, uma das formas de colocar as diretrizes da PNAISM em prática é a partir da humanização por parte dos profissionais em relação às usuárias.

A humanização e a qualidade da atenção em saúde são condições essenciais para que as ações de saúde se traduzam na resolução dos problemas identificados, na satisfação das usuárias, no fortalecimento da capacidade das mulheres frente à identificação de suas demandas, no reconhecimento e reivindicação de seus direitos e na promoção do autocuidado. (BRASIL, 2011, p. 59)

Compartilhar o conteúdo da PNAISM, por exemplo, dando notoriedade a ela, faz com que o atendimento se torne mais complacente por parte dos profissionais, demonstrando conhecimento das Políticas que fazem parte do Sistema de Saúde. “Humanizar e qualificar a atenção em saúde é aprender a compartilhar saberes e reconhecer direitos” (BRASIL, 2011, p. 59).

A integralidade, uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), “responde a essa necessidade de os profissionais perceberem que estão sempre lidando com histórias familiares, de vida, e não eventos patológicos” (CECCIN, 2005, apud MEDEIROS; GUARESCHI, 2009, p.44). Faz-se necessário, então, para um atendimento humanizado, e que garanta o empoderamento da usuária, uma capacitação dos profissionais não somente para o seu próprio conhecimento para atuação em seu campo de trabalho, mas também para que este possa ser passado para a população a fim de perpetuar o conhecimento e consequentemente a sua capacidade de refletir sobre seus direitos e lutar pelos mesmos.

#### **4. CONCLUSÃO**

É urgente romper com a concepção de mulher reduzida a “corpos com vagina e útero” e resgatar a sua dimensão social e política como sujeitos agentes de transformação social e protagonistas do próprio cuidado, tendo nos serviços de saúde aliados para prevenção e promoção da mesma (MEDRADO e col., 2011 apud MALAMUT; MARTINS, 2013). Este

caminho parece ser o mais indicado a fim de concretizar o desafio da integralidade e da assistência humanizada.

As recomendações presentes na PNAISM amplamente, não são prontamente assimiláveis ou aplicáveis. A implementação das diretrizes da referida Política exige que estas sejam adaptadas de acordo com as necessidades que configuram o campo da saúde em cada localidade. Uma vez que o empoderamento é uma construção de seus próprios atores, o reconhecimento de suas potencialidades e o caminho em direção a tomada de territórios, antes prioritariamente masculinos, é um resultante que se espera, principalmente no que confere ao suprimento de suas necessidades e exercício de cidadania das mulheres.

Além disso, percebe-se que muitas vezes a Política mantém a lógica biologicista, ao considerar as mulheres em idade reprodutiva como principais norteadoras das diretrizes do documento, bem como não consideram mulheres transexuais em nenhum momento da PNAISM.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, por si só, não possibilita o empoderamento de fato, uma vez que ressalta no decorrer do seu texto a importância da discussão de gênero, porém não explicita formas de aplicabilidade do tema ao reconstruir noções acerca do papel feminino. Entende-se que esta forma de trazer a prática seria mecanismo impulsionador das expressões de empoderamento, visto que é na formação de grupos e atuação presente das usuárias que a promoção de saúde e o desenvolvimento de sua autonomia são expressos.

Entretanto, para aquelas que têm contato com a PNAISM, é possível viabilizar uma perspectiva de gênero que não é a comumente difundida na sociedade, o que se torna um ponto positivo, por ser um caminho para o incentivo da independência e empoderamento das mulheres brasileiras.

Por fim, existem contribuições futuras a partir da produção deste artigo, que é factível promover uma reflexão ampliada acerca do documento, munindo os movimentos sociais de noções críticas para adequação da Política, conjuntamente com a possibilidade de fomentar outros estudos que se proponham a investigar o protagonismo das mulheres na construção de dispositivos voltados para seu público.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. Butler e a desconstrução do gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 179-199, 2005.

ALEXANDRE, M. Breve descrição sobre processos grupais. **Comum**, Rio de Janeiro, v.7 - nº 19, p. 209 a 219, 2002.

ALVES, J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 629-638, Aug. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2016000200629&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000200629&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 04 Nov. 2016.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 2ª reimp. 1ª ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Política Nacional de Atenção Integrada à Saúde da Mulher. 1ª ed. Brasília: Editora MS, 2004.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Atenção Integrada à Saúde da Mulher. 1ª ed. Brasília: Editora MS, 2009.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Atenção Integrada à Saúde da Mulher. 1ª ed. Brasília: Editora MS, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. 2ª reimp. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CORBISIER, C. Grupos e criatividade: para uma clínica mais humana e solidária. Rio de Janeiro, p. 105-123, 2011. Disponível em <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0710801\\_2011\\_cap\\_5.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0710801_2011_cap_5.pdf)>. Acesso em 02 nov. 2016.

CORTEZ, M. B.; SOUZA, L. de. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 171-180, Jun. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722008000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722008000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 04 Out. 2016.

COSTA, A. M. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1073-1083, Aug. 2009. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000400014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02 out. 2016.

CRUZ, L. A. Crítica epistemológica do feminismo. São Luís, ago. 2007. Disponível em <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/57ef1026f04c70177699LINDALVA%20ALVES\\_CRUZ.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/57ef1026f04c70177699LINDALVA%20ALVES_CRUZ.pdf)>. Acesso em 18 jun. 2016.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1995.

FARAH, M. F.S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 47-71, 2004.

FONSECA, D. J. **Políticas Públicas e Ações Afirmativas**. 1ª ed. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FREITAS, G. L.; et al. Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto da promoção da saúde. **Rev. Eletr. Enf.** [Internet]. 2009;11(2):424-8 Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n2/v11n2a26.htm>.

GIL, A. C. **Como elaborar Projeto de Pesquisa**. São Paulo, 2002. Disponível em <[https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\\_resource/content/1/como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf)>. Acesso em 20 jun. 2016.

HOROCHOVSKI, R. R. **Empoderamento: definições e aplicações**. Out. 2006. Disponível em:

<[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=3405&Itemid=232](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3405&Itemid=232)>. Acesso em 19 jun. 2016.

KORNIJEZUK, N. P. **Do programa ao plano: A política de atenção integral a saúde da mulher (PAISM – PNAISM), contexto histórico, atores políticos e questão da menopausa.** Porto Alegre: 2015.

MACHADO, L. D. Subjetividades Contemporâneas. **Psicologia: questões contemporâneas,** Vitória, 1999.

MACHADO, L. D.; LAVRADOR, M. C. C. As políticas que incidem sobre a vida. **Estudos e Pesquisas em Psicologia,** Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 118-133, 2010

MAIA, J. M. D.; WILLIAMS, L. C. A. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas psicol.,** Ribeirão Preto, v. 13, n. 2, p. 91-103, dez. 2005. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2005000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2005000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 02 nov. 2016.

MALAMUT, B. S.; MARTINS, A. M. Análise do discurso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. **Saúde Sociedade,** São Paulo, v.22, n.2, p.429-440, 2013.

MEDEIROS, P. F.; GUARESCHI, N. M. F. Políticas públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão. **Rev. Estud. Fem.,** Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 31-48, Apr. 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2009000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03 Nov. 2016.

MEDEIROS, P. F. **Políticas da vida: entre saúde e mulher.** Porto Alegre, 2008. Disponível em: [http://tede.pucrs.br/tde\\_arquivos/20/TDE-2008-12-03T145735Z-1614/Publico/407309.pdf](http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/20/TDE-2008-12-03T145735Z-1614/Publico/407309.pdf). Acesso em 17 set. 2016.

NUNES, J. M.; OLIVEIRA, E. N.; VIEIRA, N. F. C. Grupo de mulheres na comunidade: (re)construindo saberes em saúde. **Cad. saúde colet.,** Rio de Janeiro, v.21, n.3, p.253-259, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-462X2013000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2013000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 out. 2016.

OLIVEIRA, N, F.; et al. Fatores terapêuticos em grupos de diabéticos. **Rev. Esc. Enferm.,** USP. 2009. 43:558-65.

PEDROSA, J. I. S. Perspectivas na avaliação em promoção da saúde: uma abordagem institucional. **Ciênc. saúde coletiva,** Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 617-626, Set. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232004000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000300014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02 Nov. 2016.

REZENDE, P. S. **A atenção à saúde das mulheres: integralidade e gênero.** Estudo etnográfico em uma unidade de PSF em Salvador. Salvador: p. 27, 2011.

RIOS, D. R. **Mini dicionário escolar da língua portuguesa.** São Paulo: Difusão Cultural do Livro, p.264, 2010.

SANTOS, D. V.; LEMOS, F. C. S. Uma analítica da produção da mulher empoderada. **Psicol. Soc.,** Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 407-414, ago. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822011000200022&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200022&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 07 nov. 2016.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jan. 2005. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>>. Acesso em: 02 out. 2016.

TAVARES, A. S.; ANDRADE, M.; SILVA, J. L. L. Do programa de assistência integral à saúde da mulher à política nacional de atenção integral à saúde da mulher: breve histórico. **Informe-se em promoção da saúde**, v.5, n.1.p.30-32, 2009.

VILLELA, W.; MONTEIRO, S.; Atenção à saúde das mulheres: historicizando conceitos e práticas. **Gênero e Saúde: Programa Saúde da Família em questão**. São Paulo: Associação Brasileira de Saúde Coletiva — Abrasco; Fundo de População das Nações Unidas — UNFPA, 2005. p. 13-28.

## HORIZONTES PSICOSSOCIAIS DE INTERVENÇÃO EM GRUPOS COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: ANÁLISE DE UMA PRÁTICA EM PSICOLOGIA SOCIAL

Elaine Delboni de Freitas<sup>1</sup>, Luederson Muniz Alvarenga<sup>1</sup>, Ricardo Santos Rodrigues<sup>2</sup>

1. Graduando em Psicologia pela Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória.

2. Graduado Psicologia pela Instituição Newton Paia e Mestre em Psicologia Social Pela Universidade Federal de Minas Gerais.

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas de grupo como instrumento de intervenção na ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei. A fundamentação com base nas práticas teóricas basilares é a Psicologia Social, discutida por autores como Lane, Bleger e Minicucci. Para tanto, foi realizado um breve resgate histórico da legislação brasileira desde o início do século XX, voltada para crianças e adolescentes e as políticas públicas em que se fundamentam as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida na atualidade, buscando uma efetividade através das práticas de grupos com adolescentes na assistência social. Propõe-se a contextualização dessa problemática de maneira que coloque em evidência a subjetividade dos sujeitos envolvidos, assim como implicação dos profissionais da área da psicologia neste meio.

**Palavras-chave:** Adolescente; Conflito com a Lei; Psicologia Social; Dinâmicas de Grupos.

### INTRODUÇÃO

Desde o início do século XX, nota-se uma preocupação com a criminalidade na adolescência e juventude, fato que refletiu na elaboração do primeiro Código de Menores, por meio do Decreto nº 17943-A de 12 de outubro de 1927, também conhecido como “Código Mello Mattos” - autor do projeto e, também considerado, o 1º juiz de Menores do Brasil. A partir daí, muitas mudanças ocorreram, como por exemplo, a criação do Decreto-lei 3.799 de 1941 no qual foi instituído o Serviço de Assistência ao Menor - SAM, que não obteve êxito em função de problemas estruturais, como por exemplo, a carência de recursos públicos voltados para infraestrutura adequada (AZEVEDO, 2007).

Posteriormente, criou-se a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM, buscando sanar tais problemas, exercendo autoridade sobre suas subdivisões estaduais: as Fundações Estaduais de Bem Estar do Menor - FEBEM's; além da criação do Juizado de Menores em 1948 (AZEVEDO, 2007). Tratava-se de um conjunto de estabelecimentos de ‘correção’ para menores infratores e abandonados. As diversas mudanças no cenário político, social e econômico brasileiro, especialmente no período da Ditadura Militar, trouxeram como consequência alterações no Código de Menores através da Lei 6.667, de 10 de outubro de 1979, sob o rótulo de uma política de Promoção Social (PAES, 2013).

O que se apresenta à sociedade ao longo destas décadas é um Estado que assume a responsabilidade sobre crianças órfãs e abandonadas, porém, tanto os menores abandonados quanto os infratores eram apreendidos nas ruas e conduzidos a abrigos de triagem, de forma indiscriminada, uma vez que ambos encontravam-se em situação irregular. De acordo com Paes (2013):

[...] Código de Menores de 1979 traz um dispositivo de intervenção do Estado sobre a família, que abriu caminho para o avanço da política de internatos-prisão. O princípio de destituição do pátrio poder baseado no estado de abandono, através da sentença de abandono, possibilitou ao Estado recolher crianças e jovens em situação irregular e condená-los ao internato até a maioridade. Nesta fase, as instituições passam a ter maior importância que os próprios menores, no sentido em que a disciplina interna e a segurança externa aos muros eram os principais critérios de eficácia dos programas de assistência aos menores.

A partir daí, nota-se o papel higienista a que se restringe a legislação vigente na época, quando se refere aos menores abandonados e/ou infratores. Somente no contexto da redemocratização brasileira e da criação da Constituição Federal em 1988, abriu-se precedentes para a elaboração de um documento que realmente zelasse pela proteção e pela garantia de direitos aos menores, chamado Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, lei nº 8.069 de 1990.

Segundo Franchini e Pontel (2015), é preciso considerar uma grande quantidade de fatores sócio-políticos, técnicos e éticos para fortalecer a política socioeducativa e integrá-la às demais políticas que asseguram o Sistema de Garantia de Direitos - SGD e executando assim, as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviço à Comunidade - PSC. Os mesmos autores citam o envolvimento do Conselho Federal de Psicologia - CFP com a questão política envolvendo crianças e adolescentes. São variadas as ações do Conselho voltadas para as políticas de Assistência Social, como exposto no Relatório de Gestão CFP 2012 (2013).

Para tanto, deve-se considerar a Lei n.º 12.594/2012, uma vez que esta é responsável por instituir o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, regulamentando também, a execução das medidas socioeducativas para os adolescentes que cometeram ato infracional. Constitui-se como um subsistema dentro do Sistema de Garantia de Direitos - SGD. Assim, o trabalho do profissional da psicologia parte dessa logística instituída a partir da referida lei no que se refere a tais medidas e em articulação também com outras áreas de conhecimento como educação, assistência e segurança pública (CFP, 2012).

Reforçando esse envolvimento entre a Psicologia e as questões sócio-políticas implicadas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Bleger (1984) defende que a psicologia lida com tudo, ou seja, o psicólogo pode intervir em absolutamente tudo o que diz respeito direta ou indiretamente aos seres humanos em toda sua amplitude, nas interações e experiências, ou seja, em suas múltiplas manifestações humanas. Para isso, deve-se levar em conta as instituições, os grupos, a comunidade e a sociedade, atentando em seu trabalho para atividades sociais de maior envergadura, transcendência e significação.

Nessa perspectiva, a Psicologia Social apresenta-se como uma ponte que liga a biologia - ciência da vida - e a sociologia - ciência da sociedade - e, segundo Lane (2004, p. 8), o seu enfoque é “estudar o comportamento de indivíduos no que ele é influenciado socialmente”. Além disso, de acordo com Bock “a Psicologia valoriza a construção de práticas comprometidas com a transformação social em direção a uma ética voltada para a emancipação humana” (CREPOP, 2007, p. 6).

Kurt Lewin, psicólogo alemão, veio a propor na década de 40 pesquisas na área da psicologia social intituladas por ele próprio como pesquisa-ação que tratariam de fenômenos grupais identificados e trabalhados no próprio grupo. Segundo Minicucci (1997, p. 15):

Kurt Lewin fixa novos objetivos de pesquisa em Psicologia Social e passa a trabalhar com a dinâmica dos fenômenos de grupo, apegando-se às dimensões concretas e existenciais. Cogitou em uma orientação mais funcional, mais eficiente e criativa das relações interpessoais de grupo. Passa a pesquisar os grupos face a face, julgando que não havia técnicas válidas para uma análise científica dos grandes conjuntos sociais. Em termos de pesquisa, através de experimentações próprias e de descobertas pessoais, afirma que os fenômenos de grupo devem ser trabalhados no próprio campo psicológico, em vez de serem artificializados em laboratórios.

Criada por Kurt Lewin, a 'dinâmica de grupo' tem papel significativo para a psicologia voltada para pequenos grupos e inclusive para o trabalho assistencialista realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS com os adolescentes em conflito com a lei, objeto da análise do presente artigo.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Este trabalho segue os preceitos de um estudo exploratório, através de revisão bibliográfica, que é elaborada por meio de publicações já feitas e, geralmente, inclui materiais impressos como jornais, livros e revistas, preferencialmente artigos científicos, teses e dissertações, além de materiais disponibilizados na Internet (GIL, 2010).

Este método foi escolhido para este projeto, devido a principal importância, destacada por Gil (2010, p. 30) que:

Reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Assim sendo, foi realizada uma pesquisa categorizando os assuntos pertinentes ao tema deste artigo de forma a respeitar os objetivos do presente trabalho. São eles: analisar as dinâmicas de grupo como instrumento de intervenção na ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei; compreender os significados e significantes do que é adolescência; conhecer práticas de intervenção grupal com adolescentes; entender a implicação da psicologia social no processo de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei.

Para a elaboração deste artigo foi utilizada a análise de conteúdo que, para Minayo (2001), além de ser uma técnica para verificação de hipóteses, possibilita ainda a descoberta de conteúdos não manifestos no que se refere ao que está sendo comunicado. Neste caso, observa-se mais minuciosamente a qualidade dos dados coletados, uma vez que este tipo de método pode apresentar dados ou processos de forma equivocada (GIL, 2010), assegurando desta forma a qualidade das informações obtidas.

As unidades de registro foram baseadas inicialmente, nos conteúdos que permitissem explorar e compreender sobre o que é o adolescente e, estes em conflito com a lei. Posteriormente, foram selecionadas as seguintes categorias: conceito de adolescente; adolescentes em conflito com a lei; intervenções socioeducativas; dinâmicas de grupo com adolescentes; psicologia social. O processo de exclusão e inclusão de conteúdos baseou-se

nos resumos de cada obra encontrada, obedecendo a categorização já mencionada anteriormente. No caso da categoria 'psicologia social' foi necessária a criação de subcategorias, como segue: dinâmicas de grupo na psicologia social; psicologia social e adolescência; medidas socioeducativas na psicologia social.

## RESULTADOS

A partir de uma revisão bibliográfica, foi possível compreender o contexto em que estão inseridos os adolescentes em conflito com a lei e a legislação brasileira voltada a esses jovens vigente na atualidade. Azevedo (2007), em sua monografia, contempla a trajetória percorrida na esfera pública e legislativa abordando fatos como criação Juizado de Menores, o primeiro código de menores brasileiro e a criação do atual Estatuto da Criança e Adolescente - ECA e, Paes (2013) complementa tais fatos revelando o caráter higienista das medidas socioeducativas que perduraram por décadas.

A partir das informações contidas no artigo de Franchini e Pontel (2015), e de Brasil (2011) foi possível contextualizar politicamente as estruturas utilizadas para atender os adolescentes que se encontram envolvidos com a problemática da criminalização, especialmente os que estão em Liberdade Assistida e tocam, inclusive, no que diz respeito ao envolvimento do Conselho Federal de Psicologia - CFP nas políticas voltadas às crianças e aos adolescentes.

Nessa perspectiva, alguns documentos do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP também foram fundamentais para o entendimento acerca do funcionamento do maquinário político e a conjuntura do funcionamento do mesmo, como por exemplo, o Sistema de Garantia de Direitos – SGD, Sistema Único da Assistência Social – SUAS, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, entre outros.

Foram utilizadas duas obras de autoria de Bleger (1984, 1989) nas quais ele fundamenta a importância do trabalho do psicólogo nos mais diferentes contextos das manifestações humanas, além da relevância dos trabalhos estratégicos a serem realizados em grupo.

Alguns outros autores na área da psicologia, especialmente da psicologia social foram referenciados neste artigo como Agostinho Minicucci (1997), Ana Bock (CREPOP, 2007) e Silvia Lane (1980, 2004). Pereira (2004) conceitua o termo *adolescer* enquanto Andi (2012) elabora este conceito junto à problemática da criminalização. Francischini e Campos (2005) defendem as medidas socioeducativas para os adolescentes em conflito com a lei no sentido de ressocializá-los considerando as dinâmicas sociais, e levando em consideração as expectativas da sociedade para com esse jovem.

Gonçalves e Gomes (2013) trazem a ideia de que a adolescência é uma fase de transitoriedade em que transgressões são observadas como inerentes assim como as crises, o que corrobora para um pensamento social estigmatizador em relação aos jovens. Porém, Abramo (1997) contrapõe tal raciocínio quando desenvolve um pensamento reflexivo e não manifesto por vários outros autores em que coloca o jovem como resultado de um não ser, não exercer, não protagonizar sua própria existência e retrata o fato quando fala sobre os programas voltados para esse público.

Por outro lado, Fleury e Marra (2008) acreditam que intervenções socioeducativas podem constituir-se como ações formativas, assim como dinâmicas de grupo podem se apresentar como técnicas disparadoras da tomada de consciência num movimento evolutivo em que os sujeitos participantes estariam envolvidos. Campos (2003) e Martins (1997) reforçam os benefícios propostos por meio de processos grupais e em consonância com eles, Hoga e Abe (2000); Dias, Sassim e Godim (2015); além de Rodrigues (2009) trazem exemplos que dinâmicas de grupo voltadas para adolescentes que obtiveram sucesso efetivo.

Podemos observar que as referências bibliográficas utilizadas contribuem para pesquisar essa temática vinculando-se ao objeto de estudo o qual refere-se ao uso da dinâmica de grupos como um instrumento que pode intervir satisfatoriamente no apoio a ressocialização de adolescentes em conflito com a lei.

## **DISCUSSÃO**

A Assistência Social é um direito de todo cidadão e dever do Estado, assegurado pela Constituição Federal de 1988. Assim sendo, baseado na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, o Sistema Único da Assistência Social - SUAS regulariza e organiza em todo território nacional as ações sócio-assistencialistas. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS se efetiva dentro do Sistema Único da Assistência Social - SUAS como uma unidade pública estatal da Proteção Social Especial de Média Complexidade, almejando a promoção da superação de situações de violação de direitos como violência doméstica, abuso/exploração sexual, situação de rua, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, trabalho infantil, entre outros (BRASIL, 2011).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - está fundamentado pela Lei Federal 12.594/2012, lei esta que regulamenta medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei em meio aberto através do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente – SINASE. Com a finalidade de atender a referida lei, foi criado também, o Plano Municipal Socioeducativo da Cidade de Vitória/ES que contempla ações que englobam desde políticas educacionais, de saúde, sócio assistencialista, direitos e deveres de cidadão, laboro, cultura, esporte e lazer.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS faz parte do Sistema de Garantia de Direitos - SGD estabelecido na Resolução 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA para assegurar os direitos das crianças e adolescentes. Assim, o público recebido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS provêm de encaminhamento de juízes, promotores ou conselheiros tutelares, sob denúncias de situações como violência doméstica, ato infracional ou busca ativa, onde são realizados o acolhimento, o atendimento psicossocial, oficinas de ressignificação da experiência de vida, encontros de famílias, entre outros.

Em alguns casos há a necessidade de intervenções complexas e singulares, com a articulação de toda a rede do Sistema de Garantia de Direitos - SGD. Isso pode ocorrer, por exemplo, no caso da superação de situação de direito violado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Logo, o trabalho expressa-se de natureza multidisciplinar, intersetorial e interinstitucional, abrangendo município e região, além de ser

referência nos territórios onde está inserido quando se trata de trabalho social especializado no Sistema Único da Assistência Social - SUAS às famílias e indivíduos tanto em situação de risco quanto no caso de violação de direitos.

Diversas pesquisas são realizadas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP (2013) e apontam que existem trabalhos realizados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, mesmo não sendo uma atividade que tivesse que ser desenvolvida pelo Sistema Único da Assistência Social - SUAS, já que prevê oferta pela política pública de saúde ou ainda por outros serviços como clínicas sociais, escolas clínicas ligadas às Universidades, entre outros. Segundo o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP (2007, p. 6):

Na última década, diferentes experiências possibilitaram a divulgação de um conjunto de práticas direcionadas aos problemas sociais brasileiros, práticas que apontavam alternativas para o fortalecimento de populações em situação de vulnerabilidade social, assim como para o fortalecimento dos recursos subjetivos para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade.

Tratando-se da assistência social, há uma estrutura de vínculo entre o profissional e o público do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS a partir do reconhecimento e contextualização social e das histórias de vida sem uma perspectiva individualizante. Desta forma, o atendimento psicossocial oferecido nas atividades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS abrange questões como a compreensão do sofrimento do indivíduo e de seus familiares em todas as esferas cabíveis, que as levaram até ali, além de almejar a independência, superação e promover transformações num movimento que transponha também, responsabilidade (CREPOP, 2013).

Logo, diversas ações combinadas são importantes para suscitar reflexões e possibilidades de ajustes tanto pessoais quanto sociais. São exemplos os grupos psicossociais, a inclusão em novas sociabilidades, o retorno à escola, o apoio financeiro ou material, o acolhimento, entre outros. Tendo em vista tal fato, o Conselho Federal de Psicologia - CFP lançou em 2012 o documento de Referências Técnicas para atuação de psicólogos em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, o que demonstra o interesse da Psicologia em atuar na defesa dos direitos dos adolescentes. (CFP, 2013)

Considera-se adolescente, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei Nº 8.069/1990 o sujeito com idade entre 12 e 17 anos. A origem da palavra 'adolescente' provém do latim *ad* e *olescere* cujos significados são 'para' e 'crescer' (PEREIRA, 2004). Ou seja, "crescer para". Há de se observar aí que a própria nomenclatura já remonta uma ruptura da infância, a qual é vista por muitos como a melhor fase da vida, em que os maiores comprometimentos são com o lúdico, e desta ruptura adoesce-se, cresce-se para algo, e este algo já diz respeito à fase adulta.

Em outras palavras, deixa-se de ser criança e cresce-se para o enfrentamento diário das mais diversas situações pelas quais são submetidos os seres humanos na fase adulta. Sabe-se também que a adolescência é como um momento breve em que o sujeito está 'crescendo para', sendo esta fase crucial para o seu desenvolvimento.

Inclinando-se a observar os índices que tratam o adolescente infrator, Andi (2012, p. 5) ressalta que “são considerados adolescentes em conflito com a lei pessoas na faixa etária de 12 a 17 anos de idade que cometeram atos infracionais – de pequenos furtos a delitos graves, como homicídios” e, além disso, Francischini e Campos (2005) dizem que os adolescentes são passíveis de cometerem esses atos, e seriam entendidos como transgressores das normas, pois devido as particularidades que os cercam, não seriam caracterizados como crimes.

Desta forma, entende-se a adolescência como parte peculiar do desenvolvimento, buscando-se alternativas na tentativa de subverter o quadro transgressor e conscientizando as ações. Nesse sentido Francischini e Campos (2005, p.268) sustentam que mesmo que possa haver consequências para os atos infracionais cometidos por adolescentes, não lhes cabe responsabilidade penal. Assim, o menor infrator torna-se passível de participar de medidas socioeducativas, uma vez que não se trata apenas de punição, mas de uma investida na possibilidade de reinserção social e fortalecimento dos elos familiares.

Ainda de acordo com Francischini e Campos (2005), considera-se importante a manifestação do diferencial socioeducativo, o que poderia tornar possível a ressocialização, entendida como o envolvimento no processo de ensino, participação familiar, representação de papéis sociais, dentre outros. Essas possibilidades não devem ser entendidas num sentido funcionalista, uma vez que requer considerar as influências da dinâmica social, considerando o sujeito ativo, que influencia com sua forma autêntica de ser ou fazer, muito embora seja na ação educativa que se dê o projeto individual e, desta forma, toda ação educativa revela-se parcial, condicionada.

Entendendo o objetivo da educação para os adolescentes infratores, de certa forma cria-se uma expectativa sobre o perfil que ele assumirá neste processo, e esta expectativa passa a ser, segundo Francischini e Campos (2005, p. 270) em:

[...] relação à sociedade na qual esse processo formativo se dá e essa pessoa irá viver; e à forma como essa pessoa irá se relacionar com os demais nessa sociedade, muito em face de tal processo. Logo, a pergunta que ressalta é: o que dá o caráter “educativo” das medidas? Em outras palavras, educar para o quê, para o exercício de uma profissão, de uma vida em família, de continuidade e/ou (re)integração ao sistema educativo formal? O que o adolescente que se encontra em conflito com a lei demanda das instituições formadoras?

Em consonância com as reflexões propostas pelos autores acima, Rocha (2014, p.51) afirma que “a relação dialética estabelecida pelo homem entre os aspectos individual e social é a base [...] da apropriação da realidade social pelo indivíduo, de modo que o social e o exterior se tornam internos”. Em outras palavras, a influência dos mais diversos contextos sociais reflete-se na estruturação das próprias realidades sociais e não se restringe aos comportamentos individuais desses jovens. Daí a importância da reflexão de Francischini e Campos, uma vez que seus questionamentos pode abranger toda a sociedade e não somente o indivíduo que cumpre medida socioeducativa.

Existem contextos históricos e sociais distintos que devem ser levados em conta na construção da subjetividade do sujeito, independentemente da fase de desenvolvimento em que este se encontra. Desta forma, Freitas (2005, p. 10) ressalta que “os conceitos de adolescência e juventude correspondem a uma construção social, histórica, cultural e

relacional, que através das diferentes épocas e processos históricos e sociais adquiriram denotações e delimitações diferentes”. Freitas (2005) defende que um sujeito oriundo de uma zona rural dificilmente possuirá a mesma significação etária de um indivíduo proveniente de uma zona urbana, e o mesmo ocorre entre setores sociais e classes econômicas. Por isso, esclarece que não há um critério universal para estipular idade uma vez que esta se transforma num referente demográfica dada a influência sócio-histórica que pode incidir em cada indivíduo.

Assim sendo, o contexto social, história pessoal, seus pares, família e tantos outros fatores da vida do sujeito tem efeito direto na condução de seus próprios atos. Entende-se, então, o adolescente em conflito com a lei, como sendo passível de cometer ato infracional. De acordo com Franscischini e Campos (2005, p. 268) o adolescente em conflito com a lei é “entendido como a transgressão das normas estabelecidas, do dever jurídico, que em face das peculiaridades que os cercam, não pode se caracterizar enquanto crime”, uma vez considerado a adolescência como um período peculiar do desenvolvimento.

Nessa perspectiva de ressignificação de conceitos e comportamentos considerados inadequados que é apresentada a técnica de dinâmicas de grupos como instrumento para uma intervenção com os adolescentes em conflito com a lei. De acordo com Bleger (1989, p.86):

A existência ou a identidade de uma pessoa ou de um grupo são dadas na ordem do cotidiano e manifesto pela estrutura e integração que alcança o ego individual e grupal em cada caso; considerando como ego grupal o grau de organização, amplitude e integração do conjunto daquelas manifestações incluídas no que chamamos verbalização, motricidade, ação, juízo, raciocínio, pensamento, etc.

Assim sendo, é possível vislumbrar um trabalho em grupo que prime pelo estímulo dos atores sociais no exercício das práticas, das vivências, das reflexões e das formas de ser e estar no mundo. De acordo com Fleury e Marra (2008, p. 16-17), “as intervenções socioeducativas constituem-se em ações formativas por excelência porque cultivam a autonomia e o pensamento crítico e criativo, sempre proporcionando a oportunidade de participação”.

Ainda segundo Fleury e Marra (2008), é possível criar um movimento de evolução da consciência e, tendo essa tomada de consciência como um dos objetivos das técnicas de dinâmicas de grupos, o adolescente pode vir a ser mais que um agente transformador de sua própria vida: ele torna-se um agente transformador da realidade social. Ora, assim como os atos do sujeito reflete-se em seu contexto social e de um ponto de vista macro, tais ações geram consequências para a sociedade como um todo, também esta influi diretamente na história de vida de cada indivíduo que a constitui. Tomar consciência de tal fato interfere na construção da identidade daquele que o faz, assim como na história de vida daqueles que o cercam.

Os autores entendem como um método de ação social, em que diferentes sujeitos, cada um com suas experiências, vivências, pensamentos, histórias de vida, inter-relacionam-se numa cooperação mútua em que, reconfigurando conceitos, acabam por efetivar transformações. Logo, para os mesmos autores, a adolescência seria uma fase do desenvolvimento da identidade de cada indivíduo e de sua autonomia como ser humano e cidadão, com decisões

importantes a serem tomadas como num ensaio para a vida adulta. Nesse sentido, Abramo (1997, p. 27) destaca que:

É quase como se, apesar de terem crescido o número de ações e programas destinados a adolescentes e jovens, eles continuem apenas desfocadamente visíveis, obscurecidos por uma sensação de que esta falta de instrumentos e “jeito” se deve ao fato de que a “adolescência é mesmo uma fase difícil” de se lidar.

Desta forma, torna-se crucial, nesse momento de suas vidas, o exercício de seus direitos. Além do mais, necessitam também de cuidados, acolhimento, e não menos importante é o fato de que esses adolescentes infratores deveriam ser orientados em seu processo de desenvolvimento por adultos. Muito embora, a realidade às vezes demonstra que aqueles que deveriam ser os mentores, na verdade, são aqueles que menos provêm o reconhecimento de suas capacidades reflexivas e decisórias, que viriam declarar a chegada da vida adulta, por meio da autonomia e da responsabilidade, características fundamentais no processo de maturação do sujeito que busca sua independência.

De acordo com Gonçalves e Gomes (2013), a adolescência se manifesta como um período transitório, manifesto por turbulentas alterações físicas e psíquicas, em que a sociedade contemporânea atribui tal fase do desenvolvimento à associação negativista de características relacionadas à contravenção, à desobediência, ao perigo e à crise. Essa ideia apresenta-se de modo a estigmatizar e restringir a adolescência quanto ao seu significado sócio-humano. Porém, as políticas públicas deveriam reconhecer tais sujeitos como cidadãos capazes e indivíduos com potenciais necessários à sociedade.

Lane (1980) complementa essa ideia quando afirma que para o conhecimento e a compreensão dos processos que atendam uma maior parcela da população, na atualidade, faz-se necessário a partir do estudo do cotidiano, que engloba desde o falar, o relacionar-se, o aprender a “ser social”, as transformações envolvidas. Para ela, quando parte-se do empírico, só é possível entendê-los quando ampliamos a nossa dimensão tempo-espaço, em outras palavras, quando pensamos na sociedade, historicamente compreendida.

Ainda em coesão com a postulação de que o sujeito não deve ser visto e trabalhado individualmente, mas em sua amplitude social, o CREPOP (2007, p. 32) expõe que:

Os trabalhadores sociais, organizados em equipes, devem, sistematicamente, desenvolver atividades de reflexão sobre as práticas em grupos e fortalecer os laços sociais. A troca de experiências e a interlocução entre pares possibilitam promover o entendimento, buscar alternativas e soluções, acompanhar o trabalho desenvolvido pelos colegas e discutir obstáculos enfrentados, uma vez que não se encontram respostas fechadas sobre a condução da prática. É na discussão e reflexão sobre o papel profissional acumulado no cotidiano que passa a ser observado um rico espaço de aprendizado para se compreenderem os motivos, fundamentarem as intervenções, investigarem as informações. É de fundamental importância realizar o registro e intercâmbio das experiências, para o fortalecimento da inserção profissional por meio da qualidade dos serviços oferecidos.

Quando refere-se aos grupos, Bleger (1989, p. 85) sintetiza como definição “um conjunto de indivíduos que interagem entre si compartilhando certas normas numa tarefa”. Não obstante, porém mais próximo da proposição intrínseca do desenvolvimento de processos grupais, Campos (2005, p. 84) toma o conceito de “grupos” a partir das relações, isto é, os indivíduos

são “seres que em si mesmos implicam outros; seres que ao se definirem já incluem, necessariamente, outras pessoas”. Destarte, Campos (2003, p.85) aponta que:

O que constitui o grupo é a existência, ou não, de relações. [...] no momento em que se estabelecer qualquer ‘relação’ entre pessoas, começa aí um grupo. Elas têm de ter algo ‘em comum’, e esse ‘comum’ é exatamente o que pode estar tanto numa, como noutra. E esse ‘comum’ é a relação, que perpassa por todas, está presente em todas, fazendo essa ‘amarração’ conjunta.

Segundo Minicucci (1997), o uso do termo ‘dinâmica de grupo’, tem servido à ideologia política, enfatizando a importância da liderança democrática, além da participação nas decisões e soluções de problemas dos membros do grupo, lançando ideia fundamental de co-participação numa sociedade democrática. Ainda segundo Minicucci (1997, p. 20, grifo do autor) “A expressão *dinâmica de grupo* apareceu pela primeira vez em 1944, num artigo publicado por Kurt Lewin, em estudo consagrado às relações e a teoria e a prática em Psicologia Social”. Contudo, o mesmo autor afirma que, apesar de já existirem estudos sobre grupos, apenas no século XX a expressão dinâmica de grupo ficou conhecida considerando o processo e os conteúdos de diferentes abordagens de trabalhos anteriormente realizados.

Considerando a perspectiva sócio-histórica, Martins (1997) aborda que as interações sociais fomentam uma imagem de um ser humano em permanente construção o que se refere também à ressocialização. Os sujeitos se mantêm em constante transformação, conquistam e conferem novos significados, novos olhares para a vivência em sociedade, assim como em seus grupos. Assim, a construção do conhecimento se dá mediante a interação entre os membros e num momento posterior passaria a ser intrapessoal sendo então, compartilhado pelo grupo em que esse mesmo conhecimento teria sido conquistado/construído.

Hoga e Abe (2000) desenvolveram um trabalho com um grupo composto por 34 adolescentes, na faixa etária entre 12 e 18 anos, de ambos os sexos, numa comunidade de baixa renda, localizada na Zona Oeste da Região Metropolitana de São Paulo. A partir deste trabalho, constataram que para formar e conduzir grupos de educação para a saúde é necessária uma coordenação, uma realização de atividades sistemática e instalações físicas apropriadas. Além dos encontros em grupo que tratavam da educação para a saúde, foi desenvolvido um material educativo ao longo do desenvolvimento dos trabalhos grupais.

Os diálogos explicativos eram facilitadores da exposição das dúvidas dos próprios adolescentes, principalmente quando havia dificuldades para falar sobre. Hoga e Abe (2000, p. 411) conclui seu trabalho afirmando que:

A guisa de conclusão, reitera-se que a presente iniciativa, de elaborar um material educativo para promoção de saúde do adolescente contextualizado socioculturalmente foi uma experiência construtiva, gratificante e viável, muito embora considere-se que muito há a ser conhecido e realizado na área. O conhecimento adquirido nesta experiência impulsiona as pesquisadoras a prosseguirem neste caminho e a enfrentarem novos desafios, em prol da saúde dos adultos do futuro.

Também é possível encontrar diversos relatos da aplicação das dinâmicas de grupos com adolescentes, as quais tiveram resultados compatíveis com os objetivos propostos em cada caso. No município de Belém (PA), por exemplo, pensando na inclusão de alunos com deficiência e na carência de estratégias pedagógicas flexibilizadas, foi implantado Escola

Municipal Parque Bolonha um projeto de jogos cooperativos nas aulas de educação física. Aproximadamente noventa crianças do segundo ao quarto ano foram participantes. Segundo os autores Dias, et al (2015):

Durante os jogos, foi possível observar que os estudantes passaram a se enxergar como companheiros e não como adversários. Ao estabelecer um objetivo comum a todos, as crianças reforçaram os laços de confiança em seus colegas. Hoje em dia, observamos que a maioria deles se coloca à disposição para ajudar os colegas com deficiência em diversas situações da rotina escolar.

Já no Município de Campo Mourão (PR) aconteceu o Projeto 'Programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade' com início em 2002. Alguns aspectos chamam atenção, como o trabalho em rede envolvendo Ministério Público, Juizado, Conselho Tutelar e 16ª Subdivisão Policial. São feitos, além de atendimento aos adolescente em grupo, esses também são atendidos individualmente e seus familiares também são assistidos. Neste trabalho, Rodrigues (2009), destaca:

3 [...] a grande variedade de cursos profissionalizantes e atividades a que os adolescentes têm acesso: reforço escolar, biscuit, mosaico, garçom, culinária, violão, música, artesanato, karatê, auxiliar de cabeleireiro, auxiliar de cozinha, panificação, costura industrial, yoga, teatro, xadrez, etc. [...] Há indicação pela equipe do programa de que nos últimos 5 anos foram atendidos 300 adolescentes, dos quais somente 15 reincidiram.

As práticas dos grupos são corroboradas no que é proposto por Abramo (1997) onde fala que, numa visão macro dos contextos, em que se desenvolvem programas para os adolescentes, surgem duas vertentes sendo uma para estimular a integração social dos jovens em desvantagem por meio de programas de ressocialização e outra vertente que trata de capacitação profissional. Ainda é sustentada por Abramo (1997, p. 26) a seguinte afirmação:

Em parte, considerável desses programas, apesar das boas intenções neles contidos, o que se busca, explícita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial desses garotos, pelo seu "afastamento das ruas" ou pela ocupação de "suas mãos ociosas". Há alguns projetos preocupados com a questão da formação integral do adolescente, na qual se inclui a sua formação para a "cidadania", enfoque que vem ganhando corpo mais recentemente.

Assim sendo, percebe-se que existe uma efetividade nas dinâmicas apresentadas, atingindo o objetivo de ter uma "melhora" do sujeito, contudo, pode-se perceber que, nos programas oferecidos como forma de ressocialização destes, há uma elaboração do projeto em que os adolescentes são inseridos como participantes, retirando a ideia do protagonismo juvenil.

Neste sentido, Abramo (1997, p. 28) adverte que há um foco nessa contenda que "concentra-se na denúncia dos direitos negados (a partir da ótica dos adultos), assim como a questão da participação só aparece pela constatação da ausência". Em outras palavras, a sociedade tende a relacionar a adolescência à "privação e morte de denúncia", e não os reconhece como partícipes dos processos que deveriam torná-los, de forma pragmática, sujeitos de direito.

## CONCLUSÃO

Entende-se que a interação com o outro contribui significativamente para a interação do ser com ele mesmo, ou seja, o conhecimento adquirido através da interação tenderá a se consolidar melhor do que na ausência desta. Diante disso, a proposta de intervenções em

grupos junto aos adolescentes em conflito com a lei mostra-se um importante artifício enquanto técnica a ser empregada no processo de ressocialização.

Não obstante, os trabalhos grupais desenvolvidos noutros contextos, assim como explicitado no presente artigo, mostram-se de grande valia nesta fase do desenvolvimento dos jovens e por isso, torna-se possível a aplicação de dinâmicas de grupo também com adolescentes em conflito com a lei. Porém, trata-se apenas de um instrumento no contexto de ressocialização desses indivíduos, e não de uma prática que solucione a problemática em que esses mesmos sujeitos estão envolvidos.

Em outras palavras, o que se percebeu a respeito é que não adianta tentar ressocializar o jovem, enquanto a própria sociedade não estiver preparada para tratar esse jovem. O que acontece é um antagonismo de propósitos sociais, uma vez que a sociedade espera que os adolescentes cumpram seus deveres, mas ao mesmo tempo, lhes nega seus direitos.

As Leis de proteção aos menores existem, mas a realidade em que muitos estão inseridos não condiz com o que a legislação lhes garante. Marginalizados, sem recursos, tornam-se vulneráveis diante da criminalidade. O resultado é ameaçador para a sociedade, mas devemos lembrar que é essa mesma sociedade que contribuiu, que protagonizou a criminalização daquele adolescente. Como uma forma de reparo, “ensina” como aquele indivíduo deve se portar no meio social, como ele será “aceito”, impõe uma “ressocialização”.

Até então, nota-se que em momento algum o adolescente foi protagonista de sua própria história. Apresenta-se assim, mais um complexo jogo em que a sociedade pretende ressocializar o adolescente em conflito com a lei, mas não percebe que ela mesma deveria passar por um processo de ressocialização.

Não adianta pensar em medidas paliativas, como por exemplo, a intervenção com dinâmicas de grupo com os adolescentes em conflito com a lei, mas ir ao cerne da questão. E o cerne encontra-se entranhado nas raízes da sociedade moderna, na cultura de abandono e marginalização desses jovens, na política higienista que se apresenta “escondida” sob o rótulo de uma democracia. Propomos a reflexão sobre como, quais os recursos e quais as maneiras de intervir na sociedade a fim de ressocializá-la.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. (Número especial - Juventude e contemporaneidade), 5(6),73-90, 1997.

ANDI, **Adolescentes em Conflito com a Lei**. Guia de referência para a cobertura jornalística, Brasília: 2012.

AZEVEDO, M. M. **O Código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior**, 2007. Disponível em: [http://www.tjrj.jus.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=b2498574-2cae-4be7-a8ac-9f3b00881837&groupId=10136](http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=b2498574-2cae-4be7-a8ac-9f3b00881837&groupId=10136). Acesso em 30 out. 2016.

BLEGER, J. **Temas de Psicologia: Entrevista e Grupos**, 4ª ed. brasileira. Trad. Rita Maria M. de Moraes. Editora Marins Fontes, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. **Psico-Higiene e Psicologia Institucional**, Trad. de Emilia de Oliveira Diehl. Editora Artes Médicas, Porto Alegre, 1984.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, 2011.

CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Brasília: CFP, 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão CFP 2012**. Brasília: CFP, 2013.

CREPOP, **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. 1ª Edição, Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. **Referências Técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS**, Brasília, 2007.

DIAS, A.; et al., **Escola estimula cooperação entre alunos reformulando brincadeiras**, Instituto Rodrigo Mendes, 2015. Disponível em: <<http://diversa.org.br/relatos-de-experiencia/>>. Acesso em: 16 out. 2016.

FLEURY, H. J.; MARRA, M. M. Introdução. In: MARRA, M. M.; FLEURY, H. J. (Org). **Grupos - intervenção socioeducativa e método sociodramático**. São Paulo: Ágora, p. 13-21. 2008.

4 FRANCHINI, M. N., PONTEL, M. D., **A Atuação do Psicólogo nos Programas de Medidas Sócio-Educativas**, 2015. Disponível em: <<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-juridica/a-atuacao-do-psicologo-nos-programas-de-medidas-socio-educativas/>>. Acesso em: 08 out. 2016.

FRANCISCHINI, R.; CAMPOS, H. R., **Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im)possibilidades**, v. 36, n. 3, pp. 267-273, set./dez. 2005.

FREITAS, M. V. de, (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 5ª Edição, São Paulo, 2010.

GONCALVES, Y. do N.; GOMES, A. M. de A. **Sociodrama com adolescentes: revelações para o cuidar em saúde**. *Rev. bras. psicodrama*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 41-52, 2013.

HOGA, L. A. K.; ABE, C. T. **Relato de experiência sobre o processo educativo para a promoção da saúde de adolescentes**. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 407-412, dez. 2000.

LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social**, 5ª Reimpressão da 2ª ed. de 1994, São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **Uma redefinição da Psicologia Social.** *Educação & Sociedade*, São Paulo, 2(6), 96-103, 1980a.

MARTINS, J. C. **Vygotsky e o Papel das Interações Sociais na Sala de Aula: Reconhecer e Desvendar o Mundo** Idéias n. 28. São Paulo: FDE, 1997.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MINICUCCI, A. **Dinâmica de Grupo Teorias e Sistemas**, Editora Atlas, São Paulo, 1997.

PAES, J. P. L. **O Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente: avanços e retrocessos**, 2013. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/oc%C3%B3digo-de-menores-e-o-estatuto-da-crian%C3%A7a-e-do-adolescente-avan%C3%A7os-e-retrocessos/>> Acesso em: 17 set. 2016.

PEREIRA, E. D. - **Adolescência: um jeito de fazer** - Revista da UFG, Vol. 6, No. 1, jun., 2004.

ROCHA, L. F. **Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas.** *Psicol. cienc. prof.* [online]. vol.34, n.1, pp.46-65. ISSN 1414-9893, 2014.

RODRIGUES, M. M., **Boas práticas em programas de execução de medidas socioeducativas em meio aberto**, 2009. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=422>>. Acesso em: 16 set. 2016.